

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH



Dissertação

**Universidade Federal de Pelotas à época da Ditadura Civil-
Militar: Memórias divergentes de uma trajetória**

Vânia Farias Ferreira

Pelotas, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

**Universidade Federal de Pelotas à época da Ditadura Civil-Militar:
Memórias divergentes de uma trajetória**

Vânia Farias Ferreira

Pelotas, 2017

VÂNIA FARIAS FERREIRA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS À ÉPOCA DA
DITADURA CIVIL-MILITAR:
MEMÓRIAS DIVERGENTES DE UMA TRAJETÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Fábio Cerqueira Vergara, Dr.

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

F384u Ferreira, Vânia Farias

Universidade Federal de Pelotas à época da ditadura
civil-militar : memórias divergentes de uma trajetória /
Vânia Farias Ferreira ; Fábio Cerqueira Vergara, orientador.
— Pelotas, 2017.

125 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade
Federal de Pelotas, 2017.

1. Ditadura militar. 2. AESI. 3. Reforma universitária. 4.
História oral. 5. UFPel. I. Vergara, Fábio Cerqueira, orient. II.
Título.

CDD : 907.2

Vânia Farias Ferreira

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS À ÉPOCA DA
DITADURA CIVIL-MILITAR:
MEMÓRIAS DIVERGENTES DE UMA TRAJETÓRIA**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 20 de dezembro de 2017.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira (Orientador)
Doutor em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo

.....
Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Renato, da Silva Della Vechia
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof.^a Dr.^a Alessandra Gasparotto
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico:

*Ao meu esposo Carlos, companheiro incansável, que se entregou
completamente comigo nessa jornada*

*As minhas filhas Camila, Carina e Caroline
Vocês são a obra mais linda que Deus escreveu na minha
vida!*

*E a pequena Alice
A estrelinha que nasceu para abrilhantar nossas vidas!*

Agradecimentos

Esse trabalho não realizei sozinha, não chegaria ao seu final sem apoio, orientação e todo tipo de ajuda. Por isso agradeço:

Ao meu orientador Prof. Fábio Cerqueira pelo conhecimento transmitido, pela confiança, compreensão e dedicação ao longo deste trabalho.

Ao Prof. Edgar Gandra, pela amizade e parceria e por todo auxílio e disponibilidade durante o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos os professores e colegas de curso pelo companheirismo, conhecimento e colaboração.

As minhas amigas Roberta, Tânia, Daniela e Hanica. Vocês foram parceiras incríveis nessa minha jornada de estudos. Roberta agradeço tua disponibilidade incrível para ler e opinar.

Ao jornalista Lúcio Vaz pela parceria e comprometimento e por todo empenho para me ajudar com os documentos do Arquivo Nacional.

A minha irmã Jaine, que sempre esteve presente para a troca de ideias quando me sentia perdida nesta pesquisa.

As minhas filhas Camila, Carina e Caroline, pela paciência, carinho e incentivo diário. Obrigada por serem tão maravilhosas.

Aos meus genros Lucas, Anderson e Charles. Pela presença, carinho e pela manifestação constante. Um agradecimento especial ao Anderson por me socorrer sempre nas questões tecnológicas.

Ao meu esposo Carlos, obrigado por fazer parte da minha vida, por ser esta coluna tão inabalável em nossa família, e por cuidar tão bem de mim. Tua parceria constante nessa caminhada, sempre me incentivando com tua sabedoria e conhecimento, fizeram com que ela valesse a pena.

É!

A gente quer valer o nosso amor

A gente quer valer nosso suor

A gente quer valer o nosso humor

A gente quer do bom e do melhor...

A gente quer carinho e atenção

A gente quer calor no coração

A gente quer suar, mas de prazer

A gente quer é ter muita saúde

A gente quer viver a liberdade

A gente quer viver felicidade...

É!

A gente não tem cara de panaca

A gente não tem jeito de babaca

A gente não está

Com a bunda exposta na janela

Pra passar a mão nela...

É!

A gente quer viver pleno direito

A gente quer viver todo respeito

A gente quer viver uma nação

A gente quer é ser um cidadão

A gente quer viver uma nação...

(Gonzaguinha)

RESUMO

FERREIRA, Vânia Farias. **A Universidade Federal de Pelotas à época da Ditadura Civil-Militar: Memórias Divergentes de uma trajetória.** 2017. 125f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A Ditadura Civil-Militar no Brasil constitui-se pelo período de 1964 a 1985 no qual o País foi governado pelos militares, caracterizando-se pela falta de democracia, extinção dos direitos constitucionais, censura, perseguição política e coibição a todos que eram oposição ao regime militar. A política deste regime no que tange as Universidades implicava no combate e censura às ideias consideradas esquerdistas e tudo o que fosse considerado perigoso e desviante, tendo sido criado um imenso aparato jurídico legal para manter o controle nos campi universitários, entre eles, os setores chamados de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Contudo mesmo os mais fortes controles não impediam protestos e manifestações estudantis que exigiam melhoras no sistema de ensino superior. Somado a isso, o governo decreta a Reforma Universitária. E dentro desse contexto histórico se iniciou a trajetória da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), nascida observando os preceitos ideológicos da Ditadura e da Reforma Universitária, agrupando faculdades tradicionais já existentes. No momento de sua criação em pleno regime militar, não vive os momentos traumáticos de expurgos dos docentes, pois esses atos truculentos já haviam ocorridos em suas faculdades em administrações antecessoras. Portanto, esse trabalho aborda o impacto da Ditadura Civil-Militar dentro da UFPel, buscando contextualizar, a nível nacional e local, fatos e depoimentos que ajudem a contar sua história.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; AESI; Reforma Universitária; UFPel; História Oral

ABSTRACT

FERREIRA, Vânia Farias. **The Federal University of Pelotas at the time of the Civil-Military Dictatorship: Divergent Memories of a trajectory.** 2017. 125f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The Civil-Military Dictatorship consists of the period from 1964 to 1985, in which the country was ruled by the military, characterized by lack of democracy, extinction of constitutional rights, censorship, political persecution and repression of all those who opposed it military regime. The policy of this regime with regard to universities implied in the combat and censorship of ideas considered leftist and anything considered dangerous and deviant, and created a huge legal system to maintain control on university campuses, among them, the so-called sectors Special Advisory Services on Security and Information (AESI). However, even the strongest controls have not stopped protests and student demonstrations that require improvements in the higher education system. In addition, the government decrees the reform of the university. And in this historical context began the trajectory of the Federal University of Pelotas (UFPel), which was born observing the ideological precepts of the Dictatorship and University Reform, grouping the existing traditional faculties. At the time of its creation in full military regime, it does not live the traumatic moments of the teachers' purges, since these truculent acts occurred in their faculties in the predecessor administrations. Therefore, this work addresses the impact of the Civil-Military Dictatorship within the UFPel, seeking to contextualize, at a national and local level, facts and testimonies that help to tell its history.

KEYWORDS: Military Dictatorship; AESI; University Reform; UFPel; Oral History

LISTA DE SIGLAS

AC:	Agência Central (SNI)
AC-39:	Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968
AC-75:	Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969
AESI:	Assessoria Especial de Segurança e Informações
AI-1:	Ato Institucional [nº 1], de 9 de abril de 1964
AI-2:	Ato Institucional nº 2, de 17 de outubro de 1965
AI-5:	Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968
AP:	Ação Popular
APA:	Agência Porto Alegre (SNI)
ARENA:	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
CDN:	Conselho de Defesa Nacional
CEIS:	Comissão Especial de Investigação Sumária
CENIMAR:	Centro de Informações da Marinha
CFE:	Conselho Federal de Educação
CGI:	Comissão Geral de Investigações
CIE:	Centro de Informações do Exército
CISEx:	Comissão de Investigação Sumária do Exército
CISMEC:	Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação
CONSUN:	Conselho Universitário
CPDOC:	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do
CSN:	Conselho de Segurança Nacional
DA:	Diretório Acadêmico
DCE:	Diretório Central dos Estudantes
DCI:	Divisão Central de Informações (RS)
DL-477:	Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969
DNE:	Diretório Nacional dos Estudantes
DOPS:	Departamento de Ordem Política e Social
DPF:	Departamento de Polícia Federal
DSI/MEC:	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN:	Doutrina de Segurança Nacional
ESG:	Escola Superior de Guerra
FGV:	Fundação Getúlio Vargas (RJ)

FURG:	Fundação Universidade de Rio Grande (RS)
IAS:	Instituto Agrônômico do Sul
IBAD:	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ID/3:	Infantaria Divisionária/3
IPEAS:	Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Sul
IPES:	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM:	Inquérito Policial-Militar
M3G:	Marx, Mao, Mariguella e Guevara (grupo político)
MDB:	Movimento Democrático Brasileiro
ME:	Ministério do Exército
MEC:	Ministério da Educação e Cultura
PCB:	Partido Comunista do Brasil
PR:	Partido Republicano
PSB:	Partido Socialista Brasileiro
PSD:	Partido Social Democrático
PTB:	Partido Trabalhista Brasileiro
QG:	Quartel-general
RI:	Regimento de Infantaria
RU:	Restaurante Universitário
SCI:	Serviço Centralizado de Informações (órgão da SSP/RS)
SFICI:	Serviço Federal de Informações e Contrainformação
SISNI:	Sistema Nacional de Informações
SNI:	Serviço Nacional de Informações
UDN:	União Democrática Nacional
UEE:	União Estadual dos Estudantes
UERJ:	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA:	Universidade Federal da Bahia
UFMG:	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPeI:	Universidade Federal de Pelotas (RS)
UFPR:	Universidade Federal do Paraná
UFRGS:	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ:	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN:	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRS:	Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul
UFSM:	Universidade Federal de Santa Maria (RS)
UnB:	Universidade de Brasília
UNE:	União Nacional dos Estudantes

URGS:	Universidade do Rio Grande do Sul
USAID:	<i>United States Agency for International Development</i>
USP:	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 O GOLPE DE 64: UMA HISTÓRIA, NOSSA HERANÇA	23
1.1 Contexto político do Brasil antes do golpe (1930 a 1964)	25
1.1.1 Saio da vida para entrar na História (1945 a 1954).....	29
1.1.2 Os cinquenta anos em cinco (1956 a 1961)	31
1.1.3 - <i>Varre, varre, vassourinha</i> (1961).....	33
1.1.4 - Às sextas feiras que abalaram o Brasil (1961 a 1964)	37
1.2 - O Regime Civil-Militar (1964 a 1985).....	42
1.2.1 – O Golpe	42
CAPÍTULO 2 O BRASIL DOS GENERAIS.....	46
2.1 Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 a 1967)	46
2.2 General Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969)	49
2.3 A Junta Militar.....	54
2.4 General Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974)	56
2.5 General Ernesto Geisel (1974 a 1979).....	60
2.6 General João Baptista Figueiredo (1979 a 1985).....	63
2.7 Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós.....	67
CAPÍTULO 3 ENSINO SUPERIOR: RENOVAR E REPRESMIR.....	69
3.1 Reforma Universitária: avanço ou retrocesso?.....	73
3.2 O controle repressivo e a resistência da Academia.....	79
CAPÍTULO 4 UFPEL: A FILHA DA DITADURA EM BUSCA DE SUAS MEMÓRIAS	90
4.1 O cenário político local e a posição política das Faculdades	92
4.2 Nasce uma universidade adulta.....	103

4.3 O mosaico das memórias.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo a análise do impacto da Ditadura Civil-Militar na trajetória da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), fundada em 1969, incluindo os anos que antecederam sua fundação em suas unidades fundadoras. Este trabalho pretendeu investigar os possíveis casos de graves violações aos direitos humanos que possam ter ocorrido dentro da Universidade, em seus três segmentos – docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, durante o período da Ditadura Civil-Militar, bem como verificou se os órgãos de informação e repressão teriam interferido, de certa maneira, na rotina acadêmica e administrativa da Instituição.

O eixo do estudo se orientou em questionamentos tais como: será que houve casos de graves violações dos direitos humanos dentro da UFPel? Houve proibições nas contratações de professores? Houve impedimento de matrículas de alunos ou censura aos discursos de formatura? Houve, por conta de atuação política, prejuízo à carreira de professores, alunos e funcionários? Como foi a atuação da AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informações), no âmbito da universidade e que tinha como propósito principal estar presente junto aos campi universitários exercendo uma vigilância sobre todos os fatos envolvendo toda comunidade acadêmica?

As respostas foram buscadas na utilização da História Oral, através da memória dos protagonistas que vivenciaram o período da ditadura no contexto local e dentro da universidade, pois a lembrança individual de um fato, num determinado tempo e lugar, compõe uma história, ainda mais interessante quando esta coincide com a de outra pessoa ou de um grupo de pessoas, mas não menos reveladora quando, em vez de coincidir, diverge. Uma a uma as memórias compõem um mosaico que procuramos delinear, que traz uma importante perspectiva subjetiva e com ele pronto se construirá a história da instituição.

O interesse pelo tema surgiu quando a Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹, em 02 de outubro de 2012, enviava correspondência às reitorias das universidades solicitando os seguintes dados: lista com nomes completos de todos os professores, servidores e funcionários cassados, aposentados compulsoriamente, mortos ou desaparecidos por motivação política referente ao período de 1964 a 1985. A própria

¹ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988.

CNV noticiou que das cinquenta respostas enviadas pelas instituições de ensino, apenas oito apresentaram dados, as demais universidades responderam que não tinham acervo ou dados sobre o assunto. A UFPel informou, oficialmente, que seus arquivos eram compostos apenas por folhas pontos, fichas financeiras, progressões funcionais, horas extras e pastas funcionais, colocando à disposição da CNV, com exceção à regra de acesso estabelecida pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)².

Esta suposta falta de documentos escritos justificou a pesquisa, até então de caráter pouco explorado na UFPel, ao contrário de pesquisas já realizadas no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente no segmento da docência, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG)³ e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁴, que já tiveram seus processos publicizados. Da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)⁵ sabe-se que em junho de 2015, o reitor nomeou através de Portaria, uma Comissão da Verdade, para investigar as possíveis violações de direitos humanos na instituição, no período que vai de 1961 a 1988.

Mesmo com a carência de documentação relativa ao período, existem testemunhos confirmando a repressão ditatorial na cidade de Pelotas assim como também no âmbito da UFPel, o que por si só, foi um grande motivador para avançar nesta investigação.

Desde o fim da ditadura, Exército, Marinha e Aeronáutica sustentam a frágil versão de que seus acervos sigilosos foram legalmente eliminados em operações de rotina, sem que tivessem sido feitos os devidos termos de destruição (FIGUEIREDO, 2015).

Atualmente é vasto o campo bibliográfico sobre o assunto, diversos historiadores se dedicaram a estudar os desdobramentos do período do golpe, com enfoque desde a repressão e violência nos governos militares até as ações da

²A referida lei, em seu art. 31, prevê a proteção de informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem. Considerando que as pastas funcionais contêm dados como endereço, número de telefone e documentos, perícias médicas, cadastro de dependentes e outros do mesmo gênero.

³ KANTORSKI, Leonardo Prado. Expurgos de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2011.

⁴ MANSAN, Jaime Valim. Os expurgos na UFRGS: Afastamentos sumários de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1969): Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

⁵ Informação extraída do site: <http://coral.ufsm.br/midia/?p=32351>. Acesso em 31/01/2016.

esquerda e as reformas dentro das instituições de ensino superior. Particularmente no que tange as entidades de ensino superior, há inúmeros trabalhos focados em entender como se processava o aparato repressivo e os órgãos de vigilância e informação dentro das academias, mas pouco foi aprofundado a respeito da atuação do Regime Militar em relação à Universidade Federal de Pelotas.

Como ainda não se determinou o destino de registros documentais, discorrendo sobre os acontecimentos em sua totalidade, no período do Regime Militar dentro da UFPel, e por tratar-se de um assunto difícil e delicado, pois relata experiências marcantes e traumas ainda não esquecidos, utilizar-se-á, como aliada principal, a História oral, através da memória dos protagonistas que vivenciaram esse cenário para construir o histórico da instituição.

Para que se possa chegar à história da UFPel é necessário compreender o contexto nacional e local, à época do golpe, pois essas decisões tiveram o poder de interferir nos acontecimentos relativos à criação e à administração das entidades de ensino superior.

Quando pensamos em ditadura e regime militar, relacionamos o tema diretamente com noção de poder. No Brasil, a característica principal do regime se deu pelo autoritarismo, pela perseguição política e pela falta de respeito à democracia.

José D'Assunção Barros (2004, p.107a 109) se refere ao poder como objeto da História Política:

Os objetos da História Política são todos aqueles que são atravessados pela noção de “poder”. Neste sentido, teremos de um lado aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna a partir do ano 1930, com as últimas décadas do século XX começaram a retornar com um novo sentido. [...] A rigor as “ideologias e os movimentos sociais e políticos (por exemplo, as Revoluções) sempre constituíram pontos de especial atenção por parte dessa nova historiografia que se inicia com o século.

Esta pesquisa pretendeu dar uma contribuição para a História Regional e Institucional, amparada em conceitos da História Política, a partir de uma análise da luta política, considerando o Estado, o poder e as consequências do Regime Militar para o ensino superior.

Renê Rémond (2003, p. 7) analisa a atuação da história política:

[...], preenche todos os requisitos necessários para ser reabilitada. Ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos,

perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos, em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento. E na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá à reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo. Finalmente, a história política também dispõe de grandes massas documentais passíveis de quantificação, tais como dados eleitorais e partidários, para citar os mais expressivos.

Ao iniciar esse estudo, verificou-se a existência de alguns projetos com a finalidade específica de contar a história da universidade, como por exemplo, o da professora Beatriz Ana Loner, intitulado “Reconstrução da Memória da UFPel”. O trabalho analisou a formação da universidade, desde seus primeiros cursos, tendo como foco de análise sua inter-relação com o desenvolvimento socioeconômico da região sul e a composição de classe do corpo discente e docente. Dividido em três períodos sendo o primeiro dos fins do século XIX até 1930, o segundo é de 1930 a 1964 e o terceiro e último vai de 1964 até 1994.

O período que interessa a essa pesquisa é o terceiro, mas Loner enfatiza que no período pós 1964 só havia dados preliminares e seu trabalho ainda estava em fase de coleta de material e de realização de entrevistas. Algumas dessas entrevistas estão disponibilizadas pelo Núcleo de Documentação História da UFPel e foram utilizadas nessa pesquisa.

Para esta pesquisa, foi de grande relevância constituir um conjunto importante de fontes orais, reunidas na memória do grupo de pessoas que participaram da vida local e universitária dessa época. Foram feitas coletas de depoimentos desses protagonistas, mediante roteiro de entrevista e gravação. Também foram utilizadas entrevistas e depoimentos concedidos a outrem e relatos de memórias publicados em meios diversos ou conservados em organismos de guarda de acervos, bem como depoimentos com fins de reparação.

As entrevistas coletadas pela autora têm por universo os docentes, técnicos-administrativos (servidores ativos ou inativos) e discentes que tenham atuado no período temporal de 1964 a 1985. Os entrevistados foram escolhidos por indicação dos próprios servidores conforme ocorriam as entrevistas. Alguns servidores se recusaram a dar entrevistas, não queriam falar sobre o assunto e quando questionados sobre isso não quiseram responder.

O uso da metodologia da História oral, pela perspectiva dos agentes que vivenciaram a história institucional em estudo, com visões e opiniões divergentes sobre os fatos ocorridos à época denotou a complexidade e a dificuldade nesta abordagem sobre os acontecimentos, pois estas memórias estão ainda longe de serem neutras mesmo decorridos mais de 50 anos.

As entrevistas coletadas pela autora mostram que para alguns o Regime Militar não cruzou os portões da universidade, para estes, as manifestações estudantis eram pacíficas e direcionadas somente a temas acadêmicos, desconhecendo repressões e perseguições políticas à comunidade. Segundo esse depoimento, que segue esta linha, a UFPEL não teria atravessado crises políticas ou administrativas. Para outros, contudo, a situação foi totalmente inversa, relatando um quadro de que a universidade estaria tomada por repressão e perseguições a alunos, professores e funcionários não adeptos às ideias do regime, para estes, as contratações de servidores seriam feitas através de entrevistas, em que a avaliação seria determinada por sua ideologia.

Paralelamente, se deu um esforço contínuo pela busca de documentos institucionais⁶ referentes ao período da pesquisa, como correspondências, memorandos, ofícios e regimentos internos da UFPEl. Fontes externas também foram consultadas, como jornais e publicações locais, onde fosse possível constituir um panorama das atividades desenvolvidas e ações repressivas. Também se contatou através de e-mail, a coordenadora regional Vivien Ishaq, que trabalha na área de pesquisa e difusão documental do Arquivo Nacional, em Brasília, que numa consulta preliminar na base de dados que reúne os acervos dos órgãos de repressão da ditadura militar, identificou pouquíssimos documentos sobre a Universidade Federal de Pelotas produzidos no período de 1964 a 1985.

Outra fonte importante foi o material promovido pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), pois muitas das próprias instituições que abrigam os acervos estão disponibilizando-os, como no caso do Memorial do Rio Grande do Sul / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Acervo de Tarso Dutra / Acervo Luta Contra a Ditadura e DOPS/RS. O Arquivo Nacional também guarda um acervo enorme em se tratando de documentos dos extintos órgãos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Serviço Nacional de Informações (SNI). Constam ainda documentos produzidos pelos órgãos setoriais como as

⁶ Até o momento somente os livros de atas do Conselho Universitário e do Conselho Diretor, foram localizados.

Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) e as Divisões de Segurança de Informações (DSIs). Mas toda essa documentação somente é disponibilizada através de consulta local, no Rio de Janeiro, e em sua unidade regional no Distrito Federal.

O trabalho foi desenvolvido em tópicos que versaram, por um lado, numa esfera de contextualização, sobre Ditadura Civil-Militar no Brasil e sobre a Reforma Universitária, e de outro lado, sobre o tópico central da pesquisa, o período de fundação e a trajetória da Universidade Federal de Pelotas durante o regime da ditadura

Para o entendimento do contexto político nacional, foi necessária uma pesquisa bibliográfica, que contribuiu para elaboração dos capítulos I e II, o que nos levou à produção historiográfica de autores como Lira Neto, Bóris Fausto, Marcos Napolitano, Maria Helena Alves, entre outros.

O primeiro capítulo caracterizou-se assim pela pesquisa bibliográfica. Como é de contextualização, teve um caráter descritivo das questões relacionadas ao Estado e à sociedade para entender o que levou ao golpe. Personagens históricos, entre eles, Getúlio Vargas, Carlos Lacerda, Tancredo Neves marcaram o período pesquisado antecedente ao golpe, pelo lugar de destaque que ocuparam nos acontecimentos.

No segundo capítulo, procuramos entender a sequência e característica dos diferentes governos ao longo da ditadura civil-militar, ressaltando que os militares rivalizavam internamente, configurando grupos que pregavam soluções diferentes em relação à democracia, governabilidade e até mesmo em aspectos de distensão política. É em meio a estes governos que a universidade brasileira passa pela reforma do ensino superior e que a Universidade Federal de Pelotas foi criada.

As obras dos autores, Rodrigo Patto Sá Motta e Luiz Antônio Cunha foram destacadas no capítulo terceiro para entender a Reforma Universitária e suas peculiaridades, enfocando como o ensino superior foi atingido pelo Regime Militar. Aborda a atuação dos consultores norte-americanos no núcleo de formulação da política educacional, foca ainda, vários dispositivos legais usados para intensificar a perseguição de professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino superior, implicando punições severas (com prisão, demissão e exílio) dos chamados subversivos que incomodavam os militares.

O capítulo IV vai referenciar a obra de Sylvio Arnaldo Dick Jantzen, intitulada de *“A ilustre pelotense: tradição e modernidade em conflito”* em que ele faz um estudo sobre a história institucional da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Seu alicerce

foram depoimentos orais, documentos oficiais, no contexto político local, nas articulações entre as classes sociais e suas repercussões tinham no ensino superior. Abordou ainda, a posição política da UFPel, bem como a de seus administradores, já que foi criada sob a forma de decreto, no governo do General Costa e Silva, em 1969, dentro da estrutura da Reforma Universitária. Por fim, observa-se ainda, como os instrumentos legais, criados durante o Regime Militar, atingiram a UFPel, como o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), de 1968, que possibilitou a punição severa dos chamados subversivos que incomodavam o governo, o Decreto-Lei 477 de 1969, que definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que tinham como propósito principal estarem presentes junto aos campi universitários exercendo uma vigilância sobre todos os fatos envolvendo a comunidade acadêmica.

Por fim o mosaico formado pelas memórias, nos contará a trajetória da UFPel, durante o período da Ditadura Militar, de uma perspectiva dos atores que participaram deste processo, para que se conheça a sua história deste ponto de vista, eivado da subjetividade inerente à perspectiva de cada um, evitando-se assim que caia num irreversível esquecimento, aspectos desconhecidos no registro da escassa documentação escrita.

CAPÍTULO 1

O GOLPE DE 64: UMA HISTÓRIA, NOSSA HERANÇA

*Dentro da legalidade
Dentro da honestidade
Ninguém tira meu direito
Quando querem anarquia
Elimino a teimosia
Mostrando todo o defeito*

*Se o samba está errado
Não posso ficar calado
Consertando a melodia
Se a letra o tratamento
Não estiver no português
Com toda diplomacia
Peço desculpa ao freguês
Conserto tudo outra vez*

*Eu não sou politiqueiro
Meu negócio é um pandeiro
Mas Dentro da legalidade
Sou poeta popular
Dentro da honestidade
Ninguém pode me calar⁷*

Para entender as ações do Estado de exceção chamado de golpe militar⁸, desferido no Brasil em 31 de março de 1964, e que durou até 1985⁹, é fundamental entender o contexto histórico, pois o mundo na década de 1960 vivenciava os piores momentos da Guerra Fria.

A Guerra Fria iniciou logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), quando emergiram como principais superpotências mundiais, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA). Com isso o mundo ficou dividido em dois blocos, com sistemas econômicos, políticos e ideológicos divergentes. Colocou de um lado a URSS

⁷LEÃO, Nara. Samba da Legalidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eN4wkiQLKfc>

⁸ Na visão dos militares, não houve golpe, e sim uma reação da sociedade brasileira contra a corrupção, à subversão, à estagnação econômica, à espiral inflacionária e à insegurança política e social. Deste ponto de vista, o movimento democrático de 1964 seria uma simples contrarrevolução, que teria quebrado a tomada do poder pelos grupos identificados como comunistas. Então passaram a chamar de Revolução de 31 de março de 1964.

⁹ Há uma grande polêmica em relação ao período, pois muitos entendem que a duração da Ditadura Civil-Militar foi de 1964 até 1988, visto que de 1985 até 1988, a Constituição de 1967, inserida pelos próprios militares, ainda estava em vigor.

representante e líder do bloco socialista e, do outro lado, os EUA representante e líder do bloco capitalista.

Socialismo e Capitalismo entraram em uma disputa geopolítica em que o objetivo era conquistar aliados e impedir o crescimento do inimigo. Desse modo a URSS agia de forma a expandir os governos socialistas em várias regiões ao redor do mundo. Por outro lado, os EUA investiram bilhões de dólares para conquistar mais aliados para o bloco capitalista e impedir a todo o custo o avanço do socialismo.

A URSS e os EUA nunca se enfrentaram diretamente, conforme análise de Eric Hobsbawm (2009, p. 224):

A peculiaridade da Guerra Fria era de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência.

Embora não tenha havido confronto direto entre as superpotências, houve envolvimento indireto através de apoio material e político, alimentando conflitos em várias partes do mundo, envolvendo países, como por exemplo, Coreia, Vietnã e Cuba.

O advento da Revolução Cubana¹⁰ (1959), que implantou um regime socialista em Cuba, aliado a URSS, fez com que o governo norte-americano tomasse uma série de iniciativas, visando impedir a expansão das ideias socialistas por outros países da América Latina, entre elas, a de financiar e apoiar uma série de golpes de estado, resultando na implantação de ditaduras militares.

O Brasil se posicionou do lado norte-americano e a partir de então (1959), iniciou-se um incremento nas relações comerciais entre os dois países. Mas, no entanto, a partir de 1961, o presidente Jânio Quadros, como forma de manter

¹⁰ Na Revolução Cubana, os revolucionários Fidel Castro e Che Guevara lideraram um golpe de estado que derrubou a ditadura em Cuba, o que consequentemente colocou fim a longa trajetória de influência e favorecimento que o governo dos EUA tinha sobre o estado cubano. Fidel Castro além de implantar um governo socialista, único no continente americano, se colocou sob a proteção da URSS em uma área de influência comandada pelos EUA. Fato que levou os EUA a liderar um embargo econômico contra Cuba que durou várias décadas.

uma política externa independente reatou relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e com a China. O governo de João Goulart (Jango) também manteve essa política externa independente do apoio das superpotências da Guerra Fria, pois deu incentivos a reforma agrária e ao controle dos capitais estrangeiros. E somado a esses fatos, o então presidente promoveu uma aproximação política entre o país e a União Soviética, o que não foi bem aceito pelos EUA e que desencadeou atritos com as lideranças políticas, econômicas e militares do Brasil. Esse ambiente político culminou na implantação do golpe que teve o apoio decisivo dos norte-americanos.

Para entendermos a instauração da Ditadura Civil-Militar no Brasil, vamos dividir esse capítulo em duas fases: antes do golpe e pós golpe.

1.1 Contexto político do Brasil antes do golpe (1930 a 1964)

Iniciaremos brevemente pelo ano de 1930, pois é impossível falar de política no Brasil, no século XX, sem falar de Getúlio Vargas¹¹.

Em 1930 Getúlio Vargas estava à frente de um movimento revolucionário que colocaria fim ao período conhecido como Primeira República. Na sequência governou o país por quinze anos consecutivos, sendo que em 1937, outorga uma nova carta constitucional¹² e institui o chamado Estado Novo¹³, contando com o respaldo dos militares. Com esse golpe, Vargas já na condição de ditador controlou a política, concentrou poder em si próprio, eliminou todos os partidos políticos, censurou os meios de comunicação, fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais. Os governadores ou foram

¹¹ NETO, Lira. **Getúlio**. Volume I, II e III. 2014. São Paulo. Editora Schwarcz. Para conhecer a história completa da vida política de Getúlio Vargas recomenda-se a leitura da obra do autor.

¹² VILLA, Marco Antônio. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: Editora Leya Ltda. 2011. pp 48:49. O governo central recebeu plenos poderes, como nunca na história do Brasil. O artigo 73 concedia pleno poderes ao presidente: "autoridade suprema do Estado, coordena a atividade dos órgãos representativos, de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional, e superintende a administração do País.

¹³ Com base no Plano Cohen, o presidente Getúlio Vargas solicitou imediatamente ao Congresso autorização para decretar o estado de guerra pelo prazo de 90 dias. A aprovação da medida abriu caminho para o golpe do Estado Novo, desfechado em 10 de novembro de 1937. Há diversas versões sobre o Plano Cohen, uma delas que foi um relatório escrito por Olímpio Mourão Filho, integralista, membro do Serviço Secreto, para simular uma Revolução Comunista no Brasil. Outra versão é que os integralistas acusam o Gal. Góis Monteiro de ter transformado esse relatório em um documento oficial. A fraude do Plano Cohen só foi revelada após a extinção do Estado Novo, em 1945.

substituídos por interventores ou se tornaram interventores nomeados diretamente por Vargas.

Assim, na visão de Marcos Napolitano (2016, p 120):

O Estado Novo foi o momento de consolidação no processo de centralização política e burocrática em curso desde 1930. O objetivo central dessa centralização, além de evitar que os velhos antagonismos político-eleitorais entre as oligarquias regionais causassem novas instabilidades políticas e sociais (como na Primeira República), era o de conduzir um processo de modernização econômica sem ameaçar a ordem social.

Também, houve importantes decisões do governo do Estado Novo, como a organização da Justiça do Trabalho (1939) e a sistematização e ampliação da legislação trabalhista que se deu com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em junho de 1943. Com isso, Vargas foi considerado o protetor dos trabalhadores.¹⁴

Mas o ano mais decisivo foi 1945, pois além da deposição de Vargas pelos militares, surgiram também os três principais partidos que existiriam até 1964. Em abril de 1945 surgiu a União Democrática Nacional (UDN), adversária do Estado Novo. Em junho do mesmo ano, surgiu por iniciativa do próprio Getúlio e dos interventores nos Estados, o Partido Social Democrático (PSD) e por fim, em setembro foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cujo objetivo era reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista¹⁵.

E em outubro de 1945, Getúlio foi deposto por uma junta militar formada por homens de sua plena confiança, que segundo a visão de Daniel Aurélio (2009, p. 45) foi motivada por:

Geopolítica, ideologias, guerra e economia, martelavam impiedosos o Governo Vargas. [...] A censura à imprensa foi relaxando-se, abrindo buracos, e as pressões pela anistia de políticos como Luís Carlos Prestes aumentava. As insatisfações, idem. Matérias detonando Getúlio e o Estado Novo estampavam as páginas de jornal. A ditadura ruía.

Para Fausto (2015, p. 331) os fatores que levaram a deposição foram:

A queda de Getúlio não foi uma conspiração externa, mas o resultado de um jogo político complexo. Não faltou também um fator desencadeante. Em 25 de outubro de 1945, o chefe do governo realizou uma manobra errada, ao afastar João Alberto do cargo estratégico de chefe de polícia do Distrito Federal. Tanto mais que o substituto era um irmão do presidente – o

¹⁴ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª edição. São Paulo. 2015. p. 319.

¹⁵ Id.ibid. p. 328.

truculento Benjamin Vargas. [...] Getúlio, mesmo a pedido do Gal. Dutra, se recusou a revogar a nomeação do irmão.

Getúlio Vargas, em meio a esse desgaste político, forçado a renunciar em 29 de outubro de 1945, afastou-se do poder declarando publicamente que concordava com sua saída, assim se retirando para São Borja (RS) sua cidade natal.

Após a saída de Vargas, os militares, então, passaram o cargo interinamente para o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares que teve a incumbência de organizar as eleições de 2 de dezembro de 1945.¹⁶

As eleições de 1945 serviram, também, para eleger deputados e senadores que em conjunto formariam o Congresso Constituinte. A constituinte de 1945 iniciou seus trabalhos no final do mês de janeiro de 1946, e serviu para definir entre tantas questões, o Brasil como uma República Federativa e como tal designar os poderes constituídos pelo Executivo, Legislativo e Judiciário. Também definiam as regras para as próximas eleições determinando o princípio da representação proporcional. A constituição de 1945 diferenciava da de 1937, embora na essência em alguns aspectos permitisse a continuidade do modelo corporativo.

Getúlio Vargas, embora afastado do governo não se afastou da política, pelo contrário participou ativamente das eleições de 1945, tanto que dias antes do pleito, lançou um manifesto de apoio ao candidato Eurico Gaspar Dutra, ressaltando que seu apoio existiria enquanto ele cumprisse com as promessas de campanha. Getúlio também se lançou candidato ao Senado por cinco estados e a deputado federal em nove, a legislação eleitoral da época permitia que um candidato concorresse desse modo. Terminada as eleições Getúlio estava eleito, em cinco Estados e a Deputado Federal em nove, optando por ser senador pelo partido PSD representando o Estado do Rio Grande do Sul.

Para a presidência saiu vitorioso o candidato pelo PSD em coligação com o PTB, General Eurico Gaspar Dutra.

¹⁶ AURÉLIO, Daniel Rodrigues. **Dossiê Getúlio Vargas**. São Paulo. Universo dos Livros. 2009. P. 45.

No governo de Dutra, os controles estabelecidos no Estado Novo foram sendo abolidos e ele adota uma política econômica mais liberal, com pouca intervenção do estado na economia.

Dutra, além da promulgação da nova carta constitucional (1946)¹⁷, começou a repressão ao Partido Comunista, quando o mesmo é colocado na ilegalidade, conforme Fausto (2015, p.343):

Em maio de 1947, a partir de denúncias apresentadas por dois obscuros deputados do PTB, o STF decidiu cassar o registro do Partido Comunista. A decisão controversa, tomada por apenas um voto de diferença (três a dois), baseou-se em texto da Constituição. Ele vedava a existência de qualquer partido político cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático, buscando na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

Também, em seu governo, em 06 de setembro de 1946 através do decreto nº 9775A, é criado oficialmente o serviço secreto brasileiro (SFICI)¹⁸, com uma nova roupagem, já que existia em governos anteriores, mas operava em condições precárias pois não passava de uma repartição que promovia reuniões eventuais sem nenhuma troca de informações. A ideia era a de criar um serviço secreto mais dotado de condições humanas e materiais, e mais voltado a acompanhar os acontecimentos da época da bipolaridade, capitalismo e comunismo, mas também não foi adiante, ficou somente no papel.

Nessa época, houve uma aproximação com o governo dos Estados Unidos que promovia uma forte campanha anticomunista cuja finalidade maior era a de evitar a qualquer custo a presença comunista na América Latina. O governo americano oferecia intercâmbios em academias militares onde era possível que oficiais das forças armadas fossem treinados a partir das doutrinas capitalistas. Anos depois os Estados Unidos perceberam que principalmente no caso do Brasil, visto sua localização geográfica e liderança regional natural, seria mais conveniente ministrar os cursos de formação de oficiais no próprio país.

¹⁷ VILLA, Marco Antônio. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: Editora Leya Ltda. 2011. P. 59 – A quinta Constituição brasileira, a quarta republicana, com 218 artigos, foi, até então, a mais extensa e democrática. O Congresso foi dividido em duas casas. O artigo 78 estipulou que o Poder Executivo seria exercido pelo Presidente da República e foi recriada a Vice-Presidência e o mandato foi estabelecido em cinco anos. A eleição do presidente e vice seria simultânea, ou seja, não formariam uma chapa, seriam escolhidos separadamente pelo eleitor.

¹⁸ O Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI), embora criado em 1946, só entrou em atividade em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Assim foi criada em 20 de agosto de 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) sob a influência das experiências obtidas por um grupo de militares, após o segundo conflito mundial e diante dos prenúncios de uma nova ordem, apontados pelo início da guerra fria. Esses militares acreditavam que o País poderia tornar-se uma grande potência, desde que houvesse vontade política e, sobretudo, gerasse um método de planejamento próprio¹⁹.

A ESG, criada com assistência de conselheiros franceses e americanos, na visão de Bóris Fausto (2015, p.385):

Segundo a lei que a criou, a ESG teria o papel de treinar “pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento de segurança nacional”. Sua finalidade foi ampliada no mesmo ano de sua criação, passando a incluir a elaboração de um “método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos e militares que condicionam o conceito estratégico”.

Ainda na visão de Fausto (2015), o General Cordeiro de Farias teve papel de relevo na formação da escola, mas sua principal figura, como técnico e organizador foi o General Golbery do Couto e Silva.

Diante desse contexto histórico, em 1950, o Brasil se preparava para novas eleições para a presidência da República e o PTB por sua vez, saiu vitorioso lançando o nome de Getúlio Vargas, que venceu com 48% dos votos válidos, ganhando como vice-presidente, Café Filho do Partido Social Progressista (PSP).

Assim inicia-se, mais uma vez, a Era Vargas.

1.1.1 Saio da vida para entrar na História²⁰ (1945 a 1954)

A recondução de Getúlio Vargas pelo voto popular não amenizava a forte oposição por parte de alguns setores militares e de alguns segmentos da sociedade, e em especial do jornalista Carlos Lacerda²¹, que consideraram sua candidatura uma afronta à democracia. Nessa ocasião Carlos Lacerda afirma:

¹⁹ Disponível no site <http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/nossa-historia>. Acesso em 19/02/2017.

²⁰ Frase de despedida deixada pelo estadista Getúlio Vargas em sua carta-testamento, antes do suicídio e encontrada no dia de sua morte, em 24 de agosto de 1954.

²¹ Carlos Lacerda, jornalista e deputado federal pela UDN de 1947 a 1955.

“O senhor Getúlio Vargas não pode ser candidato; se candidato, não pode ser eleito; se eleito, faremos uma revolução para derrubá-lo”²².

Vargas se deparou com muitas dificuldades para governar, como nos mostra Jordan Young (1973, p.25):

Vargas verificou que era difícil governar um país que dispunha de uma imprensa livre e crítica. Descobriu, ademais, que o órgão legislativo estava desconfiado do ex-ditador e muitas vezes não aprovava a legislação que o chefe executivo julgava indispensável à nação. Vargas cercou-se de vários antigos companheiros do período ditatorial. Os militares brasileiros deixaram bem claro que viam com maus olhos a sua atuação.

A tensão aumentou, quando em 1953, João Goulart foi nomeado para assumir o cargo de ministro do trabalho, propondo aumento do salário mínimo e estimulando os sindicatos a se unificarem em uma Confederação Geral do Trabalho, com apoio do governo. Os militares acusaram Jango de promover uma República sindicalista capaz de controlar o país e com isso exigiram sua demissão.

Protestos foram aclamados, ministros foram exonerados, como o do Exército e o próprio Jango, mas ainda assim a situação piorava.

Apesar das pressões e da inexistência de uma sólida base de apoio a seu governo, Getúlio se equilibrava no poder, nas palavras de Fausto (2015, p.355):

Faltava à oposição um acontecimento suficientemente dramático que levasse as Forças Armadas a ultrapassar os limites da legalidade e depor o presidente. Aí se instalara a convicção de que era preciso remover Lacerda da cena política para garantir a permanência de Getúlio no poder.

Então veio o estopim. Gregório Fortunato, homem de confiança de Getúlio, foi acusado de armar uma emboscada para Carlos Lacerda, na madrugada de 05 de agosto de 1954, em frente ao prédio onde ele morava. Lacerda, que estava acompanhado de um militar da Aeronáutica, Major Rubens Vaz, acabou sendo ferido no pé, enquanto que uma das balas atingiu mortalmente o major.

Fortunato, assumiu a autoria do crime, visto que Lacerda acusava Vargas de ser o mandante da tentativa de homicídio. Então um manifesto de 27 generais

²² GULLAR, Ferreira. ANTES DO GOLPE. Breve relato pessoal. 2014. Companhia das Letras.

do Exército foi lançado em 23 de agosto de 1954, exigindo a renúncia do presidente (FAUSTO, 2015).

Conforme Daniel Aurélio (2009, p.56), a tensão que pairava no Palácio do Catete após o atentado de Carlos Lacerda assim se resumia:

Desesperado, Getúlio Vargas dissolveu a Guarda Negra e apegou-se aos seus últimos aliados. Em vão. Não só a Polícia Civil investigava o crime. A Aeronáutica abriu um Inquérito Policial-Militar (IPM) de óbvio intento políticos, a ponto de a armada ficar conhecida como “República do Galeão”. Enclausurado no Catete, com familiares, ministros e colaboradores, Getúlio Vargas comandou na noite de 23 de agosto de 1954, uma derradeira reunião ministerial em caráter de emergência. Mas o ministério não chegou a nenhuma conclusão.

No dia 24 de agosto de 1954, acuado, Getúlio se tranca no quarto e suicida-se com um tiro no coração, após escrever os motivos de seu ato, numa carta-testamento, deixando-a como legado ao povo brasileiro.

Com a morte de Getúlio, assume a presidência o vice-presidente Café Filho, que por problemas de saúde não chegou ao final do mandato e foi substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. Carlos Luz ficou poucos dias pois foi impedido de exercer a presidência pela própria Câmara, sendo então empossado o presidente do Senado Nereu Ramos, que governou o país até a posse do novo presidente em 31 de janeiro de 1956²³.

1.1.2 Os cinquenta anos em cinco²⁴ (1956 a 1961)

Mesmo com a insatisfação dos militares e membros da UDN, Juscelino Kubitschek e João Goulart foram empossados como presidente e vice-presidente, respectivamente, perpetuando assim o legado de Vargas.

O governo de JK, foi considerado um governo de estabilidade política (1956-1961), na opinião de Bóris Fausto (1995, p.422):

Mais do que isso, foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os “cinquenta anos em cinco” da

²³ Café Filho governou de 24/08/1954 a 08/11/1955. Tentou retornar ao cargo, mas foi deposto por estar envolvido na tentativa de impugnar a vitória de JK e Jango, junto com Carlos Luz e alguns militares. Foram impedidos de dar o golpe pelo então Ministro da Guerra, Henrique Lott que liderou o chamado Movimento 11 de Novembro.

²⁴ A eleição de JK foi marcada pelo plano de ação: 50 anos de progresso em 5 anos de realizações

propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população.

JK começou a governar enfatizando a necessidade de promover “desenvolvimento e ordem”, objetivos gerais compatíveis com os das Forças Armadas. Em seu governo acentuou-se a tendência de indicar militares para postos governamentais estratégicos (FAUSTO, 1995).

Entretanto, JK inicia com pendências do governo anterior, pressionado pelo governo americano a estruturar o serviço secreto (SFICI), como observou Lucas Figueiredo (2005, p.63):

O governo americano transformara-se num problema para JK. Exigir de Juscelino que ele instalasse o serviço secreto para colocá-lo no rastro dos comunistas era o mesmo que convidá-lo a trair seus aliados. Na campanha eleitoral, JK fora apoiado pelo proscrito PCB, que acreditara que o discurso do candidato em favor das liberdades significava uma postura anti-imperialista.

JK acaba cedendo à pressão dos americanos enviando uma mensagem ao Congresso, descrevendo seu plano de gestão, em especial as atribuições do Conselho de Segurança Nacional, a quem o SFICI era subordinado. Dentre essas atribuições estava a de defender o país contra as ameaças impostas por ideologias extremistas (comunistas). Em outras palavras, legalmente estava decretando o início a perseguição aos comunistas.

Em relação às políticas econômicas, em seu governo foi definido o Plano de Metas. Tratando-se de políticas setoriais e investimentos de infraestrutura, sobretudo em energia e transportes, priorizando também indústrias de base, alimentação e educação e a construção de Brasília.

As metas eram audaciosas e, em sua maioria, alcançaram resultados considerados positivos. O crescimento das indústrias de base, fundamentais ao processo de industrialização, foi de praticamente 100% no quinquênio 1956-1961. Ao final dos anos JK, o Brasil havia mudado. Muitos foram os avanços, e muitas foram as críticas à opção de JK pelo crescimento econômico com recurso de capital estrangeiro, em detrimento de uma política de estabilidade monetária. O crescimento econômico e a manutenção da estabilidade política, apesar do aumento da inflação e das consequências daí advindas, deram ao povo brasileiro

o sentimento de que o subdesenvolvimento não deveria ser uma condição imutável²⁵.

Era possível mudar, e o Brasil havia começado a fazê-lo²⁶.

1.1.3 - Varre, varre, vassourinha²⁷ (1961)

No dia 03 de outubro de 1960, Jânio da Silva Quadros foi eleito presidente do Brasil, através de eleição direta, com aproximadamente 6 milhões de votos sucedendo ao então presidente Juscelino Kubitschek. Apoiado por um conjunto de partidos liderados pela UDN, fez uma campanha com forte apelo popular, representada por uma vassoura, pois fez sua campanha afirmando que varreria a corrupção e o que chamava de “bandalheira”.

Jânio, ao vencer as eleições passava a ser o primeiro candidato oposicionista a subir à presidência, em toda a história da República, destituindo os grupos políticos que dominavam desde 1930.

Junto com Jânio, foi reeleito como vice-presidente, João Goulart, apoiado pelo PTB, apadrinhado político de Getúlio Vargas e ministro durante seu governo. Também foi vice-presidente de Juscelino Kubitschek de Oliveira no período de 1956 a 1961, obtendo na época, maior número de votos do que o próprio presidente. A Constituição de 1946 previa a votação para presidente e vice, separada e simultaneamente. Vale lembrar, que os dois candidatos representavam partidos e ideias diferentes.

De acordo com Hélio Silva (2014, p.30), o sistema eleitoral reduzira-se a uma expressividade cada vez menor, faltando à sua finalidade de formar governos estáveis e operantes. Proliferaram as alianças de legendas. Essas alianças esvaziavam os partidos, ou surgiam desse próprio esvaziamento.

Muitos dos conflitos que viriam na sequência estavam relacionados ao resultado da eleição, pois novamente como já acontecerá no início do governo de JK, o vice-presidente eleito, João Goulart, sofria uma forte rejeição dos

²⁵ Disponível no site:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em 27/12/2017.

²⁶ Idem

²⁷ Slogan adotado por Jânio Quadros, como uma estratégia populista e que ganhou força para vencer as eleições.

militares e de alguns segmentos da sociedade mais identificados com princípios anticomunistas, lembrando que alguns dos posicionamentos de João Goulart, como reforma agrária e estatização de algumas áreas da economia, chocavam-se com as ideias capitalistas liberais.

O governo de Jânio Quadros, no auge da Guerra Fria, adota um posicionamento, que inicialmente parecia ser de um posicionamento político autônomo, afirmando ser neutro, não apoiava nem o bloco socialista e nem o bloco capitalista. Na verdade, a sequência dos fatos históricos vem demonstrar a fragilidade, a ambiguidade e a inépcia de seu governo, somando-se a tudo isso também as polêmicas e as controvérsias quase inexplicáveis.

Dentre as polêmicas estava a de proibir a realização de desfiles de biquíni, de rinhas de galo, de limitar as corridas de cavalo para os fins de semana, proibir o uso de lança-perfume, a isso se somou que, com a inflação alta resolveu congelar os salários, aumentar os impostos e suspender as linhas de créditos.

Para exemplificar os contraditórios de seu governo em relação à política externa e ao relacionamento com os proscritos comunistas brasileiros, podemos citar o fato de que nomeou em 1961, o então Coronel Golbery do Couto e Silva²⁸, para um importante posto no Conselho de Segurança Nacional, exercendo a chefia do Gabinete da Secretaria Geral, que tinha entre suas atribuições a de coordenar as atividades do SFICI, órgão que tinha entre as suas atribuições a de defender o país das ameaças comunistas.

Mas talvez a mais inesperada e controversa atitude, levando em conta os contextos da Guerra Fria, foi a condecoração oferecida ao guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara, que na época era ministro da Indústria e do Comércio de Cuba, país que havia adotado a ideologia comunista e sofria forte oposição dos Estados Unidos. No dia 19 de agosto de 1961, Jânio o homenageou com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a maior condecoração que o país ofereceu, até hoje, para um estrangeiro.

Tendo passando os primeiros meses de governo sem que as expectativas de mudança tivessem ocorrido, com baixa popularidade, enfrentando uma crise econômica, sem apoio de grande parte do legislativo e com o descontentamento dos militares, em 25 de agosto de 1961, Jânio enviou uma carta ao Congresso

²⁸ Golbery do Souto e Silva, em 1944 frequentou a academia militar nos EUA e se especializou em serviços de informações.

Nacional comunicando sua renúncia. Deu poucas explicações dos motivos, falando apenas que havia “forças terríveis” contra ele²⁹.

Segundo alguns historiadores, Jânio renunciou na certeza de que o povo o chamaria de volta, segundo interpretação de Caio Toledo (2004, p.4):

No dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros resignava sem ao menos completar sete meses na Presidência da República. Na carta-renúncia — autêntica paródia e pastiche da carta-testamento de Getúlio Vargas, como observaram diversos autores —, Quadros não formulou uma única razão convincente para explicar e justificar o seu teatral gesto. Se, naquele momento, a denúncia do golpe janista soava como uma mera especulação, hoje restam poucas dúvidas a esse respeito. A rigor, a renúncia constituía-se no primeiro ato de uma trama golpista. Julgava o demissionário que os ministros militares não apenas impediriam a posse de João Goulart, como também procurariam impor, juntamente com o massivo e sonoro “clamor popular”, o retorno do “grande líder”. Na sua fantasia, Quadros voltaria, pois, nos “braços do povo”. As ilusões do renunciante, contudo, logo se desvaneceram. Nem os ministros militares e, menos ainda, as massas populares tomaram qualquer iniciativa no sentido de reivindicar a volta de Quadros.

Em várias partes do país, os setores populares e democráticos saíam às ruas para defender, isto sim, a posse de João Goulart, ameaçada por um arbitrário veto militar, plenamente respaldado pela UDN e demais setores conservadores. As manifestações populares, associadas com as de políticos democráticos e de militares nacionalistas, conseguiram impedir o golpe militar que se configurava em agosto de 1961.

Na visão de Néelson Valente (2007, p. 126), nunca se conseguiu precisar as causas da renúncia de Jânio. É um quebra cabeça no qual sempre ficam faltando peças. Qualquer explicação que se dê é insatisfatória. Mas a falta de base parlamentar foi um motivo forte para obstar-lhe os passos, impedindo-o de governar.

Com sua renúncia Jânio Quadros colaborou definitivamente para um período de caos, levando o país a um quadro de divisão político-ideológica, resultando na tentativa de impedir a posse do seu vice, João Goulart.

De acordo com as normas constitucionais vigentes, o vice-presidente deveria ser logo empossado no cargo. Mas a questão não se resolveu tão facilmente, pois Jango estava longe, em viagem oficial à China, determinada então pelo presidente Jânio Quadros.

²⁹ Disponível no site:

<https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/governo_janio_quadros.htm>.

Acesso em 27/12/2016

Apesar do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli, ter assumido interinamente a presidência, a tutela do governo estava nas mãos dos três ministros militares³⁰, que divulgaram um manifesto contra a posse de Jango, alegando seu envolvimento com o comunismo internacional. A Aeronáutica fechou o aeroporto em Brasília e ameaçava decolar seus aviões de caça para abater, em pleno voo, a aeronave que traria João Goulart de Porto Alegre para a capital federal, em manobra que recebeu o nome de "Operação Mosquito".

H. Silva (2014, p.119), aborda esse episódio:

[...] na antevéspera da chegada do Sr. João Goulart, o presidente Ranieri Mazzilli recebeu, inesperadamente, um aviso de que os Ministros Militares estariam viajando para Brasília, pois tinham uma importante e urgente comunicação a fazer. [...] eram cerca de 2 h da madrugada. Efetivamente, por volta das 4 h, chegaram os três Ministros. Foram logo dizendo que um fato novo e grave surgira na Aeronáutica nas últimas horas. Era um problema que lhes parecia incontornável. Um grupo de oficiais da Aeronáutica, se dispunha a impedir o desembarque do Sr. João Goulart no Brasil, e especialmente em Brasília. Por isso, os Ministros vinham dizer ao presidente Mazzilli que não dispunham de condições técnicas para impedir que se consumasse essa ameaça. Seria o que chamaram de *Operação Mosquito* e sua atuação seria a de abater o avião presidencial, ou forçá-lo à rendição.

O governador Leonel Brizola, do estado do Rio Grande do Sul, iniciou uma enorme mobilização popular a fim de dar a João Goulart apoio para retornar ao país e assumir, de forma constitucional, o cargo de presidente da República, o que aconteceu, mas por um acordo político se estabeleceu o parlamentarismo.³¹

Esses acontecimentos são descritos por Flávio Tavares (2014, p.59):

[...] o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, declarou-se “em rebelião contra o golpe de Estado”. Armou uma cadeia de rádio, convocou “povo e militares à resistência pela legalidade”, distribuiu armas à população e, assim sensibilizou o próprio III Exército (o maior do país), que se integrou à campanha nos três estados sulinos. Houve mobilização de tropas de parte a parte, ordens de bombardeio aéreo do palácio do governo gaúcho, pontes dinamitadas [...]. Finalmente, quinze

³⁰ Os três ministros militares eram marechal Odílio Denys (Exército), brigadeiro Grum Moss (Aeronáutica) e almirante Silvio Heck (Marinha).

³¹ O Congresso Nacional aprovou o parlamentarismo em 02 de setembro de 1961. No parlamentarismo o presidente assumiria com poderes limitados e apenas como chefe de Estado, cabendo a um primeiro-ministro o comando efetivo do governo. O Brasil teve como primeiros-ministros: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. A emenda constitucional nº 4, que foi aprovada pelos parlamentares, previa a realização de um plebiscito (consulta popular) a ser marcado pelo Congresso Nacional, a fim de manter ou não o parlamentarismo. O plebiscito, que deveria acontecer em 1965, acabou sendo antecipado para o início de 1963.

dias após a renúncia presidencial, João Goulart assume o cargo a 9 de setembro de 1961. No Congresso, em Brasília, um acordo político, estabelece o parlamentarismo, podando os poderes do presidente da República.

O parlamentarismo acordado serviria apenas para acalmar os ânimos por algum tempo e permitir uma solução que não gerasse um sentimento de derrota para nenhum dos lados envolvidos.

1.1.4 - Às sextas feiras que abalaram o Brasil³² (1961 a 1964)

Com a posse de João Goulart, em 1961, iniciou-se o planejamento do golpe civil-militar, pois os setores contrariados apenas aguardavam a melhor oportunidade para o desfecho final, embora essas conspirações não fossem articuladas às pressões que vinham de todos os lados. De todas as articulações golpistas, certamente, a mais organizada e preparada financeiramente e que reunia diversas figuras como intelectuais, empresários e militares, estava vinculada a uma organização denominada de Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

Segundo René Dreifuss (1987, p.163), o IPES desenvolveu uma dupla vida política desde o seu início:

Aos olhos de simpatizantes e defensores, a sua face pública mostrava uma organização de “respeitáveis homens de negócios” e intelectuais, com um número de técnicos de destaque, que advogavam “participação nos acontecimentos políticos e sociais e que apoiavam a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes”. Seu objetivo ostensivo era estudar “as reformas básicas propostas por João Goulart e a esquerda, sob o ponto de vista de um tecnopresário liberal”.

O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar.

O IPES, oficialmente criado em 1961, representava os interesses políticos dos empresários e de todas as classes que julgavam a ideologia comunista um perigo eminente. Em pouco tempo reuniu e consolidou uma vasta rede nacional abrigando todo o tipo de colaborador, inclusive empresas estrangeiras

³² No dia 13 de março de 1964, sexta-feira, na Central do Brasil, João Goulart, anuncia a implantação das Reformas de Base. No dia 27 de março, também numa sexta-feira, Goulart concedeu perdão aos marinheiros presos.

multinacionais empenhadas em defender os ideais capitalistas. Em seus quadros estavam figuras como o General Golbery do Couto e Silva, que posteriormente participou ativamente de quase todos os governos militares e era conhecido por ter uma capacidade importante para planejar.

Maria Celina D'Araújo (1997, p 185) nos mostra através do depoimento do Gal. Ernesto Geisel³³, a participação do Gal. Golbery no IPES:

Na preparação da revolução, Golbery teve uma ação importante. Já estava na reserva, e os empresários de São Paulo e do Rio criaram uma organização que se chamava Ipes, da qual ele se tornou executivo. A classe empresarial começou a se envolver no problema.

Alguns governadores também começaram a participar da conspiração, como Magalhães Pinto, Ademar de Barros, Lacerda, Meneghetti. O movimento cresceu muito, inclusive porque houve mobilização das mulheres e do clero. Realizou-se a célebre marcha da Igreja pela família, que foi um movimento grande em São Paulo e no Rio. Não estou de acordo quando se considera essa revolução um golpe militar. Realmente foi um movimento político, militar e popular. Foi um movimento quase que espontâneo.

Vários meios de comunicação colaboravam para a divulgação dos trabalhos elaborados pelo Instituto e da pregação anticomunista, que na verdade era parte de um projeto maior que tinha por objetivo final a desestabilização do Governo e o descrédito das instituições de direito.

O IPES consolidava o seu trabalho através dos militares que estavam engajados e que viajam o país, no ano de 1963, com o intuito de convencer seus colegas que o governo de João Goulart já havia se exaurido e que tinha propostas perigosas que trilhavam por ideologias comunistas temidas pelos militares e que, portanto, deveriam tomar para si a responsabilidade de salvar o país.

Nos meios militares, especificamente nos altos escalões, conversas eram rotineiras sobre o que deveria ser feito e até quando esperar ser o momento certo para desfazer o golpe, pois este já era eminente, a questão era o dia adequado.

O jornalista Carlos Chagas (1985, p.58) define a conspiração contra João Goulart como um arquipélago de ilhas distantes, diversos grupos se

³³ O Gal. Ernesto Geisel foi Ministro do Superior Tribunal Militar no governo de Castelo Branco (1967-1969). No governo de Emílio G. Médici foi presidente da Petrobrás (1969-1973) e posteriormente foi eleito Presidente da República (1974-1979)

arregimentavam para impedir que o presidente quebrasse a legalidade, fechasse o Congresso e decretasse o fim da democracia. Jango não pretendia nada disso, mas a versão pegou.

Chagas, em sua análise vai mais adiante:

Entre os conspiradores, porém, lá nas profundezas, havia um grupo que pretendia mesmo derrubar o presidente, pelo simples fato de falar em reformas. Desde 1961 o encapuzado IPES organizava o empresariado [...]. O IPES agiu sobre o brasileiro comum, contando com recursos das elites. [...] Mas foi entre os militares que mais se fez sentir a estratégia conservadora. Levantava-se para eles a sombra do perigo comunista [...]. Muitos milhões de dólares foram gastos e tudo era coordenado por um general de reserva, especialista em informações, Golbery do Couto e Silva.

João Goulart, além dos militares, enfrentaria forte oposição dos governadores de estados politicamente representativos como os estados de Minas Geras e da Guanabara, respectivamente representados por Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, eleitos no pleito de 1960. A eleição de 1962 mais uma vez expressou a força da direita opositora, elegendo Ademar de Barros em São Paulo e Ildo Meneghetti, no Rio Grande do Sul.³⁴

Em janeiro de 1963 os eleitores brasileiros foram convocados para um plebiscito para que opinassem “sim” ou “não” ao parlamentarismo, saindo vitorioso o presidencialismo. Jango volta a ter todos os poderes presidenciais.

Sandra Pesavento (1994, p.65) analisa o fim do parlamentarismo:

Sob o impacto de uma crise econômica e social, com uma inflação crescente e um enorme surto de greves, desencadeou-se uma campanha pela antecipação do plebiscito no qual a nação opinava pela volta ao presidencialismo ou pela manutenção do regime parlamentar. Em janeiro de 1963, o Brasil voltou ao presidencialismo, conferindo maiores poderes a João Goulart.

A forma de governar de Jango causou um desagrado nas elites nacionais, que receavam o caminho do país para a promoção de um “regime esquerdista”,

³⁴ As eleições estaduais nessa época não eram unificadas. No pleito de 1960 aconteceram em onze estados do país tais como: Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. No pleito de 1962 aconteceram nos estados de Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Rio grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe.

o que também preocupava os EUA, pois se vivia o cume da Guerra Fria, em todo o mundo.

Jango estava sendo acusado, pelos partidos como a UDN e o PSD, de estar promovendo um golpe de esquerda e estava sendo responsabilizado pela crise social e econômica em que se encontrava o Brasil. Contudo, o peso maior era a incompatibilidade dos partidos de esquerda e direita.

Conforme define Marcos Napolitano (2014, p.17):

O ambiente político e o tipo de questões que estava em jogo - voto do analfabeto, reforma agrária, nacionalismo econômico, legalização do partido comunista Brasileiro – não permitiam grandes conchavos à brasileira para superar a crise. Não porque os atores radicalizaram suas posições, mas por serem inconciliáveis os valores e planos estratégicos que informavam as agendas políticas, à esquerda e à direita.

Mesmo com essa crise, João Goulart promove as chamadas Reformas de Base, através de um grande comício, em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, na Central do Brasil, com mudanças firmes nas áreas econômicas, agrárias e na educação do país. Dias depois acontece o protesto por parte dos conservadores, chamado a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, no centro de São Paulo, onde reuniu milhares de pessoas.

Outro episódio determinante que somou para o golpe, inclusive convencendo alguns oficiais que ainda estavam indecisos, foi a Revolta dos Marinheiros ocorrida em março de 1964, que, reunidos no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, comemoravam o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Em sequência, os Fuzileiros Navais, encarregados de reprimir a reunião, acabaram por aderir ao movimento, com apoio de seu comandante.

Em relação a esses acontecimentos, Jango teve uma atitude ambígua em relação aos amotinados, pois primeiro ordenou suas prisões e depois acenou com uma anistia (NAPOLITANO, 2014).

Os acontecimentos configuravam para os oficiais das três forças uma quebra de hierarquia irreparável e um sentimento de que o governo de Jango tivesse chegado ao limite em relação às questões militares.

Enquanto a democracia do país se tornava cada vez mais frágil, o governo de João Goulart não encontrava uma base de apoio que pudesse manter a ordem e levar o país às reformas necessárias, pelo contrário os grupos que ainda

o apoiavam semeavam cada vez mais intolerância. Para agravar as condições de governabilidade ainda tinha uma mudança que havia ocorrida nas Forças Armadas no sentido de que deveria ser redundante uma nova doutrina elaborada no contexto da Guerra Fria.

Na visão de Fausto (2015, p. 385):

Ela consistia na formulação de uma nova doutrina elaborada pelos militares com a Guerra Fria e ganhou contornos mais nítidos após a ascensão de Fidel Castro ao poder. A vitória da Revolução Cubana demonstrava aos olhos de determinados setores militares a implantação, no mundo subdesenvolvido, de uma guerra revolucionária que ocorria paralelamente ao confronto entre os dois grandes blocos de potências. Para esses militares, a guerra revolucionária, cujo objetivo final seria a implantação do comunismo, abrangia todos os níveis da sociedade e usava como instrumentos desde a doutrinação e a guerra psicológica até a luta armada. Por isso mesmo, era necessário opor a ela uma ação com a mesma amplitude. As Forças Armadas, nesse contexto, deviam ter um papel permanente e ativo, tendo por objetivo derrotar o inimigo, garantindo a segurança e o desenvolvimento da nação.

Nascia assim a Doutrina da Segurança Nacional (DSN). Ela não caiu do céu. Foi gerada no âmbito da ESG.

Maria Helena Alves (2005, p.42) conceitua a Doutrina de Segurança Nacional como um abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais.

Para Alves (2005, p.32) o caráter totalizador da DSN conduz a uma dinâmica de controle absoluto e à busca de absoluta segurança:

Em nome do anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional, com sua ênfase na segurança interna, leva inexoravelmente ao abuso do poder, a prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão.

Na opinião de Nilson Borges (2003, p.30) não resta a menor dúvida de que a DSN põe em risco a defesa dos direitos humanos, pois exclui os pressupostos mínimos da cidadania:

Quando é impossível determinar com exatidão quem dever ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou toleráveis, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação.

Foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico, a partir da ESG e de órgãos como o IPES. Firmou-se a convicção de que só um movimento armado poria fim à anarquia populista, contendo o avanço do comunismo.

Então, no dia 31 de março de 1964 explode o golpe militar com as tropas de Minas Gerais se dirigindo ao Rio de Janeiro, sem qualquer resistência, sob o comando do General Olympio Mourão Filho, com a clara intenção de destituir Jango do poder, onde mais tarde se juntam militares e governantes estaduais para garantir o sucesso do golpe.

Enquanto Goulart se refugiava em Porto Alegre, com a esperança de reunir forças para resistir ao golpe, o Presidente do Senado Auro Moura Andrade, em uma sessão do Congresso declarava vago o cargo de Presidente da República e empossava, conforme recomendava a Constituição, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli como Presidente da República.

No Estado do Rio Grande do Sul, Brizola ainda tentava convencer lideranças civis e militares a apoiar João Goulart, porém desta vez ao contrário do que havia acontecido em 1961, o golpe já estava consolidado, pois alguns militares que ainda estavam indecisos resolveram aderir selando de vez a sorte do regime democrático e do governo João Goulart.

Derrotado, Jango se refugia no Uruguai e o país mergulha num regime autoritário por longos 21 anos, em que militares se sucedem na Presidência da República.

1.2 - O Regime Civil-Militar (1964 a 1985)

1.2.1 – O Golpe

O golpe militar instaura no país um regime ditatorial, caracterizado pela centralização do poder e operacionalizado por meio de leis de exceção. Em nome da segurança nacional o regime do puro arbítrio ignorou a Constituição, reprimiu a liberdade de pensar e de criar, mutilando e proibindo livros, peças, reportagens, fotografias, filmes e músicas, além de prender e torturar intelectuais, cientistas, artistas, políticos, estudantes, jornalistas e cidadãos que

fossem considerados inimigos do regime, partidos políticos foram proibidos, eleições foram canceladas.

O general Costa e Silva, em 02 de abril de 1964, informa a todos os comandos militares que, em virtude de ser o membro do Alto Comando mais antigo, assumia o comando do Exército. Organizou o Comando Supremo da Revolução, composto por três membros: o tenente brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o almirante Augusto Rademaker (Marinha) e ele próprio como representante do Exército e homem-forte do triunvirato.

Um Ato Institucional (AI) foi imposto, sendo o instrumento jurídico criado pelos militares para tornar legal todas as suas decisões políticas e econômicas, e caracterizavam uma Revolução, pois sem ele o movimento civil-militar de março se confundiria com um golpe de Estado.

Esse ato decretado pela Junta Militar, em 09/04/1964, em seu preâmbulo deixou claro sua intenção:

À Nação

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução [...]. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo.[...] O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. [...] Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional,

resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.³⁵

O objetivo maior do AI era terminar com qualquer forma de oposição e tornar o golpe legítimo. A eleição para a escolha do próximo presidente seria indireta, foi suspensa por 6 meses as garantias constitucionais, dava-se ao governo militar o poder de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por 10 anos ou afastar do serviço público todo aquele que pudesse ameaçar a segurança nacional e as principais ameaças eram as prisões e as cassações.

Para Luiz Viana Filho (1976, p.58), o Ato, sucinto, destinava-se a ser o instrumento fundamental, para abrir caminho à Revolução, que se ressentia da falta de um programa ou doutrina. Pelo menos por algum tempo, investida no exercício do Poder Constituinte, a Revolução traçava os seus limites.

Na análise de Maria Helena Alves (2005, p.66):

O Ato Institucional ao suspender os direitos individuais abria caminho para a “Operação limpeza”. [...] e ao suspender por seis meses as garantias constitucionais, o Estado, mediante “investigação sumária” e no período estabelecido podia demitir, dispensar, por em disponibilidade, aposentar, transferir para a reserva ou reformar burocratas civis ou pessoal militar.

Para Alves, a promulgação do Ato Institucional efetivamente lançou, assim, as primeiras bases legais para a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. A “Operação Limpeza” não se limitou a expurgos em organismos políticos burocráticos. Elaboravam-se nos quartéis listas dos que deveriam ser expurgados e presos.

Viana Filho (1976, p.55) relata:

A “lista” era a das cassações dos mandatos e direitos políticos. [...] Já no dia 04 de abril, respondendo a uma solicitação, quatorze oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior haviam enviado sugestões ao Comandante da Escola, considerando indispensáveis “cassar mandatos e direitos políticos de todos os deputados comunistas, nacionalistas extremados e agitadores profissionais, e de todos aqueles que tenham cometido atos considerados criminosos ou atentatórios às liberdades e aos direitos consagrados pela Constituição”.

³⁵ Íntegra disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em 31/01/2016.

Ainda no mês de abril, o governo militar divulgou a primeira lista com cassações e exonerações de indivíduos que poderiam desestabilizar o regime. Nesta lista eram apresentados 102 nomes que supostamente ameaçavam a estabilidade nacional, entre eles estavam o de Jânio Quadros, João Goulart, Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes e Darcy Ribeiro.

Na visão dos militares era necessário restabelecer a ordem nacional, e assim foi iniciando uma longa e violenta jornada de caçada e repressão aos grupos políticos de esquerda que haviam apoiado as Reformas de Base do ex-presidente João Goulart.

CAPÍTULO 2

O BRASIL DOS GENERAIS³⁶

*Há soldados armados
Amados ou não
Quase todos perdidos
De armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam
Uma antiga lição
De morrer pela pátria
E viver sem razão*

*Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer*

*Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Somos todos soldados
Armados ou não
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não³⁷*

2.1 Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 a 1967)

Em 15 de abril de 1964, o Congresso Nacional elege o cearense Mal. Castelo Branco como o primeiro presidente militar da Ditadura. Seu governo foi marcado por autoritarismo, contrariando o que defendia em seus pronunciamentos, a exemplo de seu discurso de posse, como nos mostra João Bosco Bonfim (2008, p.270):

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil, inclusive o Ato Institucional que a integra. [...] Nossa vocação é a liberdade democrática, governo da maioria com a colaboração e respeito das minorias. [...] caminharemos para a frente, com a segurança de que o remédio para os malefícios da

³⁶ Durante o regime civil-militar o Brasil teve sucessivamente militares como Presidente da República: Gal. Castello Branco, Gal. Costa e Silva, Gal. Médici, Gal. Ernesto Geisel e Gal. Figueiredo, respectivamente.

³⁷ VANDRÉ, Geraldo. Pra não dizer que não falei das flores. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A_2Gtz-zAzM

extrema esquerda, não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias.

Para o Chagas (1985), o articulador que promoveu a eleição de Castelo Branco foi o Gal. Golbery do Couto e Silva, mentor principal do IPES e da conspiração, e que logo depois da posse do novo presidente recebeu a incumbência de criar o Serviço Nacional de Informações (SNI)³⁸.

O SNI, criado e administrado pelos militares, tinha como objetivo principal o de preservar a Segurança Nacional. Seu alvo eram os denominados movimentos comunistas, desde sindicatos da classe trabalhadora até movimentos estudantis, que passaram a ser constantemente monitorados. Com isso, os centros de ensino superior do país passaram a ser rigorosamente vistoriados por autoridades do regime, pois eram vistos como a maior ameaça pelos militares. Para que pudesse exercer seu poder contou com uma legislação específica voltada a lhe dar amplos poderes de ação.

No primeiro momento de sua fundação, o SNI, foi comandado pelo General Golbery e contou com ajuda dos Estados Unidos, mais especificamente da CIA americana, que designou um agente para vir ao Brasil e ajudar no processo de estruturação do órgão.

O governo de Castelo Branco foi marcado por promulgação de atos e emendas institucionais, que permitiam ao poder executivo manter total e exclusivo controle sobre o Estado.

Em julho de 1964, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 9, que prorrogou o mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967 e mantinha a eleição direta para governador de estado. Na eleição para governador, em 03 de outubro de 1965³⁹, houve uma expressiva vitória da oposição nos estados: Guanabara, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Norte.

Em outubro de 1965, Golbery, se utilizando da estrutura do SNI, a pedido do então presidente Castelo Branco que por sua vez capitulava diante de pressão das alas mais radicais das Forças Armadas, ajudou a redigir mais um Ato, o chamado Ato Institucional nº 2 (AI-2).

³⁸ O SNI foi criado através da Lei 4341 de 13 de junho de 1964 e substituiu por completo o SFICI.

³⁹ Essa eleição era para os onze estados, cujos governadores exerciam mandato de cinco anos, tais como: Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

O AI-2, assinado em 27 de outubro de 1965, aboliu o sistema político pluripartidário vigente até aquele momento. Para manter uma aparente democracia, foi permitida a criação de dois partidos políticos, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) que representava o governo ou situação, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que abrigaria todos os partidos da oposição.

O AI-2 também tinha como objetivo a submissão do Congresso Nacional, pois o poder executivo poderia a qualquer momento fechar e colocá-lo em recesso, sempre que esse não estivesse alinhado às decisões do governo.

A isso se seguiu quase imediatamente o AI-3, assinado em 03 de fevereiro de 1966. Criado para combater a derrota maciça da ARENA nas eleições estaduais, estabelecendo a eleição indireta para prefeitos de capitais⁴⁰ e para governadores, efetivamente destruindo a democracia no Brasil.

O AI-4 permitiu o preparo de uma nova carta constitucional, que foi posta em vigência no ano de 1967. É outorgada, em janeiro de 1967, a nova Constituição do Brasil, imposta pelo governo militar. Aprovada em março do mesmo ano, institucionalizou e legalizou o regime militar oriundo do golpe de 1964. Foi o último Ato Institucional assinado por Castelo Branco.

Em relação à área econômica, com o objetivo de combater a inflação, retomar o crescimento econômico e normalizar o crédito, Castelo Branco implementou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Segundo a doutrina do PAEG, as facilidades para o investimento estrangeiro no país eram necessárias para acelerar o crescimento da economia, com isso incentivou a entrada do capital estrangeiro, revogando para isso a lei de remessa de lucros⁴¹ que estabelecia restrições à remessa de lucros ao exterior, atraindo investimentos externos.

O último ato legal, assinado por Castelo Branco foi o Decreto-Lei nº 314 de 13 de março de 1967 que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social entre outras providências.

⁴⁰ O art. 4º determinava que os prefeitos dos municípios das capitais seriam nomeados pelos governadores de estado, mediante prévio assentimento da Assembleia Legislativa ao nome proposto. O § 1º tratava da eleição dos prefeitos dos demais municípios, que seria por voto direto e maioria simples.

⁴¹ A Lei 4.131/1962, que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior, foi sancionada pelo presidente João Goulart, cujo projeto de lei já havia sido enviado ao Legislativo ainda no governo Vargas. A Lei da Remessa de Lucros, como ficaria conhecida, desfavorecia as empresas estrangeiras instaladas no país.

Alguns meses depois de deixar o governo, precisamente no dia 18 de julho de 1967, Castelo Branco morreu em um acidente aéreo ocorrido no Ceará, onde o pequeno avião em que se encontrava foi atingido pela asa de um jato de treinamento da Força Aérea Brasileira, próximos do aeroporto de Fortaleza. As investigações precárias da época determinaram que o piloto do pequeno avião fora o culpado pelo acidente. Mas o local do acidente não foi devidamente preservado para que uma perícia apontasse as causas, criando até hoje, uma suspeita de que o governo da época tivesse interesse no acidente.

2.2 General Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969)

Em 15 de março de 1967, o Congresso Nacional elege indiretamente o gaúcho Gal. Arthur da Costa e Silva. Em seu discurso de posse destaca a honra não apenas de ser eleito, mas de servir ao Brasil. Bosco (2008, p.278) resume seu discurso:

A revolução teve que ser feita para evitar o caos, representado por ideias incompatíveis com o Brasil. Por isso, a Revolução precisa continuar, pois tem profundas origens populares; não foi um golpe de Estado, nem motim militar. O compromisso é com a democracia; portanto, o fato de a candidatura ser apoiada por militares não tira esse caráter democrático.

Seu governo não só representou a continuidade do regime da ditadura como iniciou um período repressivo mais intenso, frustrando as expectativas daqueles que acreditavam no retorno da democracia.

Em relação ao SNI o General Costa e Silva tinha uma posição bem conhecida no sentido de que entendia que como órgão repressor não exercia efetivamente seu papel e tinha planos para reestruturá-lo. O primeiro acontecimento que colaborou para isso foi que logo após a posse presidencial teve a saída do General Golbery que não concordava com as ideias propostas, inclusive ambos nutriam um sentimento de antipatia mútua.

Na opinião de Lucas Figueiredo (2005, p.151):

Costa e Silva era um obcecado pela estratégia militar baseada na eliminação preventiva do inimigo. Escorado no princípio de que é melhor acabar com o adversário antes que ele adquira capacidade de ir à luta, o general havia tentado criar, ainda no governo Castelo Branco, um serviço secreto mais agressivo que o SNI. Já naquela época, Costa e Silva defendia que a luta contra os subversivos exigiria um serviço secreto que fosse

capaz de levantar informações – como era o SNI -, mas que também estivesse apto a efetuar operações policiais e até mesmo ações de combate ao inimigo.

Outra característica de seu governo foi o incremento de instrumentos de exceção utilizados para reprimir todas as manifestações de grupos que pregavam a volta da democracia.

Um desses grupos de oposição foi a Frente Ampla, que lutava pela redemocratização do país por vias legais e sobretudo buscava o apoio da população. Articulada por Carlos Lacerda que reuniu antigos adversários políticos como João Goulart (PTB), Juscelino Kubitschek (PSD), a Frente Ampla, criada em 1966, fazia oposição aberta e declarada ao governo, ganhando adeptos de várias correntes políticas. A principal reivindicação do grupo era relacionada à anistia, à Assembleia Constituinte e eleições diretas para governador de Estado e presidente da República.

Um segundo grupo de oposição era formado por políticos mais radicais, que não acreditavam ser possível estabelecer a democracia no Brasil de forma pacífica, conhecido como Luta Armada. A Luta Armada era formada por vários grupos, entre eles os que mais se destacaram foi o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que tinha apoio de Leonel Brizola, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), que nasceu através de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e contava com apoio de Carlos Marighella e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), cujo principal nome foi o de Carlos Lamarca.

A estes grupos, somam-se os universitários, grupo forte de oposição ao governo de Costa e Silva, que estavam descontentes com a política educacional e com o acordo realizado entre o Brasil e o governo norte-americano, conhecido como MEC-USAID⁴².

O ano de 1968 foi marcado por uma série de acontecimentos e pela rebeldia dos estudantes na Europa e nos Estados Unidos. Nos EUA, além da onda de protestos estudantis, houve o assassinato de duas figuras importantes como Robert Kennedy (candidato à presidência dos EUA) e de Martin Luther King (pastor que recebeu Prêmio Nobel da paz e defensor dos direitos humanos). Na França, devido a um movimento intenso por parte de estudantes, que ficou

⁴² Siglas que representam o Ministério da Educação e Cultura brasileiro em associação com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

conhecido como Maio de 1968, a maioria dos trabalhadores entraram em greve, paralisando o país. Na Tchecoslováquia, a União Soviética enviou tanques para reprimir o movimento dos jovens que anseiam pela democracia, que ficou conhecido como Primavera de Praga. No México, em outubro de 1968, centenas de estudantes são mortos pelo Exército, em um protesto na Praça das Três Culturas.

No Brasil, a grande comoção que mergulhou o país se deu em 28 de março de 1968, quando da morte do jovem secundarista Edson Luís de Lima Souto, morto com um tiro a queima roupa, na invasão da polícia militar ao restaurante universitário Calabouços, onde estudantes faziam protestos contra o aumento do preço das refeições.

Para a sociedade civil ficou cada vez mais clara a noção de que estava ocorrendo uma destruição dos direitos, da democracia e das liberdades individuais. Greves de grandes proporções foram desencadeadas em grandes centros industriais do país, nas cidades de Osasco (SP) e em Contagem (MG).

As restrições de liberdade atingiram, também, as produções artísticas e culturais. Foi imposto um forte controle através da censura que afetava a realização de peças teatrais, filmes, edição de livros, programas de rádio e televisão, e interferia até mesmo nas composições da música popular brasileira. Os autores das obras artísticas e culturais com mensagens políticas de oposição à Ditadura Militar eram vigiados, perseguidos, investigados e acusados.

A repressão e a violência chegaram ao auge no dia 21 de junho de 1968, conhecida como Sexta-Feira Sangrenta, onde estudantes protestavam contra o governo desde o dia 19. O Rio de Janeiro tornou-se palco de uma batalha com 28 mortos, centenas de feridos, e milhares de pessoas presas.

Em relação a esse acontecimento Zuenir Ventura (1988, p.142) nos mostra:

Se fosse possível precisar o momento exato em que o governo Costa e Silva perdeu definitivamente a batalha pela conquista da opinião pública, esse momento estaria situado entre os dias 19, 20 e 21 de junho de 1968. Mais por insensatez própria do que por estratégia do adversário, as autoridades estaduais e federais, em três dias, atraíram para si o ódio da classe média.

Chocados pelos acontecimentos, artistas, intelectuais, jornalistas, professores e outros segmentos profissionais se juntaram ao movimento

estudantil que organizava uma nova manifestação: a Passeata dos Cem Mil, ocorrida em 26 de junho de 1968. Houve muita articulação política para que não se repetisse a Sexta-Feira Sangrenta. A manifestação foi tranquila, mesmo acompanhada por todo um forte aparato policial.

As manifestações contra o governo não cessavam e em 02 de setembro de 1968, o forte discurso⁴³ proferido pelo deputado Márcio Moreira Alves, dois dias após a invasão da Universidade de Brasília (UNB) pela Polícia Militar, provocou uma violenta reação por parte das Forças Armadas, que pediu a cassação do mesmo:

“Senhor presidente, senhores deputados,
Todos reconhecem ou dizem reconhecer que a maioria das forças armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este país sob regime de opressão. Creio ter chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote. As mães brasileiras já se manifestaram. Todas as classes sociais clamam por este repúdio à polícia. No entanto, isto não basta.

É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já começou a se estabelecer nesta Casa, por parte das mulheres parlamentares da Arena, o boicote ao militarismo. Vem aí o 7 de setembro.

As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem junto com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe, se compenetrasse de que a presença dos seus filhos nesse desfile é o auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile. Esse boicote pode passar também, sempre falando de mulheres, às moças. Aquelas que dançam com cadetes e namoram jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje, no Brasil, que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da Guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de sua casa àqueles que vilipendiam-nas. Recusassem aceitar aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das forças armadas, falando e agindo em seu nome. Creia-me senhor presidente, que é possível resolver esta farsa, essa democratura, este falso impedimento pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre os civis e militares deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este país volte à democracia.

Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos que não compactuam com os desmandos de seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos 14 oficiais de Crateús que tiveram a

⁴³ Disponível no site: <http://m.memorialdademocracia.com.br/card/regime-usa-discurso-para-baixar-o-ai-5>. Acesso em 31/01/2016.

coragem e a hombridade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário dos seus superiores. ”

Maria Celina D'Araújo (1997, p.254) mostra a opinião de Geisel sobre o discurso do deputado Márcio Alves:

O discurso foi desaforado, aconselhando entre outras coisas que o povo não fosse assistir à parada de 7 de setembro, em repúdio ao Exército. Os ministros militares tomaram isso como ofensa. Exigiram a cassação do mandato político do Márcio. Costa e Silva os apoiou, mas o Congresso votou contra a cassação. Daniel Krieger, que era partidário do Costa e Silva e senador com largo tirocínio, disse-lhe que o Congresso não aprovaria a cassação e aconselhou-o a retirar a proposição.

E realmente, no dia 12 de dezembro de 1968, o Plenário da Câmara recusou, por 216 votos a 141, o pedido para processar Márcio Moreira Alves⁴⁴. Os militares com essa derrota, junto com o fortalecimento da oposição e as manifestações populares que estavam tomando uma grande proporção, responderam com a criação do mais violento ato jurídico do regime militar. Foi decretado, no dia 13 de dezembro, o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

O Ato foi definido em uma reunião comandada pelo então presidente Arthur da Costa e Silva e mais 24 assessores diretos que integravam o Conselho de Segurança Nacional, dos quais 15 eram militares. Por cerca de duas horas, os 25 discutiram e definiram o que seria incluído no ato. Apenas o então vice-presidente da República, Pedro Aleixo, foi contrário à medida. O placar foi de 24 votos a um.

O AI-5 autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e sem apreciação judicial, entre outros atos de arbítrio, a cassar mandatos parlamentares e suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão. Durante sua vigência atingiu também a censura, que se estendeu à imprensa, à música, ao teatro e ao cinema. Em 30 de dezembro de 1968 foi divulgada a primeira lista de cassações do Ato. Encabeçada por Marcio Moreira Alves, trazia os nomes de onze deputados federais⁴⁵.

Segundo M. Alves (2005, p.160), o texto reiterava disposições dos dois primeiros atos institucionais, mas havia uma diferença importante: não se

⁴⁴ Disponível em: <<https://liberdadepolitica.wordpress.com/tag/moreira-alves/>>. Acesso em 27/12/2017.

⁴⁵ Idem

estipulava prazo para sua vigência, seriam permanentes os controles e a suspensão das garantias constitucionais.

No campo econômico, o Brasil iniciava um período de crescimento da economia e o regime utilizava esse fato como instrumento de propaganda para conquistar a população e legitimar a competência do governo pelos militares.

Entre os anos de 1968 a 1973 ocorreu o conhecido Milagre Econômico Brasileiro, expressão criada para fazer referência a um momento acelerado do crescimento da economia nacional. A evidência desse crescimento podia ser verificada principalmente pelas elevadas taxas do Produto Interno Bruto (PIB), pelas reduções das taxas de inflação, pela forte entrada de capital estrangeiro e pela expansão de crédito e investimentos em quase todos os setores.

Em 31 de agosto de 1969, Costa e Silva foi afastado da Presidência da República vítima de um acidente vascular cerebral, que o deixou semiparalisado e impossibilitado de falar, sendo substituído por uma junta militar, que não permitiu que o vice-presidente Pedro Aleixo (sucessor natural e constitucional), assumisse a Presidência. A junta composta pelo Ministro da Marinha Augusto Rademaker, pelo Ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello e pelo Ministro do Exército, Lyra Tavares, editou o AI-12 para assumir temporariamente as funções de Presidente.

Geisel explica porque não foi permitido a Pedro Aleixo assumir a Presidência da República (D'Araújo 1997, p.257):

Fala-se em golpe de 64, mas o golpe realmente foi dado quando impediram Pedro Aleixo de tomar posse. Por que Pedro Aleixo não assumiu? Porque era um político, e fora o único membro do governo a votar contra o AI-5. Achavam que ele não ia dar conta do problema. A primeira coisa que haveria de querer era derrubar o AI-5. Por isso, concluíram que não podia assumir.

Costa e Silva faleceu em 17 de dezembro de 1969, deixando o país mergulhado em uma crise política e com um regime militar mais endurecido ainda.

2.3 A Junta Militar

Durante a crise política e as incertezas desencadeadas com a doença de Costa e Silva, as organizações de esquerda sentiram-se encorajadas a agir e no

dia 04 de setembro de 1969, sequestraram o embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrick, causando constrangimento ao governo no âmbito internacional. O diplomata foi sequestrado numa ação conjunta arquitetada pelos grupos Aliança Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de outubro - MR-8. O sequestro finalizou quando a junta cedeu às exigências dos militantes. O embaixador foi trocado por quinze presos políticos que foram exilados para o México.

Segundo M. Alves (2005, p.189), o Estado reagiu editando os atos institucionais 13 e 14:

[...] iniciou imediatamente negociações com os guerrilheiros para atender todas as suas exigências, principalmente em vista da considerável pressão exercida pelo governo norte-americano; e baixou os Atos institucionais 13 e 14, destinados a reforçar a estruturação legal do Aparato Repressivo.

O AI-13 estabelecia que todos os presos políticos trocados por dignitários sequestrados seriam banidos do território brasileiro, ou seja, todo brasileiro inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional. O AI-14 dá nova redação ao artigo 15, §11 da Constituição Federal de 1967, tornando a pena de morte, prisão perpétua e banimentos aplicáveis nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determina.

Duas outras importantes medidas foram tomadas em consequência do sequestro do embaixador dos Estados Unidos: a primeira foi a Lei de Segurança Nacional⁴⁶ e a segunda foi a Emenda Constitucional⁴⁷ nº 1 à Constituição de 1967, que ficou conhecida como a Constituição de 1969 (M. ALVES, 2005).

Da mesma opinião de M. Alves, Jacob Gorender (2014, p.186) também discorre sobre o alto preço a pagar pelo sequestro do embaixador norte-americano:

Para os presos libertados, a Junta Militar criou a pena de banimento. No dia 19 de setembro, o AI-14 estabeleceu as penas de morte e prisão perpétua em tempo de paz, destoantes

⁴⁶ Decreto-lei n.º 898, de 29 de setembro de 1969 que definiu os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e estabeleceu seu processo e julgamento. Este decreto-lei revogou os Decretos-leis n.º 314, de 13 de março de 1967 e n.º 510, de 20 de março de 1969, ampliando o alcance das leis autoritárias.

⁴⁷ Sob aparência de Emenda Constitucional, em 17 de outubro de 1969, estando o Congresso Nacional em recesso forçado, foi outorgada pelos três ministros militares e ficou conhecida como a nova Carta constitucional do país que, manteve o Ato Institucional nº5, incorporou ao seu texto.

da tradição jurídica brasileira. No dia 28, o Decreto-Lei 898 pôs em vigor nova lei de segurança nacional, para a qual o adjetivo draconiano chega a ser ameno. [...] A Emenda Constitucional revogou a Constituição de 1967 e impôs uma nova Constituição, cujo descarado discricionarismo se adequava à situação real de fechamento completo da ditadura.

A Junta Militar através do AI-16, editado em 14 de outubro, declarou vagos os cargos de presidente e de vice-presidente da República e estabeleceu a data de 20 de outubro para a realização das eleições. No dia 15, a junta militar baixou o Ato Complementar nº 73, convocando o Congresso (que se mantinha em recesso desde a edição do AI-5) para proceder às eleições presidenciais. A ARENA indicou, formalmente, o nome do gaúcho nascido em Bagé, General Emílio Garrastazu Médici para sucessor de Costa e Silva.

2.4 General Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974)

No discurso da posse, enaltece suas qualidades e reverencia a democracia. Bosco (2008, p.287) assim resume seu discurso:

Sou a oferta e a aceitação. Não a promessa, mas a verdade, confiança, coragem, humildade, união, reverência à democracia. Como ato de justiça, resalto o patriotismo da Junta Militar e a total dedicação de Costa e Silva. Sou (e sempre fui): do campo, da fronteira, da família, do povo, da caserna, da minha terra, do meu tempo. É hora de fazer a integração do homem do campo no desenvolvimento nacional. No campo internacional, não aceito senão uma posição de altivez para o Brasil. Na política interna, buscarei fortalecer governos municipais e sub-regionais. Às comunidades do interior levarei saneamento básico, para proteger a família. Ouvirei sempre o povo [...]
Passados os difíceis anos 60, nossa hora amanhecerá nos 70.

Seu governo ficou conhecido como os “anos de chumbo”, considerado o mais violento, repressivo e autoritário de todos. A repressão chegou ao seu ápice, este período foi marcado por todos os tipos de arbitrariedades, tendo sido a época mais cruel na tortura de presos políticos no Brasil. Qualquer cidadão que se manifestasse contra o governo seria investigado, preso, torturado ou exilado do país.

O ano de 1970 ficou marcado, no Brasil, por uma onda de sequestros a autoridades diplomáticas. A estratégia bem-sucedida no caso do embaixador americano, em setembro de 1969, levou os grupos que lutavam contra a ditadura

militar a promover outras ações do gênero. Em março, o cônsul japonês Nobuo Okuchi foi sequestrado em São Paulo e o governo militar deveria libertar cinco presos políticos. Quando o grupo chegou ao México, Okuchi foi solto. Em junho, houve o sequestro do embaixador da Alemanha, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben em troca de 40 presos políticos. Após os presos serem exilados para Argélia, Holleben foi solto. Houve também o sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher na cidade do Rio de Janeiro. Essa ação foi executada com êxito e o embaixador foi trocado por setenta presos políticos.

As ações das organizações armadas de esquerda consistiam em assaltos a bancos, carros fortes e sequestros de diplomatas para financiar os atos de guerrilha e resistência contra a Ditadura.

Em reação à radicalização dessas organizações armadas de esquerda, o governo transferiu o comando das operações repressivas para a recém-criada Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo, que se integrou no organograma legal sob a denominação de DOI/CODI II (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército). Além de São Paulo, foram implantados como instituições oficiais no Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza e Belém.

Segundo Gorender (2014, p.173), assumiu o comando do DOI/CODI paulista o major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, natural de Santa Maria/RS, oficial de Estado-Maior, responsável pelas torturas, conforme expõe:

De maneira meticulosa, Ustra sistematizou as operações de investigação, captura, interrogatório, análise de interrogatórios, fichário, cruzamento de informações, etc. Sob suas ordens, a tortura deixou de ser arbitrária e caótica e se tornou uma prática orientada e metódica, friamente executada.

O aparato repressivo do governo contava, ainda, com os centros de informação das forças armadas: o Ciex, do Exército, o Cenimar, da Marinha, e o Cisa, da Aeronáutica. Nesse período, assistiu-se à desestruturação das organizações de esquerda, com a prisão, exílio ou morte de seus principais líderes.

No dia 4 de novembro de 1969, o líder comunista Carlos Marighela da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi assassinado em uma emboscada montada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e a sua equipe, na cidade de São Paulo.

Durante o governo Médici foram combatidos dois focos de guerrilha rural: a do Vale da Ribeira, em São Paulo, liderada por Carlos Lamarca, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que foi duramente perseguido e fuzilado pelos militares em 1971, e do Araguaia, no Pará. Dessa forma, em meados de 1974, a luta armada no Brasil estava totalmente desarticulada.

Em relação à área econômica, numa conjuntura internacional favorável, observou-se a continuação do chamado “milagre econômico brasileiro”, que consistiu na grande expansão da economia brasileira, expressa no vertiginoso crescimento do PIB, na estabilização dos índices inflacionários, na expansão da indústria, do emprego e do mercado interno. Em outubro de 1970, o Brasil obteve do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o maior empréstimo até então concedido a um país da América Latina⁴⁸.

O governo de Médici, estruturado numa política nacionalista, voltada a impressionar e conquistar a simpatia dos brasileiros e calar as vozes oposicionistas, lançou uma série de ações e programas em todas as áreas. Entre elas podemos citar a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que tinha como objetivo o controle, legalização e distribuição de terras. Lançou o Plano de Integração Nacional, projeto ambicioso de construção de estradas como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Manaus-Porto Velho, com o intuito de povoar a região norte e manter um controle sobre os territórios que tinham sediado a Guerrilha do Araguaia. E institucionalizou o projeto Rondon que tinha como objetivo levar assistência às comunidades mais carentes e distantes⁴⁹.

Na área da educação foi lançado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que oficialmente tinha o objetivo de erradicar o analfabetismo, visto que todos os projetos anteriores, inclusive do professor Paulo Freire⁵⁰, tinham sido banidos por serem considerados comunistas⁵¹.

Ainda nesse governo, foi inaugurada a refinaria de petróleo de Paulínia, em São Paulo, a maior do país e, foram assinados dois importantes acordos:

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/biografia>>. Acesso em 27/12/2017.

⁴⁹ Idem

⁵⁰ O Método Paulo Freire de Alfabetização, que consistia na educação de adultos, foi oficializado em 21 de janeiro de 1964 e extinto por decreto dos militares em 14 de abril de 1964.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/biografia>>. Acesso em 27/12/2017.

com a Bolívia, para a construção de um gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e Paulínia, e com o Paraguai, para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. No ano seguinte, foi inaugurada a maior usina hidrelétrica da América do Sul, na Ilha Solteira, e a ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio de Janeiro a Niterói⁵².

D. Reis (2014, p.81) compara o país a um imenso canteiro de obras, pois foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista. O governo até criou uma agência própria de propaganda, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), para martelar slogans otimistas, animando, encorajando com mensagens positivas e ufanistas: *Pra frente Brasil, Ninguém mais segura esse país*. Para os que discordavam, restava a porta de saída: *Brasil, ame-o ou deixe-o*.

Ainda na visão de Reis, a conquista do tricampeonato mundial, no México, em 1970, foi uma benção para esses propósitos de celebração patriótica, até mesmo porque era o primeiro campeonato mundial de futebol transmitido ao vivo para todo o país. A cobiçada Taça Jules Rimet, agora era nossa, e o futuro também.

Ao fim do governo, a exaltação provocada pelo crescimento econômico já começava a dar sinais de enfraquecimento. A extrema dependência com o quadro econômico internacional, a crise do petróleo (OPEP)⁵³ no mercado internacional, a elevação dos juros na economia mundial e o agravamento das desigualdades socioeconômicas foram decisivos para que o milagre econômico tivesse curta existência.

Foi um governo marcado pela extrema violência contra os opositores do regime, tais como prisões, torturas, acidentes misteriosos, suicídios, assassinatos e principalmente desaparecimentos. Ao mesmo tempo, os instrumentos de censura, garantidos pelo Ato Institucional Nº 5, calavam as vozes de qualquer meio de comunicação ou qualquer manifestação interessada

⁵² Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/biografia>>. Acesso em 27/12/2017.

⁵³ Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) criada na década de 1960 e liderada pela Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait. Em 1973 provocou uma crise mundial aumentando o preço do barril de petróleo em 300%

em denunciar tais abusos. Era de tal modo, que milhares de cidadãos eram silenciados ou alienados desses abusos.

2.5 General Ernesto Geisel (1974 a 1979)

O sucessor do Gal. Médici, em 1974, foi o gaúcho de Bento Gonçalves, Gal. Ernesto Geisel, escolhido pelo Colégio Eleitoral conforme previsto na Constituição de 1967.

Segundo Bosco (2008, p.287), seu discurso de posse saúda o antecessor, elogia seus feitos e se compromete a continuar a obra. Aparentemente, é o discurso para o auditório composto por uma só pessoa: Médici, que lhe legou o governo. Só a ele cabe agradecer. Eis o resumo:

Sinto-me duplamente honrado ao receber a faixa: por ser presidente, e por continuar a obra de Médici. No governo anterior, a Nação ganhou confiança, com a integração territorial obtida, pelas estradas abertas; com a integração social, que fez diminuir desníveis regionais e entre grupos sociais, na cidade e no campo, de um extremo ao outro. O projeto nacional, calcado no ideal de desenvolvimento e segurança empolga a alma popular, estimula realizações. Houve modernização, que animou os brasileiros; estes, pelo trabalho dignificante, enfrentam desafios, resistem a frustrações sempre fiéis aos compromissos assumidos com o exterior. O governo Médici foi o tônus revigorante da Revolução de 64: demonstrou com números, a obra que ostenta; nascida de um conflito, a Revolução alimenta esperanças de um futuro promissor, de consenso em torno da criação de uma grande nação.

O governo Geisel ficou conhecido, pelo processo de abertura política, denominada pelo próprio presidente de “política de distensão” e que seria *lenta, gradual e segura*, com vistas à reimplantação do sistema democrático no país.

Essa “política de distensão” foi formulada pelo presidente e pelo Gal. Golbery que voltou ao governo como chefe de Gabinete Civil da presidência. Essa vinculação o expôs à ira dos nacionalistas e da linha dura (FAUSTO, 2015).

D. Reis (2014, p.99) faz uma análise da razão da abertura política, proposta por Geisel ser *lenta, gradual e segura*:

Era necessário o maior cuidado para que as coisas se passassem em ordem e em paz. *Lenta* sem pressa, devagar; *gradativa*, por etapas, de modo que se pudesse avaliar, a cada momento, o caminho percorrido, as novas circunstâncias, os

objetivos alcançados e os desafios a serem enfrentados; e *segura*, sob controle, com a máxima segurança possível.

O binômio desenvolvimento e segurança, formulado pela ESG, foi mantido durante seu governo, caracterizado pela convivência entre uma política de tendência liberalizante e a atuação dos órgãos de segurança implantados após o golpe militar de 1964.

Em 1974, o governo permitiu a realização de propaganda eleitoral, proibida desde a edição do AI-5, e os candidatos do MDB à Câmara dos Deputados e ao Senado obtiveram uma expressiva vitória nos principais estados do país, aumentando consideravelmente a bancada oposicionista nas duas casas. No início desse ano havia expirado o prazo de suspensão dos direitos políticos dos primeiros cassados pelo AI-1, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e, em 1975, teve fim a censura prévia ao jornal *O Estado de S. Paulo*, medida estendida mais tarde a outros órgãos da imprensa.

Mas essas iniciativas não evitaram, entretanto, os recuos autoritários do governo, registrando-se, durante todo o período Geisel, a repressão às organizações clandestinas e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a utilização, em diversas ocasiões, do AI-5. A morte por enforcamento do jornalista Vladimir Herzog e a morte do operário Manuel Fiel Filho, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, resultaram em manifestações políticas contra o governo e evidenciou a existência de divergências com os setores militares contestadores da política de distensão, começando assim os atritos entre o Ministro do Exército Silvio Frota e o presidente Geisel.

Segundo Élio Gaspari (2014, p.217), o próprio Gal. Geisel, embora não admitisse publicamente, suspeitava das mortes havidas nas dependências do DOI-CODI:

Suspeitando que o assassinato do operário Manoel Fiel Filho no DOI de São Paulo tivesse sido premeditado, tomou-o como um desafio. Nunca se estabeleceu uma prova conclusiva de que a morte de Fiel tenha sido uma provocação, mas o aparecimento de outro suicida, novamente enforcado, na mesma carceragem onde Vladimir Herzog fora pendurado 84 dias antes, dava à sequência um inevitável caráter de confronto.

Em 1977, o Congresso Nacional foi fechado por 14 dias, em virtude da não aprovação da proposta de reforma do Poder Judiciário encaminhada pelo governo. Para assegurar a maioria governista no Legislativo, instituiu-se, em

seguida, o chamado “Pacote de Abril”, que incluía uma série de medidas, dentre as quais a manutenção de eleição indiretas para governadores e presidente da República; a eleição indireta de um terço dos membros do Senado, que resultaria na criação da figura do “senador biônico”; o aumento da representatividade de Estados menores no Congresso Nacional, o quórum para a aprovação de emendas à Constituição passou de 2/3 para maioria absoluta, ampliação das restrições impostas pela Lei Falcão e a extensão do mandato do sucessor de Geisel para seis anos.

A Lei Falcão também impedia o aparecimento de candidatos ao vivo no rádio e na televisão, como nos explica M. Alves (2005, p.230):

A propaganda eleitoral transformou-se em monótona sucessão de nomes, números, currículos e fotografias de centenas de candidatos dos dois partidos. Além disso, o Superior Tribunal Eleitoral pressionado pelo governo Geisel, proibiu os candidatos de afixar outros tipos de material de propaganda em lugares públicos. Desse modo a campanha para as eleições municipais de 1976 reduziu-se a um silêncio virtual, negando-se à oposição o emprego de seu principal recurso – o debate e a argumentação.

Em outubro desse mesmo ano, foi demitido o ministro do Exército, general Sílvio Frota, cuja candidatura à sucessão presidencial era articulada por setores militares identificados com a chamada linha dura.

Em 1978, registrou-se a primeira greve de operários metalúrgicos desde 1964, em São Bernardo do Campo, sob a liderança de Luís Inácio da Silva.

Desde o início do governo, Geisel imprimiu nova orientação à política externa brasileira, substituindo-se o alinhamento automático com os Estados Unidos, privilegiado nos períodos anteriores, pela ampliação de relações diplomáticas e comerciais com países da África, Ásia e Europa. Nesse sentido, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo português formado em seguida à derrubada da ditadura salazarista, em 25 de abril de 1974; foram reatadas relações com a República Popular da China e estabelecidas embaixadas em Angola, Moçambique, Guiné Equatorial, entre outras iniciativas.

No que se refere à política econômica, o governo tentava reverter os resultados negativos da crise internacional do petróleo e o fim do *milagre econômico brasileiro*, e promoveu o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que tinha como meta principal priorizar os investimentos no setor energético e

em indústrias básicas. Investimentos significativos foram feitos no setor petrolífero, tendo início a extração de petróleo em águas profundas, uma inovação tecnológica genuinamente brasileira. Outra inovação de destaque foi o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que desenvolveu a utilização do etanol como combustível. Também foi assinado o acordo nuclear Brasil-Alemanha para a construção das usinas termonucleares de Angra dos Reis.

O plano econômico do governo ressentiu-se, entretanto, do impacto da crise do petróleo, do aumento da dívida externa e do desequilíbrio da balança de pagamentos. Nesse contexto, uma das medidas defendidas pelo governo, em outubro de 1975, foi a adoção de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo no país. Em 1978, no final do governo Geisel, os principais problemas da economia continuavam sendo o crescimento da taxa de inflação e da dívida externa.

Em 13 de outubro de 1978, através da Emenda Constitucional nº11, o presidente Geisel revogou o AI-5, a partir de 01 de janeiro de 1979, dando um passo decisivo no processo de redemocratização do país.

Geisel indicou para seu sucessor o Gal. João Baptista Figueiredo, que além de dar seu apoio à política de distensão, era chefe do SNI em seu governo. Aliás, Figueiredo esteve junto a todos os seus antecessores, pois esteve no comando do III Exército no governo Costa e Silva, foi chefe da Agência Central do SNI no governo Castelo Branco e chefe do Estado-Maior de Médici.

2.6 General João Baptista Figueiredo (1979 a 1985)

Em 15 de março de 1979, assume o Gal. João Baptista Figueiredo, nascido no Rio de Janeiro, o último dos generais. Seu governo foi marcado por reformas, onde extinguiu o sistema bipartidário, surgindo então vários partidos, declarou anistia dos militares e perseguidos políticos, devolveu o direito pleno aos exilados.

Segundo Bosco (2008, p.306), o general Figueiredo assumiu a presidência da República reafirmando o projeto de abertura política iniciado no governo anterior e uma série de compromissos:

[...] manter os ideais (sociedade livre e democrática) da Revolução de 1964; fazer do Brasil uma democracia; prosseguir

com as reformas de Geisel; sustentar a independência dos poderes; garantir os direitos constitucionais a todos; conciliar-se com todos os brasileiros; propiciar vida digna aos cidadãos; dar prioridade para o desenvolvimento agropecuário; combater a inflação; promover o equilíbrio das contas internacionais; fazer das cidades locais habitáveis; garantir a cada trabalhador a remuneração justa; garantir direitos de assistência (saúde, educação, previdência) aos brasileiros.

O caminho da redemocratização foi aberto com a aprovação da Lei de Anistia (Lei 6683/79) que, apesar das restrições (excetuam-se os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal), reverteu punições aos cidadãos destituídos de seus empregos, presos políticos, parlamentares cassados desde 1964 e permitiu a volta de exilados ao país. Também, trouxe benefícios aos militares, pois anistiou os responsáveis pelos excessos cometidos em nome do governo e da segurança nacional. Do ponto de vista moral essa Lei era considerada injusta por alguns movimentos, pois, isentava de qualquer responsabilidade os militares e aqueles que colaboraram com os órgãos repressores do regime, até mesmo os excessos que incluíam desde torturas até mortes. Por outro lado, entendia que guerrilheiros envolvidos em mortes, denominados de crime de sangue, não estariam inclusos na Lei. As famílias dos desaparecidos durante a repressão também não se viam contempladas por essa Lei, em virtude de que os órgãos repressores não assumiam a responsabilidade pelo paradeiro daqueles que estiveram detidos em suas dependências.

Outro importante passo para a redemocratização foi a Reforma Partidária, aprovada em novembro de 1979, pelo Congresso Nacional, a reforma extinguiu Arena e MDB e restabelecia a formação de novos partidos. Formaram-se então, o Partido Democrático Social (PDS), que reunia a maior parte dos governistas, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), constituído pelos militantes do antigo MDB; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) liderado por Leonel Brizola, o Partido do Trabalhadores (PT), liderado por Luís Inácio Lula da Silva e o Partido Popular (PP) tendo como principal liderança Tancredo Neves. Os partidos comunistas continuaram na ilegalidade.

Também em novembro, foi aprovado o projeto do governo que previa para 1982, eleições diretas para governadores, deputado federal e estadual, prefeito

e vereadores e ainda extinguiu a figura do senador eleito indiretamente (senadores biônicos).

Para Maria Helena M. Alves (2005, p.324), o objetivo da reforma partidária era enfraquecer a oposição:

Ao mesmo tempo que procurava fragmentar e dividir a expressão política dos setores mais conservadores da ampla aliança oposicionista, a nova Lei Orgânica dos Partidos esforçava-se para excluir totalmente as vozes mais radicais do novo movimento popular. Líderes sindicais e membros das organizações e comunidades de base já se empenhavam na criação de um Partido dos Trabalhadores (PT). A nova Lei tentou impedi-lo com a redação do Parágrafo 3º, Item III do Artigo 5º. “Não se poderá utilizar designação ou denominação partidária, nem se fará arregimentação de filiados ou adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe”. Esperava-se que o Superior Tribunal Eleitoral recusasse o registro do Partido dos Trabalhadores sob a alegação desses “elementos de classe”, mas o PT teve êxito em sua argumentação de que incluía entre seus filiados camponeses e membros da classe média, além de operários, e de que sua arregimentação baseava-se no programa partidário, e não em motivação classista.

A década de 1980 representou um momento de fronteira na política e na vida social do povo brasileiro. Havia basicamente dois caminhos onde um era o retorno da democracia e o outro era a manutenção da ditadura militar. A maioria da população clamava pelo retorno da democracia, mas ainda havia um grupo de militares radicais que pretendia manter a ditadura militar, colocando obstáculos ao processo de abertura do regime e que organizou um conjunto de ações violentas para intimidar a organização da sociedade civil no processo de abertura política. Em São Paulo, bancas de jornais foram incendiadas, e no Rio de Janeiro, foram enviadas cartas-bombas à Câmara Municipal e ao presidente da Ordem dos Advogados no Brasil (OAB).

Mas, em abril de 1981, se instalou uma grave crise militar no governo de Figueiredo, quando num ato terrorista, duas bombas explodiram nas imediações do Riocentro, Rio de Janeiro, numa comemoração antecipada do Dia do Trabalho⁵⁴. Com enorme repercussão pública, a oposição exigia do governo uma

⁵⁴ Esse episódio lembra o caso Para-Sar, também conhecido como o Atentado ao Gasômetro.

investigação, visto que os suspeitos eram um sargento e um capitão do Exército, mas o inquérito não apontou responsáveis e encerrou-se as investigações.

Em relação à política econômica, o governo de Figueiredo esteve em meio a uma grave crise, efeito ainda da instabilidade do petróleo iniciada na década de 1970. No início da década de 1980, o Brasil enfrentava uma alta recessão econômica com elevadas taxas de inflação, desvalorização da moeda nacional, arrocho salarial e elevação do custo de vida.

Concomitantemente com a crise econômica, desde 1978, os trabalhadores insatisfeitos se aliaram aos sindicatos com greves eclodindo nas mais diversas categorias profissionais, destacando a paralisação dos metalúrgicos do ABC paulista, em 1980. Essa greve estendeu-se por 41 dias, e como resultado houve demissões, confrontos com policiais militares e do Exército. O governo buscou respaldo na Lei de Segurança Nacional (LSN), processando líderes sindicais e intervindo em sindicatos.

Em novembro de 1982 realizaram-se eleições diretas para o Congresso e os governos estaduais. A oposição obteve maioria na Câmara dos Deputados, e o PDS, no Senado e nos governos estaduais.

Em 1984 cresceram as manifestações com a campanha “Diretas Já” com o objetivo de pressionar o governo e o Poder Legislativo a aprovar as eleições diretas para a presidência da República. Milhões de brasileiros foram às ruas e participaram de comícios com o objetivo de apoiar a Emenda Constitucional das diretas, de autoria do deputado peemedebista Dante de Oliveira. Essa emenda foi apresentada e rejeitada no mesmo ano, pela Câmara dos Deputados. Entretanto, mesmo sem conseguir a quantidade suficiente de votos no Congresso Nacional, a emenda enfraqueceu o bloco de apoio ao governo militar. Ocorreu então uma eleição indireta para a escolha do novo chefe do Poder Executivo, isto é, feita pelos representantes do povo, os deputados federais que compunham o Congresso Nacional naquele momento.

Através da eleição indireta, pelo Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, foram eleitos para presidência Tancredo Neves e para vice-presidência José Sarney, derrotando os candidatos governistas Paulo Maluf e Flávio Marcílio.

2.7 Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós⁵⁵

Os brasileiros, em sua maioria, receberam com grande entusiasmo a eleição de Tancredo Neves, apesar de indireta, pois finalmente o país teria seu primeiro presidente civil após 21 anos sob regime militar.

Tancredo Neves, nascido em Minas Gerais, na cidade de São João Del Rey, exerceu sua vida política como vereador, deputado estadual, deputado federal, senador e eleito pelo voto direto em 1982 como governador do estado de Minas Gerais. No governo de Getúlio Vargas exerceu o cargo de Ministro da Justiça.

Desde o golpe militar participava do MDB, mas era respeitado como um conciliador, em todos os círculos políticos, inclusive esteve à frente das negociações que permitiram a posse de João Goulart, sendo nomeado como seu Primeiro Ministro. Também teve participação ativa na campanha das "Diretas Já".

Como a eleição indireta já estava formalizada, e se daria através do Colégio Eleitoral formado pelo Congresso, a habilidade política de Tancredo como negociador foi fundamental para vencer seu adversário político Paulo Maluf. Para isso aliou-se a setores governamentais que hostilizavam a candidatura situacionista, no caso a de Jose Sarney, que liderava uma dissidência numerosa de parlamentares, levando-os consigo, quando saiu da presidência do PDS, para se filiar ao PMDB, o que lhe assegurava ser o vice na chapa com Tancredo.

Mas Tancredo, no entanto, jamais foi empossado. Na véspera da posse, sentindo fortes dores abdominais, foi internado no Hospital de Base, em Brasília. Então, em 15 de março de 1985 quem assume a presidência interinamente é o vice, José Sarney.

Tancredo Neves veio a falecer em 21 de abril de 1985, causando uma grande comoção no país. Desta forma, José Sarney assumiu oficialmente o cargo em seu lugar, permanecendo no poder até 1989.

José Sarney, teve uma longa carreira política como deputado federal, senador e governador, era opositor ao governo antes de 1964 e, a partir

⁵⁵ Refrão do Hino da Proclamação da República.

daí, através da Arena, apoiou o regime militar. Contrariamente acabou sendo o primeiro presidente civil após os governos militares e foi durante o seu mandato que o país construiu a nova Constituição Democrática Brasileira, promulgada em 1988.

CAPÍTULO 3

ENSINO SUPERIOR: RENOVAR E REPREMIR

*No novo tempo, apesar dos castigos
Estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer
No novo tempo, apesar dos perigos*

*Da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta
Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver
Pra que nossa esperança seja mais que a vingança
Seja sempre um caminho que se deixa de herança*

*No novo tempo, apesar dos castigos
De toda fadiga, de toda injustiça, estamos na briga
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer*

*No novo tempo, apesar dos perigos
De todos os pecados, de todos enganos, estamos marcados
Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver*

*No novo tempo, apesar dos castigos
Estamos em cena, estamos nas ruas, quebrando as algemas
Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer*

*No novo tempo, apesar dos perigos
A gente se encontra cantando na praça, fazendo pirraça⁵⁶*

Em abril de 1964, após a instauração do golpe, iniciou-se uma verdadeira caçada a todos opositores do regime, denominados “inimigos internos”. A chamada “operação limpeza”, caracterizou-se pela instauração de inquéritos e prisões em massa. Essa ação repressiva atingiu os cidadãos em geral, servidores públicos, professores, universitários e até mesmo os militares que se colocaram na defesa da democracia. Em consequência, houve cassações, expurgos, demissões e exílio de milhares de brasileiros.

Rodrigo Motta (2014, p. 25) menciona a expressão “operação limpeza” como:

Foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora da limpeza implicava também punição para os

⁵⁶ LINS, Ivan. **Novo Tempo**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Vuuipjpn_so

corruptos, mas inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos.

As universidades a exemplo de outras instituições de classe, foram visadas pelos militares desde os primeiros momentos do golpe. Eles entendiam que elas abrigavam ideias consideradas de esquerda.

Na opinião de Motta (2014, p.23):

Desde o fim dos anos 1950 as universidades haviam se tornado lugares propícios à propagação dos valores de esquerda, sob o influxo de eventos mundiais – a Revolução Cubana, as guerras de libertação na Ásia e na África – e de transformações no quadro nacional – crescimento urbano e industrialização, expansão e organização dos movimentos sociais, como sindicatos, entidades de camponeses e de favelados. As instituições universitárias sofreram mudanças nesse período, passando de acanhadas formadoras de bacharéis a instituições que cresciam e demandavam reformas.

Os estudantes representavam, na visão do regime, um grupo social influente, pois no governo de Jango participaram ativamente em ações que envolviam desde campanhas de combate ao analfabetismo até o envolvimento na criação de organizações sociais em favelas, na zona rural e em centros urbanos.

Em se tratando de repressão o governo entendia que para controlar os movimentos estudantis seria necessário desmobilizar suas agremiações estudantis, em especial a UNE (União Nacional dos Estudantes), pois essa representava, segundo os militares, ideias revolucionárias capazes de promoverem conflitos na sociedade.

Exemplo disso, a primeira ação da ditadura civil-militar brasileira contra os estudantes, foi incendiar e metralhar a sede da UNE, na própria noite de 31 de março para 1º de abril, que além de ter sua sede destruída, meses mais tarde, em novembro, é jogada na ilegalidade.

Além da destruição física, a ação da ditadura mandava um claro recado a todo o movimento estudantil, não mais toleraria qualquer tipo de manifestação. Um pouco antes do governo jogar a UNE na ilegalidade, em outubro de 1964, no encerramento da solenidade do V Fórum dos Reitores, no Rio de Janeiro, Castello Branco discursou⁵⁷:

⁵⁷ Discurso publicado no Diário do Paraná, edição 3208 de 11 de outubro de 1964.

“O governo vos proporcionará clima de segurança e tranquilidade indispensáveis à vida universitária. Não tereis mais que temer ambiente de subversão e inquietação no qual os objetivos políticos se sobrepujam a todas as conveniências de ensino. [...] que no movimento estudantil existem setores vinculados à subversão cumprindo localizá-los e detê-los. Omito ou presente aquele que foge aos problemas, jamais logrará a conspiração dos estudantes. Aos reitores e professores deverá caber a importante missão de tornar irrelevante a ação deletéria dos que se encontram não a serviço da classe acadêmica ou das aspirações nacionais, mas inspirados pelo desejo de subversão e destruição.”

Castello Branco, por sugestão do General Ernesto Geisel⁵⁸, convidou para assumir a pasta do Ministério da Educação e Cultura (MEC) Flávio Suplicy de Lacerda, reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com o propósito de incrementar uma série de medidas de exceção que atingiram violentamente a educação, entre elas, a legitimação por instrumento legal do ataque a UNE, mediante a Lei 4464 de 09 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy⁵⁹.

A Lei Suplicy, revogou o Decreto-Lei 4105/42 e substituiu as entidades estudantis existentes (regidas pelo Decreto Café Filho, nº 37613 de 19 de julho de 1955) por outras, controladas direta ou indiretamente pelo Ministério da Educação. Em seu artigo 2º diz: que são órgãos de representação dos estudantes de ensino superior: a) o Diretório Acadêmico (DA), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (DCE), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), com sede na Capital Federal. No artigo 5º torna o exercício do voto para obrigatório para os Diretórios Acadêmicos, ficando privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado.

⁵⁸ Geisel fez parte do grupo de militares castelistas que combateram a candidatura do [marechal Costa e Silva](#) à presidência da República. Em 1964, foi chefe da Casa Militar e ministro do Superior Tribunal Militar em 1967, no governo de Castello Branco.

⁵⁹ Conhecida como Lei Suplicy, devido ao nome do Ministro da Educação que a patrocinou, Flávio Suplicy de Lacerda. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto 56241 de 04 de maio de 1965. Essa Lei foi revogada pelo Decreto-Lei 228, de 28 de fevereiro de 1967, que entre algumas alterações, estava o voto indireto conforme artigo 7º: o DCE “será eleito por voto indireto através do colegiado formado por delegados dos DA, na forma por que dispuser o Estatuto da Universidade”.

Como ministro do MEC, comandava contratações e demissões de pessoal em âmbito universitário, e em abril de 1964, Suplicy foi responsável pela instalação das Comissões Especiais de Inquérito que poderiam dirigir os IPMs (Inquéritos Policial-Militares) para as universidades brasileiras. Os IPMs eram recomendados para minar uma suposta atuação subversiva na universidade, agindo juntamente com as manobras de busca e detenção.

Assim as universidades se viram atacadas logo após os primeiros dias do golpe, como foi o caso da Universidade de Brasília (UNB) que já sofreria intervenções e perseguições que viriam a se tornar características durante todo o período ditatorial. Assim, no dia 9 de abril, o *campus* da Universidade de Brasília foi invadido por tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais. As tropas, preparadas para um confronto violento, fizeram buscas pelo *campus* universitário e traziam nomes de 12 professores, os quais, com outras pessoas, foram presos e levados ao Batalhão da Guarda Presidencial.⁶⁰

Motta (2014, p. 39) nos mostra o desfecho do episódio ocorrido:

A jovem UNB era considerada perigoso foco subversivo desde sua formação, e esse “pecado” de origem não seria perdoado. Quatro dias após a invasão militar do campus, o governo baixou decreto oficializando a destituição do reitor Anísio Teixeira, e de seu vice Almir de Castro, assim como de todo o Conselho Diretor. O escolhido para assumir a reitoria foi o professor Zeferino Vaz, que assumiu em situação delicada, com alguns professores e estudantes ainda presos, e sob pressão dos militares para demitir os “subversivos”.

A Operação Limpeza também alcançou outras universidades que foram palcos de ataque e intervenção por parte dos militares. Reitores foram exonerados diretamente pelo governo militar, por resistir aos expurgos como no caso da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade do Rio Grande do Sul, da Universidade Rural do Rio de Janeiro, da Universidade de Goiás, da Universidade Federal do Espírito Santo, além do reitor da UNB. Também foram afastados diretores de escola e faculdades isoladas.

Entre os anos de 1968 e 1969, a repressão tomou novos rumos, munida de um verdadeiro arsenal jurídico, o governo endureceu e lançou leis, decretos e medidas de exceção para reprimir os movimentos oposicionistas, a exemplo da Reforma Universitária, do Ato Institucional nº 5 e do Decreto Lei 477/1969.

⁶⁰ Vide Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (Setembro/2015).

3.1 Reforma Universitária: avanço ou retrocesso?

A Reforma Universitária já era pensada e discutida desde a década de 1950, período em que o Brasil experimentava uma mudança de modelo econômico que por consequência transformava o perfil do país. As transformações decorrentes da urbanização foram um dos motivos que incrementou o número de alunos universitários, visto que em 1945 as universidades contavam com cerca de 30 mil, elevando-se em 1964, para 142 mil.

No governo militar, os primeiros instrumentos legais relacionados a reforma do ensino superior foram o Decreto-Lei 53/66, complementado pelo Decreto-Lei 252/67, editados por Castelo Branco, que estabeleciam as diretrizes gerais da Reforma Universitária.

A reforma gerou vários embates, pois alguns especialistas discordaram, principalmente pela falta de abertura para discussões, para outros representou um avanço no sentido de que a educação superior brasileira, ao instituir um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas alterava um modelo já superado que clamava por mudanças.

Na opinião de Cunha (2007, p.10), mesmo sendo imposta, algumas mudanças aconteceram:

Sem complacência alguma com a repressão político-ideológica perpetrada pelos militares, cumpre reconhecer que o regime autoritário foi utilizado pelos docentes-pesquisadores reformadores das instituições de ensino superior, para fazer prosseguir o processo de modernização iniciado duas décadas antes, o qual não chegou ao seu fim.

A percepção que se tem das mudanças sofridas pelas universidades nem sempre corresponde aos processos objetivos a que se referem.

Um exemplo é o da adoção do sistema de créditos (matrículas por disciplina) pelas instituições de ensino superior, à qual foi atribuída a intenção de desarticular o movimento estudantil, mediante a fragmentação das turmas de graduação.

A UNE, mesmo articulada com o movimento estudantil, também participava de organizações sociais, com grande papel de destaque na área cultural, associada a muitos jornalistas, artistas e intelectuais. Com isso foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC) que atuava em áreas como música, teatro, cinema, artes plásticas e literatura. O CPC, junto com a UNE-Volante, promoveu

uma forte mobilização política entre trabalhadores e estudantes, além de atuar em várias cidades e em áreas rurais do Brasil, articulava uma forte campanha pela Reforma Universitária.

Teixeira nos mostra um pouco da luta da UNE pela Reforma Universitária (2008, p.71):

Em 1960 foi realizado em Salvador, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária. As discussões apontavam para uma crítica ao caráter elitista da universidade, seu desprendimento da realidade brasileira e sua organização fechada à participação estudantil.

Em 1962 e 1963 aconteceram os II e III Seminários Nacionais de Reforma Universitária, em Curitiba e Belo Horizonte, respectivamente. A partir destes encontros os estudantes mudaram o tom: a radicalidade passou a dar lugar à luta em torno de pontos específicos e mais acessíveis, como a defesa de 1/3 de participação de alunos nos órgãos de direção, autonomia universitária, o regime docente e o fim da cátedra e uma política de assistência estudantil, que garantisse a permanência de estudantes carentes nas universidades.

O movimento pela modernização do ensino superior no Brasil vai atingir seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB). Instituída por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, a UnB surge não apenas como a mais moderna Universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional⁶¹.

Segundo CUNHA (1985, p.81) a jovem universidade, de caráter estritamente organizacional e pedagógico provocou a ira de reitores das universidades arcaicas, pois se sentiam ameaçados no conforto de seu poder pelos ventos de renovação que sopravam no ensino superior:

A UnB reunia professores dos mais competentes em seus campos de conhecimento, assim como estudantes de todo o país, selecionados por meio de exames vestibulares especiais. Além do mais desenvolvia uma arrojada experiência de utilizar, como instrutores dos cursos de graduação, os alunos dos cursos de pós-graduação, oportunidade privilegiada para se observar seu desempenho, para o caso de candidatura a professor da universidade, após a obtenção dos graus de mestre ou de doutor.

⁶¹ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

Em julho de 1968, em meio ao crescimento dos protestos de amplos setores sociais contra a ditadura (estudantes, profissionais liberais, operários) o governo organizou um grupo de trabalho para elaborar um anteprojeto de reforma universitária (CUNHA, 1985).

A chamada Lei da Reforma Universitária nº 5.540, promulgada em 28 de novembro de 1968, entrou em vigor no governo de Costa e Silva, sob a gestão de Tarso Dutra no Ministério da Educação e Cultura. Estabeleceu as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Orientou-se pelo modelo universitário norte-americano de divisão dos ciclos básico e profissional, com dois níveis de pós-graduação (mestrado e doutorado) e a adoção do sistema de créditos com a matrícula por matéria e incentivou a criação de cursos de curta duração, voltados para as necessidades mais imediatas do mercado de trabalho.

Estabeleceu que os cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior seriam de graduação, pós-graduação, especialização e extensão, extinguiu a cátedra, introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, consolidou a estrutura departamental, instituiu a periodicidade semestral. As entidades privadas foram reconhecidas como entidades assistidas pelo poder público e foram suprimidas definitivamente as verbas orçamentárias vinculadas.

Também definiu que os estabelecimentos isolados de ensino superior deviam se incorporar a universidades ou se congregar com estabelecimentos isolados constituindo federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado com critérios comuns de organização e funcionamento.

Segundo Motta (2014, p.351):

As reformas afinal implantadas pelo regime militar não corresponderam plenamente aos sonhos de nenhum dos grupos envolvidos. Elas não atenderam às demandas sociais e políticas da esquerda, obviamente, nem conseguiram criar a sonhada integração e universalização do saber. De modo significativo, alguns docentes de início simpáticos às reformas depois se desencantaram com os resultados, decepcionaram-se. As mudanças tampouco satisfizeram os defensores do modelo americano, pois geraram uma “americanização” parcial, visível na estrutura de departamentos e no sistema de disciplinas por créditos, enquanto se mantinham tradições distantes desse padrão, como a gratuidade e a ligação política estreita com o

Estado. A implantação das reformas foi conturbada e caótica, com crescimento em ritmo frenético nos primeiros anos da década de 1970, depois sustado abruptamente pela crise econômica do fim desse período. Ainda assim, as reformas atenderam a algumas demandas dos meios acadêmicos, e por isso mesmo atraíram a cooperação de muitas lideranças, inclusive de algumas que não concordavam com a dimensão autoritária do processo

O governo militar, ao importar e impor a utilização do modelo norte-americano para a estruturação do ensino e em particular para as universidades, estava na realidade tornando visível uma prática utilizada desde os anos 40. Embora, de maneira espontânea, muitas práticas já eram adotadas das universidades americanas e muitos dos nossos alunos, portadores de bolsas de estudo, frequentaram essas instituições para aperfeiçoarem seus estudos.

A imposição do modelo americano foi através de um acordo firmado entre o governo militar e o governo dos Estados Unidos, conhecido como MEC-USAID. O interesse americano é retomado pelo contexto da Guerra Fria, nos anos 60, não se tratando de nenhuma ajuda filantrópica. Por outro lado, sempre foi um assunto polêmico, pois não era possível imaginar o progresso de nossas instituições de ensino e pesquisa sem a ajuda de estrangeiros.

Os Estados Unidos na década de 1960 possuía um programa mais amplo de assistência aos países latino-americanos, em todas as áreas, em especial na educação, como destaca Rodrigo Patto Sá Motta (pag. 112):

O objetivo era injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina a fim de estimular o desenvolvimento e esvaziar o apelo revolucionário, de acordo com o figurino das teorias da modernização. Naturalmente, nesse planejamento, a educação ocupou lugar destacado, já que nas escolas se formavam a mão de obra qualificada e os líderes necessários ao processo de desenvolvimento. Além disso, e talvez mais importante, as instituições educacionais eram locais influentes na moldagem dos valores das pessoas, aí incluídos os valores políticos. Por essa razão, escolas e faculdades tornaram-se espaços estratégicos nos embates ideológicos, trincheiras a serem disputadas ao inimigo.

Na opinião de alguns historiadores, a real intenção dos americanos na implementação das reformas com os recursos que estavam dispostos a aplicar, era uma demonstração fiel de que desejava ver o Brasil ao seu lado nos seus ideais capitalistas.

Por outro lado, a oposição aparecia tanto à esquerda como à direita. Os opositores de esquerda entendiam que a implementação desse acordo era de fato capitular a perversidade do capitalismo e não permitir qualquer outro tipo de liberdade. A outra oposição vinha de apoiadores do governo voltados às ideias nacionalistas que entendiam que esse acordo não favorecia a inteligência nacional e que de alguma forma descaracterizava o discurso da verdadeira pátria brasileira.

Firmado o acordo, os consultores americanos oriundos de diversas universidades, em muito pouco tempo constataram que o Brasil possuía um ensino superior privilegiando a poucos, nossos números sequer alcançavam os padrões de nossos vizinhos Uruguai e Argentina e não podiam ser comparados com qualquer estado americano.

Segundo Cunha (2007, p.156) muitos foram os problemas encontrados:

O diagnóstico revelou um ensino superior inadequado em termos qualitativos e quantitativos. As instituições de ensino superior existentes estariam, com poucas exceções, dessintonizadas com a moderna sociedade brasileira. A não ser no Instituto Tecnológico de Aeronáutica e na recém-inaugurada Universidade de Brasília, os padrões de ensino diferiam muitos dos vigentes nos Estados Unidos. Os currículos eram rígidos; a maioria dos professores só dedicava umas poucas horas por semana à universidade; faltavam equipamentos nos laboratórios; as bibliotecas eram pequenas, inadequadas e mal organizadas; os edifícios eram mal utilizados; as condições de ingresso eram tão severas que não se chegava a completar as vagas; a grande maioria dos estudantes só frequentava a universidade uma parte do dia, como se trabalhassem em regime de tempo integral; os livros e outros materiais didáticos eram escassos.

Outra grande crítica que se fazia ao convênio USAID-MEC era a de que os recursos, alguns milhões de dólares anuais, eram direcionados apenas para algumas instituições e não ao ensino como um todo. Esperava-se que os recursos deveriam ajudar a financiar a reforma que era levada a cabo pelo governo.

Após muitas idas e vindas e um sem números de controvérsias o convênio foi rompido em 1969, unilateralmente pela USAID e o que restou foi uma série de acusações de ambos os lados. A partir desta data voltou a ser estabelecido um acordo de cooperação.

O governo americano entendeu que faltou interesse do governo brasileiro que não rebatia as críticas ao convenio USAI-MEC, segundo Motta (2014, p.129):

A reação de desapontamento dos Estados Unidos em relação à onda antiamericana que dificultou a implantação dos acordos MEC-USAID dirigiu-se principalmente contra o governo brasileiro. Em sua avaliação, os protestos decorriam da incapacidade das autoridades brasileiras, que não souberam lidar de modo eficiente com os opositores, sobretudo os jovens. Falta de capacidade de dialogar e excessos repressivos, somados a incompetência administrativa, seriam as principais razões para o fiasco, na visão dos Estados Unidos. No que toca aos jovens e às universidades, os diplomatas atribuíram a maior culpa aos ministros da educação, acusados de incompetência, fraqueza ou oportunismo, críticas por sinal compartilhadas por observadores brasileiros. Em relação aos acordos educacionais, a embaixada mostrou-se profundamente insatisfeita com o desempenho do governo brasileiro, que, na sua visão, portou-se com ambiguidade e indecisão, favorecendo os ataques da oposição.

No entendimento do governo americano, o fracasso do acordo USAID-MEC é no mínimo contraditória, pois num país que era governado por uma ditadura militar que usava todos os meios “legais” e ilegais para sufocar as opiniões contrárias ao regime, como cobrar dos estudantes e demais membros das universidades uma maior participação nas discussões inerentes à implantação das reformas.

Com ou sem apoio do governo americano as reformas foram levadas adiante e o governo ditatorial dentro de seu programa repressor, em consonância com o Ato Institucional nº 5 e o Decreto-Lei 477/69, impede de vez com qualquer manifestação dos docentes, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino público.

Uma outra abordagem interessante em relação às reformas, que muitos dos professores atingidos pelo regime militar atuavam na área de Ciências Humanas e Sociais, pois tendo em vista seus conteúdos disciplinares, representavam uma ameaça aos governantes, conforme nos mostra Motta (2014, p.272):

Um número expressivo dos professores expurgados e vigiados pelos militares trabalhava na área de ciências humanas e sociais. Além disso, seus conteúdos disciplinares atraíam mais atenção das agências repressivas e também eram objeto de iniciativas “pedagógicas” do Estado, como a criação da disciplina

de educação moral e cívica. Enfim, era área estratégica para os líderes do regime militar, e, de maneira semelhante às suas ações em outros terrenos, aqui as políticas oficiais não se restringiram à repressão.

A reforma do ensino também implementou a obrigatoriedade das disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC), de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), através do Decreto-Lei 869/69⁶², que vieram substituir as disciplinas de Sociologia e Filosofia. As disciplinas EMC, OSPB e EPB contemplavam satisfazer as correntes nacionalistas presentes no regime.

3.2 O controle repressivo e a resistência da Academia

Na história de todos os países, principalmente no Brasil, tem sido marcante o papel dos estudantes nas lutas políticas e sociais. Em nossa evolução histórica o meio estudantil vem participando de todas as grandes viradas políticas vividas pelo país.

O panorama da atuação estudantil se destaca no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), como podemos ver:⁶³

Em fins de março de 1964, o ambiente universitário em todo o país estava bastante agitado e marcado por eventos de caráter político. No dia 30, em Belém, a UNE organizou, em conjunto com a União Internacional de Estudantes (UIE) e a União Acadêmica Paraense (UAP), o Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES), cujo objetivo principal foi debater a reforma universitária. O evento ocorreu no antigo auditório da Faculdade de Odontologia do Pará, localizada no bairro Batista Campos. Participaram estudantes de toda a América Latina e, logo após a abertura, ocorreu uma invasão por policiais militares do estado.

A UNE teve um papel de grande importância, pois era tida como símbolo e entidade unificadora das lutas estudantis em todo o país, tanto aquelas voltadas para questões específicas de ensino, quanto as dirigidas para influir nos destinos políticos da nação: em defesa da democracia, em solidariedade às lutas

⁶² Essas disciplinas foram condenadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, por terem sido impregnadas de um “caráter negativo de doutrinação”.

⁶³ Comissão Nacional da Verdade - Relatório - Volume II - Textos Temáticos - Dezembro de 2014

operárias e populares, em movimento de denúncia contra o desrespeito aos Direitos Humanos.⁶⁴

No período imediatamente anterior à mudança política de abril de 1964, a UNE ocupou expressivo papel na conjuntura política nacional, representando um grande suporte para extensão das lutas em prol das Reformas de Base, ao mesmo tempo em que crescia sobre ela a carga exercida pelas elites conservadoras, que apontavam aquela entidade estudantil e o seu Centro Popular de Cultura (CPC) como duas das sete cabeças do dragão comunista no país.⁶⁵

Mas, entre 1964 e 1966, mesmo na clandestinidade, a UNE mobilizou-se e através de manifestações e protestos, causou um grande desgaste as autoridades do Regime Militar. A luta era contra a Lei Suplicy, contra a intervenção norte-americana na educação brasileira através do acordo MEC-USAID, assinado em 25 de junho de 1966 e que tinha o papel de assessorar na modernização universitária, contra o MUDES (Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social), além da cobrança de anuidades nas instituições públicas de ensino superior.

Mobilizando-se contra essas imposições governamentais que feriam a autonomia universitária, a UNE liderou em 22 de setembro de 1966 o protesto que ficou conhecido como a “Setembrada”, conforme relatório da CNV⁶⁶:

Apesar da ilegalidade imposta pelo governo às representações estudantis tradicionais, o movimento se reestruturou e, desde 1966, passou a realizar protestos e greves, protagonizando uma série de manifestações que acabavam em choques, muitas vezes violentos, com as forças policiais nos diferentes estados. A pauta dos estudantes incluía desde questões mais específicas como a melhora dos restaurantes universitários e o fim dos acordos MEC-USAID até a luta mais geral para terminar com a ditadura. O mês de setembro daquele ano foi particularmente agitado. As aulas na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, foram suspensas e, durante um congresso clandestino realizado pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) e pela UNE em São Bernardo do Campo, foram presos 178 estudantes, sendo 36 enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A UNE decretou greve geral para o dia 18 e os estudantes elegeram o dia 22 como o Dia Nacional de Luta

⁶⁴ ARNS, Paulo Evaristo. BRASIL NUNCA MAIS. TOMO III.

⁶⁵ ARNS, Paulo Evaristo. BRASIL NUNCA MAIS. TOMO III.

⁶⁶ Comissão Nacional da Verdade - Relatório - Volume II - Textos Temáticos - Dezembro de 2014

contra a Ditadura. Nesse dia, os estudantes realizaram uma grande manifestação no Rio de Janeiro e, posteriormente, cerca de 600 universitários se reuniram na Faculdade de Medicina da UFRJ, no seu *campus* da Praia Vermelha. Os estudantes ficaram cercados pela polícia durante horas e alguns parlamentares tentaram negociar uma saída pacífica para o grupo. Porém, na madrugada do dia 22 para 23 de setembro, a polícia invadiu a Faculdade de Medicina e expulsou os estudantes com violência. O episódio ficou conhecido como o “Massacre da Praia Vermelha”.

Outro episódio significativo demonstra o elevado grau de repressão nas universidades, por parte dos militares, segundo relatório da CNV⁶⁷:

Em 20 de abril de 1967, os estudantes da UnB fizeram uma manifestação contra a presença do embaixador norte-americano John Tuthill, que participou de solenidade comemorativa de doação de livros na Biblioteca Central daquela universidade. Segundo o reitor Laerte Ramos de Carvalho, “o salão da biblioteca foi ocupado por policiais militares, num momento em que já haveria um confronto entre estudantes e agentes do DOPS logo após a saída do embaixador. E houve, então, a detenção de vários alunos”. Uma carta sobre o episódio escrita pelo estudante Honestino Guimarães, até hoje desaparecido, encontrada no acervo da ASI/UnB, foi dirigida ao reitor Laerte Ramos Carvalho. Nela, o universitário chama o evento de “massacre de abril de 1967”.

A carta exige a demissão do professor Román Blanco (acusado de ser “agente do governo” pelos alunos) por, entre outras coisas, “ter trancado a porta da biblioteca naquele dia, para impedir que os alunos escapassem da polícia”. Foram 76 os presos naquela data e os estudantes que lá estiveram foram espancados pela polícia dentro da biblioteca. Esse fato foi confirmado por Paulo Speller, em depoimento prestado em audiência pública da Comissão Anísio Teixeira Memória e Verdade em 5 de julho de 2013, e também por Eustáquio Ferreira, em depoimento gravado em 22 de julho de 2013, que afirmou, ainda, que as prisões duraram três dias.

Novos confrontos se deram no dia 28 de março de 1968, quando o jovem secundarista Edson Luís de Lima Souto foi assassinado a tiros por policiais militares que invadiram o restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, durante uma manifestação estudantil. Edson tinha 18 anos e era um dos 300 estudantes que jantavam no local.

O corpo do jovem, ensanguentado, foi transportado por seus companheiros revoltados até a Assembleia Legislativa, onde ficou exposto. A cena de um jovem morto chocou e causou

⁶⁷ Comissão Nacional da Verdade - Relatório - Volume II - Textos Temáticos - Dezembro de 2014

profunda comoção entre boa parte da população brasileira. Edson Luís, presente! A cidade se inflamou. Seu cortejo fúnebre reuniu 50 mil pessoas indignadas. Passeatas se repetiram por várias outras cidades e a revolta se espalhou pelo país. Na missa de sétimo dia, a cavalaria da PM se abateu sobre as pessoas, aumentando a revolta. A partir de então, as manifestações de massa ganharam outra magnitude, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde a população começou a aderir às passeatas e aos confrontos com a polícia.⁶⁸

Os estudantes voltaram às ruas na Guanabara em junho de 1968. Povo sim, ditadura não, declaravam cartazes nos protestos. A brutal repressão da PM que se deu naquele dia scandalizou novamente parte da população, que se juntou aos manifestantes. O centro da cidade assistiu ao que foi talvez o maior combate de ruas de sua história. Durante cerca de seis horas, desenrolou-se o confronto que ficou conhecido como “Sexta-Feira Sangrenta”, com quatro mortos e muitos feridos, inclusive policiais.

Cinco dias depois a população retornou às ruas para realizar a maior manifestação de massas do período, a “Passeata dos Cem Mil”, em apoio aos estudantes e contra a repressão policial. A ela se seguiram outras no Brasil todo. Abaixo a repressão, diziam os manifestantes.

O Regime Militar para devastar as manifestações ocorridas em todo o país, deu um passo decisivo e decreta, em 14 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Segundo M. Alves (2005, p.160), o texto reiterava disposições dos dois primeiros atos institucionais, mas havia uma diferença importante: não se estipulava prazo para sua vigência, seriam permanentes os controles e a suspensão das garantias constitucionais. Ainda na linha da autora, os poderes atribuídos ao AI-5 podem ser assim resumidos:

- 1– Poder de fechar o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais e Municipais;
- 2 – Direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal;
- 3– Direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstituição do “Estatuto dos Cassados”;
- 4- Direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal;

⁶⁸ Idem

5– Direito de demitir ou remover juizes, e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade;

6– Poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967;

7– Direito de confiscar bens como punição por corrupção;

8– Suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crime contra a Segurança Nacional;

9– Julgamento de crimes políticos por tribunais militares;

10– Direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares;

11– Proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional nº5.

Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo.

Após dois meses da promulgação do AI-5, em 26 de fevereiro de 1969, o presidente da República baixa o Decreto-Lei 477, conhecido também como AI-5 das universidades, no qual definia as infrações praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados do estabelecimento de ensino público ou particulares bem como as penas aplicáveis a eles.

O decreto-lei que definia as infrações disciplinares de professores, alunos e funcionários assim estava redigido:

DECRETO-LEI nº 477 – de 26 de fevereiro de 1969

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional no 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I – Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II – Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III – Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV – Conduza ou realiza, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V – Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI – Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

Na opinião de Motta (2014, p. 154) o Decreto-Lei 477 foi como uma mordada à academia:

Outro instrumento da repressão pós-AI-5, o famigerado Decreto n.477. Promulgado em fevereiro de 1969, o 477 foi concebido para dismantelar o movimento estudantil, considerado perigoso adversário do governo no contexto dos eventos de 1968. A propósito, os textos que acompanharam o processo de elaboração do decreto são muito úteis para perceber os temores dos militares da área de segurança interna. Nós nos habituamos a pensar nos efeitos aterrorizadores das leis repressivas sobre seus alvos, porém esses documentos mostram que algumas autoridades no comando da repressão também tinham temores, principalmente em relação à capacidade de mobilização estudantil, e mesmo após a edição do AI-5. Por essa razão, decidiu-se, no âmbito do Conselho de Segurança Nacional, estabelecer legislação específica para coibir o ativismo dos estudantes.

As punições previstas para os infratores eram bastante severas. Os professores e funcionários seriam demitidos, não podendo ser contratados por outros estabelecimentos de ensino durante o prazo de cinco anos. Os estudantes seriam desligados dos cursos que estivessem fazendo e proibidos de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino durante os três anos seguintes.

As apurações das infrações seriam inicialmente por conta da Divisão de Segurança e Informações (DSI), criadas através do Decreto-Lei 200 de 25 de fevereiro de 1967 e que em seu artigo 29 estabelecia o seguinte:

Art. 29. Em cada Ministério Civil, além dos órgãos Centrais de que trata o art. 22, o Ministro de Estado disporá da assistência direta e imediata de:

I - Gabinete.

II - Consultor Jurídico, exceto no Ministério da Fazenda.

III - Divisão de Segurança e Informações.

§ 1º O Gabinete assiste o Ministro de Estado em sua representação política e social, e incumbe-se das relações públicas, encarregando-se do preparo e despacho do expediente pessoal do Ministro.

§ 2º O Consultor Jurídico incumbe-se do assessoramento jurídico do Ministro de Estado.

§ 3º A Divisão de Segurança e Informações colabora com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o Serviço Nacional de Informações.

No instrumento que regulamentava as DSI, o artigo 1º definia sua finalidade:

Art. 1º As Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos Ministérios Cíveis a que se refere o Decreto-Lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967 e o Decreto nº 66.622, de 22 de maio de 1970, são órgãos subordinados diretamente aos respectivos Ministros de Estado e Encarregados de assessorá-los em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional e às Informações Setoriais, sem prejuízo, no campo das Informações, de sua condição de órgão sob a superintendência e coordenação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Parágrafo único. As Divisões de Segurança e Informações (DSI) são os órgãos através dos quais os respectivos Ministérios e os órgãos de Administração Direta e Indireta a eles vinculados, integram o Sistema Nacional de Informações (SISNI).

O Ministério da Educação, através da Portaria 3.524 de 03 de outubro de 1970, definiu o mecanismo pelo qual as infrações seriam instauradas, em decorrência do previsto no Decreto-Lei 477. A DSI ou “outra autoridade ou pessoa” enviaria a denúncia dos professores, funcionários ou estudantes suspeitos à direção dos respectivos estabelecimentos de ensino. A apuração das infrações seria feita por processo sumário, dentro do prazo máximo de 20 dias. Concluído o processo, os dirigentes dos estabelecimentos de ensino teriam 48 horas de prazo para proferir decisão fundamentada, sob pena de crime de omissão, previsto pelo Código Penal, além da estipulada para os professores infratores (demissão e impossibilidade de contratação por cinco anos). A decisão proferida no processo deveria ser encaminhada à DSI no prazo máximo de 30 dias. Os estabelecimentos particulares de ensino não estavam livres do controle do Ministério da Educação. O inspetor de ensino do ministério junto ao estabelecimento particular deveria acompanhar o processo e enviar relatório à DSI.⁶⁹

Mas em meio a tantos aparatos legais, foi criado o Ato Complementar 39 (AC-39), de 20/12/1968, que tratava sobre a cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos e demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma de servidores civis e militares da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.

⁶⁹ Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/decreto-lei-n-477>. Acessado em 28/11/2016.

Esse ato dava atribuições aos Ministros de Estados, conforme seu artigo

1º:

Art. 1º Compete aos Ministros de Estado, no tocante ao pessoal civil ou militar dos respectivos Ministérios, assim como aos empregados de autarquia, empresa pública e sociedade de economia mista, que lhes forem vinculadas, representar, diretamente ao Presidente da República para:
I - A suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos;
II - A demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma.

O artigo 6º estabelecia que: a proposta de demissão de servidor civil ou militar será instruída com os autos de investigação sumária e assegurada a defesa, na forma que se dispuser em regulamento.

O disposto do artigo 6º foi regulamentado pelo o Decreto 63.888, também publicado em 20 de dezembro de 1968.

Então, no início de 1969 foram montadas comissões de investigação sumária conectadas a alguns ministérios. No caso do MEC foi criada a Comissão de Investigação Sumária do MEC (Cismec), que atuaram nas “investigações” em que se fundamentaram os expurgos de funcionários civis.

A importância da criação da CISMEC, na visão de Motta (2014, p.176):

No processo de expurgo dos docentes, a Cismec foi agente fundamental. Criada logo depois do AI-5, em janeiro de 1969, a Cismec, assim como órgãos congêneres em outros ministérios, teve a função de reunir dados sobre professores e funcionários considerados subversivos. A criação desse órgão decorreu do Ato Complementar n.39 e de decreto subsequente regulamentador, ambos estipulando o papel de ministros, governadores e prefeitos na apresentação ao presidente dos nomes de servidores a serem demitidos ou aposentados por força do AI-5 de 1969. Caberia a tais autoridades nomear pessoas ou comissões para realizar investigações sumárias, cujos resultados seriam remetidos ao presidente para as devidas providências. As normas previam o direito de defesa dos acusados, em prazo de dez dias. Mas na área do MEC esse procedimento não parece ter sido aplicado, salvo excepcionalmente.

E, em continuidade, define qual o trabalho da Comissão (2014, p.177):

O trabalho da Cismec consistiu em coligir informações nos diversos órgãos de informação e repressão, como Dops, SNI e agências das Forças Armadas. Com base nesse material elaborava uma ficha sintética, com dados elementares sobre as razões principais do ato punitivo. No final da ficha vinha uma recomendação, geralmente nos seguintes termos: “Seja o

marginado aposentado dos cargos federais que ocupe e dispensado de função que desempenhe para o Poder Público Federal. ” Ao ler esses documentos, é difícil evitar a sensação de mal-estar diante do procedimento dos membros da Cismec. A partir de fracos indícios, eles propuseram ações que prejudicaram seriamente a vida das pessoas afetadas, que não tiveram a chance de se defender.

Ainda analisando o aparato legal para o aumento de vigilância sobre as universidades, no contexto do AI-5, o governo criou, em 1970, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI ou ASI)⁷⁰, que estariam subordinadas a DSI/MEC.

No início de 1971, as universidades receberam um ofício circular da DSI/MEC, acompanhado da documentação relativa à criação da AESI, recomendando nomeação de chefe responsável num prazo de 10 dias (MOTTA, 2014).

Ao longo dos anos 1970 e 1971 as universidades federais foram criando suas AESI em todas as universidades federais, em algumas estaduais e também em outros órgãos vinculados ao MEC.

No levantamento de Motta (2014, p.) havia no total aproximadamente 35 AESI nas universidades:

Nas universidades paulistas, estado com fraca presença de órgãos federais, só havia ASI na USP e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). No Rio Grande do Sul havia ASI na UFRGS e nas federais de Santa Maria e de Pelotas. Em Minas Gerais, além da UFMG, existia ASI na Ufop, UFV, UFJF e UFU, e, também, nas faculdades federais de Diamantina e de Uberaba, além da Escola Técnica Federal de Minas Gerais (ETFMG). No estado do Rio de Janeiro havia doze ASIs subordinadas à DSI/MEC, entre elas as da UFRJ, UFF, UFRRJ e mais outras ligadas a subdivisões do MEC em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, como Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Material Escolar, Instituto Nacional do Cinema, Serviço de Radiodifusão Educativa e Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.

As AESI deveriam atuar nas universidades públicas, com a finalidade de levantar informações no interior da comunidade universitária. Em outras palavras, o surgimento dessas assessorias teria como finalidade vigiar e identificar toda atividade considerada subversiva. Para tanto, colocavam os

⁷⁰ Inicialmente denominadas AESI, mas após reformulação, em 1975 passou a ser oficialmente denominada ASI.

chamados “espiões dos campi”. O porte físico, o corte de cabelo, a idade e as roupas eram marcas diferenciadoras dos agentes infiltrados. Em outros casos, eram estudantes recrutados como informantes do governo (Motta, 2014).

Segundo Motta (2014)⁷¹, o controle exercido por meio das AESI universitárias ocorreu tanto nos casos previsíveis (atividades de natureza associativa e política no interior dos *campi*) como afetou atividades ligadas à natureza da vida universitária: pesquisas, eventos científicos e cerimônias acadêmicas, citando como exemplos:

A proibição do Coral da UFMG (Ars Nova) de participar em festival de corais no Chile, então sob governo socialista; o cancelamento de Seminários de natureza acadêmica, devido à presença entre os conferencistas de intelectuais posicionistas (Antonio Houaiss, Edgar da Mata Machado), ou possuidores de ficha “suja” junto aos órgãos de informação; a proibição de eventos organizados pelas entidades estudantis, como a Semana da Independência preparada pelo DCE/UFMG em setembro de 1972.

A repressão e a vigilância também ocorreram em outras universidades, como no caso da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), conforme Fagundes (2013)⁷²:

A fase que marcou a implantação e pleno funcionamento da AESI/UFES coincide com pior onda repressiva nessa universidade. Seu ponto máximo ocorreu entre dezembro de 1972 e março de 1973, época marcada por uma série de prisões e perseguições de professores e estudantes na instituição, sobretudo aqueles que militavam no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foi aberto um inquérito policial militar (IPM) que arrolou 33 pessoas suspeitas de militarem no PCdoB. A maioria dos arrolados no IPM, ou seja, 18 pessoas, tinha ligação direta com a UFES. No total, eram 17 discentes – oito do curso de Medicina – e um professor (Vitor Buaiz, também do Departamento de Medicina).

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) não foi diferente. A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) funcionava no gabinete da reitoria e solicitava dos diretores das unidades da universidade, informações sobre viagens e contratações de professores, bem como sobre a posição ideológica

⁷¹ Motta, Rodrigo Patto Sá. **Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades.** Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

⁷² FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES).** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 295 – 316.

desses profissionais, o comportamento dos estudantes quanto à participação política, o passado e também a localização de professores e alunos que pudessem estar incorrendo em crimes contra a Segurança Nacional⁷³.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) viveu um acontecimento marcante, quando seus alunos participaram da organização da celebração de uma missa, no dia 29/03/1978, em memória da morte dos estudantes Edson Luís de Lima Souto e Alexandre Vanuchi Leme, pelos Direitos Humanos e pela anistia. A AESI, comandada pelo General Edson Vignoli, não só vigiou como transcreveu a missa minuciosamente, chamando a atenção da riqueza dos detalhes constantes no relatório do IPM⁷⁴, entre eles:

Em data de 29 de março de 78, às 19h30m, tendo por local a Capela do “Asilo dos Órfãos Nossa Senhora da Conceição”, na Rua Gonçalves Chaves nº 602, Pelotas/RS, foi realizada uma missa em memória dos estudantes Edson Luis de Lima Souto e Alexandre Vanuchi Leme, subversivos mortos em 68 e 73, respectivamente. O ato religioso fez parte das manifestações pelo “Dia Nacional do Protesto”. A missa, organizada pelo Padre Antônio Régis Brasil, por elementos do MDB e líderes do Movimento Estudantil de Pelotas/RS e teve a participação de aproximadamente cem pessoas;

As principais Entidades promotoras do evento foram: D.A.S de Agronomia, Medicina e Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), MDB de Pelotas/RS, IEPES e ANAI;

No Ato Penitencial, o padre Antônio Regis Brasil chama a atenção dos presentes a fim de que meditem no “sentido libertador das mortes” (grifo do relatório). [...] O canto intitulado “Procurando a Liberdade, apresenta trecho onde diz: “ A liberdade só é certeza na esperança a encontrar quem na vida se arriscar e no risco posso ser crucificado, mas cantando liberdade vou morrer”;

O relatório executado pelos agentes do governo, destaca grifos em vários rituais da missa, entre preces, música e discursos, dando a entender que havia uma dupla mensagem. Prova cabal de que, mesmo em contexto local, a vigilância era ostensiva, através de agentes infiltrados controlando os movimentos da sociedade, como veremos no próximo capítulo.

⁷³ CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). REVISTA DA SBHC, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 129-145, jul | dez 2006

⁷⁴ ARQUIVO NACIONAL. PROCESSO APA/ACE 5323/82. Consulta local.

CAPÍTULO 4

UFPEL: A FILHA DA DITADURA EM BUSCA DE SUAS MEMÓRIAS

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Inda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria
Você vai se amargar
Vendo o dia raiar
Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
Que esse dia há de vir
Antes do que você pensa
Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar
Vendo o céu clarear
De repente, impunemente
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente⁷⁵*

De posse do conhecimento de como se deu o golpe, da implantação da Reforma Universitária, dos atos legais repressivos impostos pela ditadura, vamos conhecer um pouco da trajetória da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) durante o Regime Militar. Foi um caminho longo e difícil, e ainda assim, há muito para se explorar.

Para cumprir essa missão foram utilizadas entrevistas coletadas pela autora e por terceiros, depoimentos pesquisados em arquivos públicos, jornais, atas da instituição e processos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) encontrado no Arquivo Nacional na sede de Brasília.

⁷⁵ BUARQUE, Chico. Apesar de Você. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=84PsKnaTlCg>

Aplicando a metodologia da História oral houve um grande desafio, pois na coleta de entrevistas 12 protagonistas que se comprometeram num primeiro contato, 03 técnicos administrativos desistiram alegando que fizeram um juramento de silêncio, pois haviam trabalhado diretamente na Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) e 01 professor desmarcou. Dos 09 entrevistados, 03 são servidores técnico-administrativos, 04 são docentes e 01 foi estudante da Faculdade de Agronomia. A indicação para as entrevistas foi dada pelos próprios entrevistados, que conforme seus relatos lembravam de colegas que passaram pelo mesmo momento.

Em relação aos depoimentos pesquisados em arquivos públicos, num total de 10, optou-se por utilizar os 05 mais impactantes e que tinham relação direta com o contexto político local. Mas importante ressaltar que todos foram unânimes em seus relatos quanto aos maus tratos, problemas psicológicos e físicos, sevícias por ocasião de suas prisões.

Através dessas memórias teremos uma imagem mais clara do passado, podendo preencher lacunas deixadas pela escassez de registros documentais e não deixando esquecer as histórias não contadas nesses mesmos registros.

Michael Pollak (1992, p.200) ressaltando a importância da memória, mostra que:

Os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva são, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente, e, em segundo lugar, os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa pertence. Observou-se a existência numa sociedade de memórias coletivas tão numerosas quanto às unidades que compõem a sociedade. Quando elas se integram bem na memória nacional dominante, sua coexistência não coloca problemas, ao contrário das memórias subterrâneas. Fora dos momentos de crise, estas últimas são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história oral. Indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadreadores de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar. Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.

No decorrer desse capítulo veremos que a cidade de Pelotas, assim como a UFPel foram atingidas pelo Regime Militar, que havia pressões na política local, assim como na academia universitária, herança talvez, de suas próprias unidades fundadoras.

4.1 O cenário político local e a posição política das Faculdades

Pelotas é um município da região sul do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, localizada às margens do Canal São Gonçalo que liga as Lagoas dos Patos e Mirim, no estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, ocupando uma área de 1609 km². Pelotas está localizada a 261 quilômetros de Porto Alegre, a capital do estado.

Devido sua localização, embora distante dos centros importantes do país, desenvolveu um papel fundamental na época da ditadura, pois serviu como apoio de exílio para várias partes do país, como também caminho de fuga para países como Uruguai e Argentina.

Nos primeiros dias da instauração da Ditadura Civil-Militar no Brasil, ficou clara a posição da cidade de Pelotas, através das classes produtoras locais, como a Associação Comercial e o Centro das Indústrias, que por ofício enviado ao Comando da Guarnição Federal, exaltam a ação patriótica das Forças Armadas e as novas resoluções para manter a ordem na cidade⁷⁶ (Diário Popular, 05/04/1964), como também a posição do estado do Rio Grande do Sul, pela presença do governador Ildo Meneghetti na reunião de apoio ao General Castelo Branco quando da indicação de seu nome para assumir a presidência da República⁷⁷.

Em relatórios detalhados elaborados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), ficou comprovada a vigilância que o regime exercia sobre a cidade⁷⁸.

O jornalista Lúcio Vaz (2016, p.97) conta sobre um episódio acontecido no Colégio Pelotense, em 06 de abril de 1964, seis dias após a deflagração do

⁷⁶ Jornal Diário Popular, 05/04/1964.

⁷⁷ Jornal Diário Popular, 07/04/1964

⁷⁸ Toda a documentação produzida e acumulada pelos órgãos de informação do Regime Militar encontra-se digitalizada e disponível para consulta local na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e em sua unidade regional, no Distrito Federal.

golpe militar, quando o país ainda procurava saber o que havia acontecido. Naquela segunda feira atípica, os alunos do terceiro ano do científico do Colégio Pelotense (a maior escola de 2º grau da rede pública municipal) foram surpreendidos pelo jovem professor de português Aldyr Schlee, então com 29 anos. Mal iniciou a aula, Schlee lembrou que a prova mensal deveria ter sido aplicada na semana anterior. A sabatina consistiria de leitura e interpretação do seguinte texto:

Os militares, que têm o dever constitucional de garantir a ordem, perturbaram-na irreversivelmente. A ordem constitucional foi quebrada sob o pretexto de que estava ameaçada. Temia-se a revolução comunista, fez-se a fascista (...). Estão suspensas as garantias e liberdades constitucionais em nome da democracia. Proíbe-se o direito de culto, depois das 22 horas, em nome da religião. Em nome da honestidade, há a perseguição. Em nome da autoridade, há a intimidação. O mandato presidencial já não vale nada. As imunidades parlamentares foram esquecidas. Foi esquecido o respeito à dignidade humana. A isto estão chamando de revolução democrática e cristã.

O texto da prova foi transcrito em documento do III Exército e enviado ao SNI. A ficha informativa e individual de Schlee relata sua atuação no meio estudantil. Caracterizado como “esquerdista” foi indiciado em IPM e seu texto de prova serviu para enquadrá-lo na Lei 1802/53, que definia os crimes “contra o Estado e a Ordem Política e Social” (VAZ, 2016).

Em seu discurso, por ocasião da entrega do título de Professor Emérito da UFPel, o professor Schlee se pronunciou sobre o fato ocorrido:⁷⁹

Na noite de 31 de março ocorreu o Golpe Militar que rasgaria a Constituição da República. Dia 6 de abril houve a volta às aulas e eu ofereci aos meus alunos uma prova de retórica, anotando os sofismas que poderiam ser usados para sustentar e fundamentar a ruptura da ordem constitucional. Naturalmente, nada justificaria minha prisão; mas o que os três capitães me esfregaram na cara e quase me fizeram engolir, entre palavrões e ameaças, foi uma folha de caderno escolar com o texto daquela minha prova.

Outro episódio marcante, na cidade, foi a prisão de 19 pessoas consideradas “subversivas”, conforme notícia destacada no *Diário Popular*, dia 01/05/1964:

⁷⁹ PELOTAS 13 HORAS Publicado 21/12/2012 – Disponível em <
<http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/ufpel-outorga-titulo-de-professor-emerito-a-aldyr-garcia-schlee-e-medalha-do-merito-universitario-a-clayr-rochefort-2dbba77e-ae63-4829-971d-f29b495e0806>>

A reportagem do DP divulga em primeira mão a lista oficial dos elementos que se encontram detidos para averiguações, acusados de atividades subversivas e ligações com movimento de caráter comunista por parte das autoridades:

1. Darcy Carret, funcionário do Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Sul, IPEAS;
 2. Dr. Manoel Alves de Oliveira, agrônomo do IPEAS e professor de fitopatologia da Escola de Agronomia Eliseu Maciel;
 3. Dr. Vicente Martins Real, médico e vereador pelo Partido Republicano;
 4. Dr. Amaury Alfredo de Arruda, agrônomo do IPEAS;
 5. Edilberto da Costa Amaral, professor de matemática da Escola de Agronomia Eliseu Maciel;
 6. Edgar José Curvello, suplente de vereador do Partido Republicano e que se achava no exercício do mandato;
 7. Getúlio Pereira Dias, funcionário burocrático do SAMDU e vereador do Partido Trabalhista Brasileiro;
 8. Benjamin dos Santos Pereira, presidente do Sindicato dos Estivadores e suplente de vereador na legenda do Partido Republicano;
 9. 2º tenente reformado, Elson Butgaray;
 10. 2º tenente reformado Odilon Garcia, que por motivo de saúde fora transferido da 9ª RI para o Hospital de Santa Casa (...). Ontem à tarde foram detidos mais quatro elementos, todos eles estudantes universitários, trata-se dos acadêmicos, Saad Salin, do Direito; Irio Schwantes, Andrezi Pereira Filho e Enio Freitas Unser, os três últimos cursando a faculdade de Odontologia.
- (...) Na Divisão de Ordem Política e Social, o DOPS, portanto na Delegacia de Polícia, acham-se recolhidos mais cinco presos, são eles:
1. Jadir Bandeira, presidente da Associação dos Amigos do Bairro Fragata, cuja prisão foi efetivada ontem;
 2. José Alves Pereira, conhecido pela alcunha de "85";
 3. Itatiaya Itagiba Telles;
 4. Benamar Xavier Alves;
 5. Altivo Lima; os três últimos são moradores no Capão do Leão e naquela vila desenvolvem as suas atividades.

Em relação a essas prisões, em 05 de junho de 1964 foi concluído um relatório de Inquérito Policial Militar (IPM), realizado na guarnição de Pelotas pelo Major Glauco Penna de Oliveira, que apurou essas atividades subversivas atentatórias à Ordem Social e à Segurança Nacional nos diversos setores de atividade pública e em alguns setores privados na cidade⁸⁰. Na conclusão do relatório, os únicos isentos de infração à Lei de Segurança Nacional foram Benamar Xavier Alves e Edilberto da Costa Amaral. Os demais foram indiciados

⁸⁰ ARQUIVO NACIONAL. Processo APA/ACE 12842/85. Consulta local.

e enquadrados na Lei 1802/1953, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

Em consequência da prisão, o agrônomo Amaury Alfredo Gomes de Arruda foi demitido do cargo de engenheiro agrônomo do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, conforme portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 09 de outubro de 1964.

Em Pelotas, destacou-se também a atuação da Câmara Municipal, que aprovou por unanimidade moção contra o golpe em 01 de abril, que ressaltava a defesa da legalidade (Diário Popular, 08/04/1964). Ao contrário da posição do prefeito Sr. Edmar Fetter, que se pronunciou, nos primeiros momentos do golpe, frisando “estar preocupado unicamente em manter a ordem pública e garantir a tranquilidade indispensável ao bom funcionamento das forças vivas do município”. A matéria de jornal que veiculou o pronunciamento anuncia também que o prefeito “entrou em contato com os setores ligados à segurança pública acertando as providências concretas”. O Sr. Edmar Fetter passara ao cargo de vice-governador do Estado indiretamente indicado, entre os anos de 1971 a 1975. (VECHIA, SILVEIRA, 2014)

Para uma melhor compreensão da atuação do regime em Pelotas, destacamos alguns depoimentos dos que foram presos e perseguidos, entre eles: Darcy Carret, Ismael Augusto Carneiro, Antonio Camelato Voltan, Alceu Salamoni e Manoel Luiz Vieira de Souza Coelho.

Darcy Carret, funcionário público federal do Instituto de Pesquisa e Experimentações Agropecuárias (IPEAS), militante do PTB, participou do Movimento da Legalidade e do Grupo dos Onze, conta em seu depoimento⁸¹:

A partir de 64 passou a ser perseguido político, foi preso por uma força-tarefa, composta por policiais civis e militares e encarcerado nas masmorras no 9º Batalhão de Infantaria Motorizada (9º BIM), incomunicável, junto com outros presos políticos.

Segundo Carret, o aparelho repressivo policial-militar, montado na região sul do Estado, com sede na cidade de Pelotas, que realizava as prisões dos adversários políticos do Regime Militar, era composto por efetivos do Exército,

⁸¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PROCESSO DE INDENIZAÇÃO 4561-1200/98-8. Consulta local.

Brigada Militar e Polícia Civil, estando diretamente subordinado ao gabinete do Coronel Chefe de Serviço de Inteligência e Informações da Infantaria Divisionária (3-ID/3). Após as prisões, normalmente efetuadas na calada da noite, os presos políticos considerados subversivos e terroristas pelo regime, eram levados para as masmorras do 9º BIM, do 4º Batalhão de Polícia Militar (4º BPM) ou para as celas da Delegacia Central da Polícia Civil, onde ficavam a disposição do encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM) para interrogatórios e acareações. Na sequência, os presos que eram liberados ficavam a disposição da Justiça Militar Federal, através da Auditoria Militar de Bagé.

Ismael Carneiro, na época estudante secundarista do Colégio Santa Margarida, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), relata como foi sua prisão:⁸²

No dia 23 de setembro de 1969, ao sair da escola com alguns colegas, paramos para assistir a uma cerimônia de troca de comando do Exército, tendo sido preso por cidadão à paisana e soldados da PE, sendo levado para o interior do QG. Ali fui interrogado e constantemente ameaçado de ser transferido para Porto Alegre. Em minha cela, chegou a comparecer o General Médici, que lá se encontrava em função da cerimônia. No mesmo dia, fui transferido para o 9º BIM e colocado em uma cela toda em azulejos brancos, sem cadeira, cama ou sanitário. Sem sapatos, ali permaneci em pé, sobre uma lamina de água no chão, sem comida. Após um tempo, que não posso precisar, por ter perdido a noção, fui transferido para outra cela e ali interrogado violentamente, agredido até desmaiar. Indiciado em IPM, fui levado para Delegacia de Polícia e a seguir para o DOPS. Ali fui interrogado, algemado, encapuzado e transferido para outro local, não sei localização. Nesse local sofri novos espancamentos e outras torturas: “telefones”⁸³, afogamentos em tonel d’água. Fui libertado em 03 de outubro, carregando entre outras sequelas a falta de um dente.

Ismael mencionou no processo que foi expulso da Escola de Engenharia da Universidade Católica de Pelotas em consequência da prisão.

Antônio Voltan, advogado e professor, participante da Ação Popular (AP) também foi vítima de tortura e maus tratos, conforme seu depoimento:⁸⁴

⁸² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PROCESSO DE INDENIZAÇÃO 6705-1200/98-9. Consulta local.

⁸³ Uma das tortura mais cruéis era o popular “telefone”. Com as duas mãos em forma de concha, o torturador dava tapas ao mesmo tempo contra os dois ouvidos do preso. A técnica era tão brutal que podia romper os tímpanos do acusado e provocar surdez permanente.

⁸⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PROCESSO DE INDENIZAÇÃO 4305-1200/98-1. Consulta local.

No dia 25 de abril de 1972, por volta das 9h30m, após ministrar uma aula na Faculdade de Serviço Social, da UCPel, entrava eu no hall do Edifício Banlavoura, na Rua 15 de Novembro, 563, onde tinha meu escritório de advocacia na sala 304, quando fui abordado por 3 pessoas. Um deles identificando-se como policial do DOPS, disse-me que eu deveria acompanhá-los. Ante minha negativa afirmou que me levariam de qualquer forma q eu seria melhor não obrigá-los ao uso da força [...] Fui conduzido a dependências de um prédio onde, ordenaram que tirasse a roupa. Como me recusasse a fazê-lo, se seguiu uma saraivada de socos no abdômen. Logo fui agarrado e despido. Algemado, nu e encapuzado fui sendo interrogado sobre minhas ligações com a AP e nomes e endereços de meus companheiros. Especialmente queriam o nome de Alceu Salamoni e Amilcar Gigante. A cada negativa minha, seguiam-se socos e pontapés. [...] Fui jogado sobre uma cadeira de ferro, ficando sentado com os braços algemados atrás do encosto. Ligaram fios a várias partes do corpo a cada vez (pés, mãos, orelhas) e aplicaram-me choques elétricos. Em uma ocasião gritei e os choques cessaram. Desconfiei de que os policiais não queriam gritos e passei a gritar a cada choque tomado. Com isso consegui que a tortura cessasse. Deram-me roupas para que me vestisse. Algum tempo depois conduziram-me para fora do prédio, ocasião em que vi, através do capuz contra a luz da tarde, uma silhueta de soldado, com capacete e arma ao ombro, emoldurada por uma porta cujo formato reconheci como sendo do Quartel do Exército. Era em suas dependências que eu fora torturado. [...] Finalmente em 13 ou 14 de junho fui solto. Descobri que havia perdido minha condição de professor da Faculdade de Serviço Social da UCPel e de administrador do Centro Social do SESC em Pelotas. Que minha mulher, grávida de cinco meses e meu filho, com um ano e meio, sofreram terrivelmente com minha ausência, que embora buscando tratamento para cuidar de minhas tonturas, muito tempo passaria até conseguir livrar-me do medo, da insegurança e dos pesadelos, sempre relacionados com as torturas sofridas que me atormentavam as noites, levando-me à insônia.

Como exposto acima, Voltan foi outra vítima que perdeu o cargo de professor da Faculdade de Serviço Social e de administrador no Centro Social do SESC.

Observa-se as mesmas práticas do regime no relato de Alceu Salamoni, professor da UCPel, também participante da AP, que teve suspensas suas atividades de docência e foi demitido do cargo da Prefeitura.⁸⁵

Minha prisão se deu no início de maio de 1972. Fui detido em minha residência, em torno do meio dia, quando havia chegado da universidade. Três policiais bateram na porta e quando abri

⁸⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PROCESSO DE INDENIZAÇÃO 3577-1200/98-9. Consulta local.

invadiram o apartamento e, de arma em punho me detiveram. Ordenaram que eu deixasse a criança (minha filha de 11 meses) que tinha no colo, com a empregada. Minha esposa ainda não havia chegado do trabalho. Revistaram minha casa, insistindo que eu entregasse documentos sobre atividades subversivas. [...] No dia seguinte a detenção, em torno das 10 horas fui conduzido de capuz para um local que depois ficou muito conhecido como a sala de tortura. Ali passei por interrogatório acompanhado de choques elétricos em várias partes do corpo, tapas no rosto, etc. [...] No dia 07 de junho de 1972 fui liberado. O reitor já havia me substituído na direção da Faculdade e determinou que eu aguardasse sem dar aulas, até que ele decidisse o que iria fazer em relação a minha situação. Nesse período de espera determinou que eu apenas cumprisse tarefas administrativas. Nesta situação fiquei por 3 anos, período que não administrei aulas porque isto se tornaria “perigoso”, já que o reitor havia recebido correspondência do secretário da Segurança Pública do Estado recomendando minha demissão da UCPel.

Manoel Coelho também foi duramente torturado quando da sua prisão, conforme seu depoimento:⁸⁶

Logo após o golpe em 1964, quando ainda era estudante universitário, fui preso e detido no quartel do então 9º RI, onde respondi a um IPM. Fui detido na escola, conduzido sob a mira de metralhadoras, às vistas incrédulas dos demais estudantes. Interrogado severamente, com ameaças e toda a sorte de pressões psicológicas, nada contra mim foi provado, sendo posto em liberdade.

Em 1965, como consequência do Ato Institucional, fui novamente preso, desta vez conjuntamente a outras pessoas bastante conhecidas em Pelotas. Fui mantido por um espaço de vinte dias em uma cela fétida e fria, situada no corpo do 9º RI, em Pelotas. Durante este período de prisão, levada a cabo por militares do Exército e agentes da Polícia Civil, constantemente ameaçado por armas e baionetas, vi a cara cruel da ditadura. Outra vez nada contra mim puderam comprovar.

Em 1972, Manoel Coelho já vivia no exílio e quando retornou a Pelotas, em fins de 1974, apesar de ter garantias por parte de autoridades, foi novamente preso, desta vez levado para Porto Alegre às dependências do DOPS, permanecendo ali por 15 dias, sofrendo durante esse período, as mais terríveis torturas físicas e psicológicas conforme verificamos em seu relato:

Fui colocado em uma cela ampla, onde estive por dois dias. Nela não tive acesso a banheiro e por ali haver uma pia onde por necessidade urinava. No fim do segundo dia, à noite, logo

⁸⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PROCESSO DE INDENIZAÇÃO 5511-1200/98-6. Consulta local.

após ter sido visitado pelo juiz militar, o qual foi dar-me as “garantias constitucionais de um bom tratamento” fui levado a interrogatório, começando aí meu suplício, despido frente aos algozes, logo as primeiras perguntas, recebi de surpresa um forte golpe no baixo ventre, o que me fez cair no chão. Estando a mais de dois dias sem defecar, sob forte pressão nervosa, vi-me sujo pelas fezes e sob o riso dos algozes. Depois, sem permitir que me banhasse, fui mantido implacavelmente sob torturas noite e dia, preso a fios elétricos, recebendo constantemente choques, telefones e outras violências. Tendo perdido a noção do tempo, creio haver estado assim durante 3 dias. [...] Passados 15 dias de prisão, fui posto em liberdade.

Com esses depoimentos percebe-se que em qualquer parte do Brasil o Regime Militar se impunha, castigando todos seus opositores. Não foi diferente na área do ensino superior. Exemplo disso foi a invasão pelos militares ao Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS) e à Escola de Agronomia Eliseu Maciel (EAEM), que teve seu campus tomado, conforme relato da professora Carmen Duarte da Silva⁸⁷:

A gente teve, na Universidade, já em 64, uma situação difícil com IPMs dentro da Universidade, com soldados que tomaram o campus, que entravam nas salas de aula, revistaram a Biblioteca. A gente vivia num clima de terror muito grande. E até lembro que a gente estava dando aula e, daqui a pouco, um pé na porta... abria violentamente e entravam sargentos fardados. Aquilo era um terror para os professores, para os alunos; a gente não sabia o que ia acontecer, não sabia quem era quem...isso tinha deixado um trauma muito grande.

Esse acontecimento, também foi narrado pelo Sr. Ari Costa⁸⁸, morador no Campus Universitário:

O quartel entrou lá e começou a levar o pessoal, tudo que era eles levavam e traziam pra dentro do quartel, preso. Tinham um jipe que ia lá, levaram preso o Paulo Tolosan que era o diretor, botaram um interventor do quartel; O general... não, coronel Bento. Botaram o coronel Bento de diretor, interventor e trouxeram preso o Tolosan. E aí começaram a trazer aqueles que eram, que faziam reuniões; traziam, a varrer, tudo. Desde o agrônomo até o trabalhador do campo [...] o que trouxeram de gente pra cá não foi fácil [...] foi muita gente [...] às vezes levavam mais de um [...] não sei se alguém denunciava, eu sei que quando eles iam, iam certinho [...] buscavam no serviço,

⁸⁷ Entrevista concedida a à Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

⁸⁸ Entrevista concedida a Maria Amélia G. da Silva, em 1992, sem título. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

dentro de casa, onde estivesse. E levavam preso para o quartel [...]

O Sr. Neri Coelho⁸⁹, servidor técnico administrativo atualmente aposentado, embora tivesse 14 anos na época, lembra que estava junto com seu pai, que trabalhava na portaria do campus do Capão do Leão:

Eu estudava no Colégio Margarida Gastal e fui à Portaria do Campus esperar meu pai pra ir embora, foi quando o Exército invadiu, com fuzil e acho q era baioneta. Meu pai assustado me botou embaixo do balcão da Portaria. Logo fomos pra casa, e o pai tinha um retrato grande de Getúlio Vargas na sala, enrolou com plástico e lona, passou graxa patente e enterrou junto com a arma de caça. Existia muito medo naquela época e a universidade ficou muito tempo dentro desse regime. O pátio da entrada do campus foi mandado construir pelo General Vignoli. Tinha também o Coronel Jonas, que era o prefeito do Campus. Eles eram uma espécie de “olheiro”. Não se podia falar nada, nem criticar. Se tu criticasses te pegavam e se apoiasse tu ficava mal visto entre os colegas, porque era todo mundo contra. Hoje tu vê nas redes sociais pessoas pedindo intervenção militar. Mas quem tá pedindo? Quem não viveu aquela época, não sabe o que aconteceu e nem o que foi...

Desse episódio o estudante de agronomia João Costa relatou que havia ido mais tarde, pois naquela manhã tinha uma prova marcada, e quando chegou próximo ao prédio da Faculdade, o Exército já havia ocupado, levando preso o professor Edilberto. Soube por relatos de colegas que o professor Paulo Tholozan havia fugido, sendo preso posteriormente no centro da cidade.⁹⁰

Esse episódio, intitulado de “Subversão no Município de Pelotas/RS” contém as seguintes informações conforme relatório do IPM⁹¹:

Quanto as ações subversivas no IPEAS e na EAEM que se faziam intensas e as escândalos com a complacência, sendo conivência dos responsáveis pelas direções, e quanto a que tenha havido treinamento do grupo dos onze e a existência de armamento oculto aos terrenos do IPEA, apesar das exaustivas e intensas investigações precedidas, com interrogatórios e informações de inúmeros funcionários de todas as categorias, com depoimentos no presente inquérito. Nada a respeito dos mesmos foi conseguido provar. No entanto ficou apurado que existia propaganda política e interferência de políticos no IPEAS. Quanto à existência de correntes ideológicas irreconciliáveis dando origem a perseguições, preterições em promoção e inimizades violentas, ficou provado que no IPEAS existiam duas

⁸⁹ Entrevista concedida a autora em 06/03/2017.

⁹⁰ Entrevista concedida a autora em 04/07//2017.

⁹¹ Arquivo Nacional. Processo APA/ACE 014573/87. Consulta local.

correntes, sendo uma a do DR. PAULO THOLOZAN e que os elementos pertencentes a ele eram geralmente do PTB e também a mais numerosa. A outra corrente, a do DR. ADY RAUL DA SILVA, menos numerosa, sendo que seus elementos pertenciam a outros partidos políticos. Tal situação se originou de inimizades entre técnicos e com o correr do tempo foi se avolumando até tomar cores partidárias. Isto não constituía regra geral, pois existem técnicos e funcionários que mantiveram uma atitude de neutralidade, em relação as duas correntes.

O relatório ainda destaca que a articulação política no IPEAS e na EAEM se fazia sentir pela constante propaganda dos elementos do PTB, nos churrascos em residências particulares, nas sedes das sociedades dos funcionários, onde compareciam os políticos Edgar José Curvelo e Francisco Lages dos Santos, elementos estes reconhecidamente comunistas, juntos com Hélio Fontoura, Joaquim Francisco Dias da Costa, Moacir Faustino de Souza, Mozart Rocha, Elberto Madruga, Lélío Souza, Justino Quintana e Getúlio Dias.

Também relata a projeção de filmes subversivos na EAEM, como o caso do “O Muro de Berlim” que é uma versão do ponto de vista da Alemanha Oriental, portanto de propaganda altamente comunista.

Outro fato apurado no mesmo IPM foi o curso de Treinamento de Camponeses, para a Reforma Agrária, onde foram distribuídos aos alunos, no final do curso, polígrafos contendo o resumo das aulas. Principalmente no tema “A Realidade Brasileira”, as perguntas, as respostas e as conclusões, exprimiriam algumas ideias, um espírito de descontentamento e revolta. Na primeira folha desse polígrafo aparece a figura de um arado, cujo cabo, lâmina e peça de tração, pareceriam representar uma foice e um martelo, símbolo do comunismo.

Para combater a subversão dentro das instituições de ensino superior, foi instalada por determinação do Ministério da Educação (MEC), a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS). A atuação da CEIS, alinhada com o aparato repressivo da Operação Limpeza, era para investigar toda a comunidade acadêmica, e agiu principalmente como agente expurgatória de professores. Para as faculdades de Pelotas agregadas a UFRGS (Direito e Odontologia), a comissão foi formada pelos professores Delfim Mendes da Silveira (substituído pela professora Rosah Russomano) e Gastão Pureza Duarte.

Segundo Marília Silveira (2010, p.5) essas nomeações refletiam a atuação política da universidade:

Ao longo dos anos, nas faculdades, professores, funcionários e estudantes foram perseguidos, acusados de "subversivos". Pelotas teve a triste atuação de civis na colaboração para com a repressão, tendo três professores, a Sr.^a Rosah Russomano de Mendonça Lima e os srs. Gastão Coelho Pureza Duarte e Delfim Mendes da Silveira, das Faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas, na época ligadas a URGs (atual UFRGS, à qual as Faculdades de Odontologia e Direito de Pelotas, hoje ligadas à UFPel, faziam parte), participado de comissões, julgando e expurgando seus pares, alunos e funcionários, das faculdades de Porto Alegre e Pelotas, junto à professores da URGs de Porto Alegre e um representante militar.

Com a atuação da CEIS, em 25 de setembro de 1964, foram aposentados 10 professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), conforme Decreto publicado no Diário Oficial da União (DOU), sendo que dois pertenciam a Faculdades de Pelotas: Apio Cláudio de Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflacher (ambos da Faculdade de Direito agregadas à URGs). Em 1969, novos expurgos de professores em Pelotas: Manoel Alves de Oliveira da Faculdade de Agronomia (UFRRS) e Jose Pio de Lima Antunes da Faculdade de Direito (URGS).

Jaime Mansan (2009, p.217) através de sua pesquisa nos mostra como se deu esses expurgos de 1969, em Pelotas:

Em 1969, assim como os docentes que lecionavam em Porto Alegre, foram sumariamente afastados os professores José Pio de Lima Antunes e Manoel Alves de Oliveira. E, da mesma forma como as unidades de ensino vinculadas à UFRGS em Porto Alegre, também as faculdades localizadas em Pelotas estavam sendo observadas por órgãos do Aparato Repressivo especializados na produção de Informações.

Um resumo da Informação sobre Manoel Alves de Oliveira, proveniente do DOPS/RS e repassado à CISMEC pela DSI/MEC, era apresentado em sua ficha da seguinte maneira:

Com base nas informações do DOPS-RGS, entre outras coisas, registra: Sempre se externou como convicto marxista; integrou a "Frente Nacionalista de Pelotas"; tomou parte na preparação de um levante armado no IPEAS, por ocasião da Revolução de Março de 1964; juntamente com Amaury Arruda (já cassado) organizou "Grupo de Onze"; no IPM havido no IPEAS foi enquadrado como havendo violentos indícios de ter cometido os crimes capitulados nos Art. 10, 11, 12 e 24, da lei 1802, de 5 de janeiro de 1953; foi, na ocasião, solicitada a sua cassação de direitos políticos e consequente afastamento do serviço público e do magistério; elemento perigoso e violento.

A ficha de José Pio de Lima Antunes elaborada pela CISMEC identificava-o como “professor da Faculdade de Direito e da Escola de Agronomia de Pelotas”. Para indicar motivos que justificassem seu afastamento sumário, a CISMEC reproduzia Informação do SCI da SSP/RS, nos seguintes termos:

O Serviço Centralizado de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, entre outras coisas afirma: o nominado é um dos comunistas que assinaram o “Manifesto do Povo Pelotense”, em 18/9/53. Aponta-o, ainda, em 7/7/67, como elemento ligado a Manoel Alves de Oliveira, Edilberto Amaral, Paulo Tholejans Dias da Costa, Cláudio Vinícius de Lima Antunes e outros os quais, segundo se depreende da informação em causa, são elementos esquerdistas. A informação acrescenta, ainda, **ser o referido professor irmão de dois elementos comunistas** e ser, ele próprio, fichado como comunista.

Mansan observa que no trecho grifado da citação acima, que o vínculo familiar com Ápio Cláudio de Lima Antunes pode ter agregado reconhecimento, como militante comunista, a José Pio de Lima Antunes, independentemente de sua atuação política nesse sentido, o que não foi possível precisar a partir das fontes a que se teve acesso.

4.2 Nasce uma universidade adulta

A criação da UFPel como uma instituição de ensino superior atendia aos anseios da comunidade local liderada por políticos e alguns setores dos cursos envolvidos, pois entendiam que a unificação era a melhor forma de ampliar as unidades acadêmicas, além de fomentar os recursos disponíveis, seguindo a mesma orientação adotada em nível nacional, que determinava o agrupamento de entidades independentes, embora houvesse oposição de alguns professores temerosos da perda do prestígio, da posição e dos direitos conquistados vinculados aos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A oposição se dava, segundo o depoimento do Professor Gastão Pureza Duarte⁹²:

[...] havia uma pressão muito grande por parte da Agronomia para que não se criasse a UFPel e, eu justifico porque, até certo ponto entendo, é que a Agronomia já era

⁹² Entrevista concedida a à Beatriz Ana Loner, em 19/08/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel

uma Universidade Rural, com reitor e com vice-reitor, com uma estrutura toda de uma universidade ligada ao Ministério da Agricultura.

Na visão da professora Carmen Duarte da Silva, a Faculdade de Direito e a Odontologia também tinham restrições quanto à criação da UFPel, conforme seu relato⁹³:

[...] Nesse momento, começa a ser pensada a reunião da Universidade Rural e das outras faculdades que já existiam em Pelotas e que eram bastante antigas (o caso da Odonto e do Direito), e que eram vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Houve aí, um momento, que durou bastante tempo, que se repete um pouco até hoje, de uma falta de espírito universitário, de uma visão mais abrangente, até uma visão histórica das coisas. Então de repente, o Direito e a Odonto tinham medo de sair da Universidade do Rio Grande do Sul que, afinal, tinha tanto status e vir para uma universidade pequeninha do interior [...]. Mas felizmente a coisa andou, se discutiu bastante e foi se encaminhando para a criação da Universidade Federal de Pelotas, que veio acontecer em 69.

Mas sua criação já estava sendo articulada desde 1967, de acordo com notícia veiculada no Jornal do Brasil, de 05/09/1967, quando o Ministro da Educação Tarso Dutra, natural de Porto Alegre, em visita à cidade de Pelotas, lançaria as bases de mais uma universidade federal no interior do país, onde deixaria concluídas as providências para a criação da mesma, junto com o deputado Ari Alcântara.

Segundo Jantzen (1990, p.163) entre os anos de 1968 e 1969, quando Tarso Dutra, é o Ministro da Educação, completa-se o contexto para que a UFPel seja organizada definitivamente. Colaboraram para isso as afinidades políticas entre o ministro, o prefeito Louzada da Fonseca, ambos da ARENA, e o professor Delfim Mendes da Silveira, diretor da Faculdade de Direito de Pelotas e membro do Conselho Universitário da URGs, em Porto Alegre.

Ampliar a Reforma Universitária, incorporar instituições, significava ampliar a base legitimadora do “governo reacionário”. Educação superior para o desenvolvimento era um trunfo importantíssimo para um regime que, a despeito

⁹³ Entrevista concedida a à Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel

do adesismo das camadas médias, sempre teve sua legitimidade contestada. (JANTZEN, 1990).

O próprio Decreto-Lei 750, de 08 de agosto de 1969, assinado pelo presidente Costa e Silva, denota em seu preâmbulo a linguagem da Reforma Universitária:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968;

CONSIDERANDO que a Reforma Universitária fixou as características que devem condicionar a presença da universalidade no sistema nacional de ensino exigindo, entre outras, a universidade de campo e a unidade de funções de ensino e pesquisa;

[...] Art. 1º É criada a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mediante a transformação e incorporação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, e das Faculdades de Direito e de Odontologia e do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resultante da transformação e incorporação da antiga Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS), e das Faculdades de Direito, Odontologia e Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), agregando também as unidades particulares de ensino superior como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes “Dona Carmem Trápaga Simões” e a Faculdade de Medicina Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado (IPESSE), sendo estruturada pelo Decreto 65.881, de dezembro de 1969, que aprovou seu Estatuto, assinado então pelo presidente Médici.

Foi escolhido para reitor da nova universidade o professor Delfim Mendes da Silveira, então diretor da Faculdade de Direito. O professor Delfim ficou na gestão da universidade no período de 1969 até 1977. Sucessivamente os gestores foram Ibsen Wetzel Stephen (1977-1981), José Emilio Araújo (1981-1984), Ruy Antunes (1984-1988) e Amilcar Gigante (1989-1993).⁹⁴

Em 1970, o presidente Médici recebeu título de Doutor Honoris Causa, sendo a UFPel a primeira a conceder esse título a um presidente⁹⁵. O mesmo

⁹⁴ Aqui citaremos apenas os reitores do período que atuaram à época da Ditadura e que tem a ver com a trajetória da universidade.

⁹⁵ CONSUN. Na Ata 02 de 30 de maio de 1970, foi decidido por unanimidade a concessão do título.

título também foi conferido ao Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em 1972.⁹⁶

O professor Gastão Pureza⁹⁷, em entrevista concedida, não concordou com essas condecorações, pois em sua opinião deixava a universidade num terreno político perigoso:

Infelizmente eu acho que a universidade tem, é meio perigoso de dizer, mas eu vou dizer, a universidade tem sempre se colocado numa posição política muito radical. Ela se coloca contra tudo e contra todos politicamente, quando eu acho que a tônica não deva ser esta. Muitas vezes, o indivíduo quando assume um cargo, está a frente de uma entidade, uma universidade, por exemplo, ele tem que reprimir muitas vezes as suas tendências políticas, seus desejos políticos, religiosos, seja lá o que for, em prol da comunidade que ele está dirigindo. O Professor Delfim era muito afinado com o Regime Militar. Ele deu o título de “Doutor Honoris Causa” para o Passarinho e para o Médici.

Foram agraciados com concessão de medalhas de mérito universitário, em 1971, Edmar Fetter, então vice-governador, o deputado Ary Alcântara e o Coronel Oliveros Lana de Paula por serviços prestados a universidade. Os professores Eurico Kramer, de Oliveira e Cecy da Nova Cruz Sacco foram homenageados pelo envolvimento na coordenação da criação da universidade⁹⁸.

Mas na gestão do professor Delfim, houve um acontecimento marcante, na Faculdade de Direito, em 1971, cuja diretora era a professora Gilda Maciel Correa Mayer Russomano, que foi brutalmente agredida conforme consta no relatório de IPM, que assim expõe os fatos:⁹⁹

Em diligência procedida na cidade de Pelotas, tendo em vista a apurar detalhes do acontecimento, verificamos:

Em 01 de julho de 1971, a professora Gilda, diretora da Faculdade de Direito, por volta das 17 horas recebeu um visitante que a induziu procurar uma sala onde os assuntos a tratar poderiam ter maior sigilo. Nessa sala, ainda não iluminada a professora sofreu agressão de seu companheiro e mais duas pessoas que lá se encontravam ocultas pela escuridão. Foi

⁹⁶ CONSUN. Na Ata 16 de 25 de setembro de 1972, foi decidido por unanimidade a concessão do título.

⁹⁷ Entrevista concedida a à Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

⁹⁸ CONSUN. Na Ata 13 de 31 de dezembro de 1971, foi decidido por unanimidade as concessões dos títulos.

⁹⁹ Arquivo Nacional. Processo AC/ACE 038116/71. Consulta local.

espancada e tomada de trauma pela surpresa e efeito dos golpes recebidos.

A ação foi rápida e, ao que consta, sem testemunhas. [...] A professora Gilda, pouco após, foi encontrada desacordada na sala onde sofreu a agressão. Do bolso do vestido da diretora sobressaía um bilhete, dentro de um envelope, onde garatujado em manuscrito e em letra de forma aconselhando a diretora a tratar com menos rigoroso na Faculdade, não procurar represálias e que terminasse com a intromissão dos “gorilas”.

Foi acordado que o assunto era da competência da área civil, dando-se ao Delegado Regional de Polícia, Dr. Flávio Gadret da Silveira a incumbência de proceder ao inquérito policial, com a assessoria do General Comandante Heitor Fontoura de Moraes. O assunto foi tratado com a máxima discrição, tendo em vista que o esposo da professora era Mozart Victor Russomano, ministro do Superior Tribunal do Trabalho. Não houve conclusão no IPM pela dificuldade de trazer elementos novos em proveito do inquérito.

Já na gestão de Ibsen Wetzel Stephen, na edição do Coojornal, em fevereiro de 1979, saiu uma matéria intitulada “Reitor não quer críticas ao governo”, onde a UFPel abria a temporada de cassações brancas visando aos professores do curso de Arquitetura. Na produção da matéria constava¹⁰⁰:

A Universidade Federal de Pelotas, em meio a todos os anúncios oficiais de “abertura política” acaba de inaugurar a temporada de cassações brancas. [...] Agora estão na alça de mira da reitoria os professores Rogério e Ester Gutierrez, denunciados, segundo ofício lido por Stephan diante de uma comissão de professores do curso e por cinco órgãos de segurança. Entre outras, figuram acusações de “aliciamento de alunos” e “falar contra o governo”. Colocado na reitoria graças a uma antiga dívida do governo com o seu amigo e chefe político Edmar Fetter, o dentista Stephan comentou perante a mesma comissão que “quem trabalha para o governo não pode criticá-lo”.

Rogério fez uma observação ao saber que o novo pórtico do campus, surgido sem consulta do Escritório Técnico, fora uma idéia do General Edson Vignoles que ostenta o título de chefe da Assessoria Especial de Informações da UFPel. Foi lhe explicado que é assim mesmo, o general tem mania de arquiteto. Rogério retrucou afirmando que “seria interessante se os arquitetos ficassem com mania de generais”.

¹⁰⁰ Coojornal – Edição Fevereiro/1979. Consulta no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Ester Gutierrez, em seu relato comenta o assunto¹⁰¹:

Eu acredito que isso foi através de delação de aluno em aulas, alguma coisa dita em aula que não agradou. Teve uma repercussão, uma advertência, esse constrangimento, mas não teve nenhuma punição, nenhuma penalidade.

Como já foi dito, tudo e todos eram vigiados, não foi diferente com José Emílio Araújo, que quando de sua nomeação para a reitoria teve sua ficha individual levantada pelo SNI. Nela constava que o mesmo tinha sido chefe de gabinete do Ministro da Agricultura, no governo de João Goulart, e após permaneceu ligado ao governo deposto, exercendo a presidência do PSD em Pelotas. Havia dúvidas quanto a sua participação em “ala esquerdista” existente no corpo docente da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, mas apesar de um aprofundamento efetuado, isso não foi corroborado.

Já para o SNI, o professor Ruy Brasil Barbedo Antunes tinha um perfil regular, viajava muito e quem realmente administrava era o Pró-Reitor Leo Zilberknop,

E por último vamos falar de Amilcar Gigante. Iniciou sua docência na UFPR, mas expurgado por ser considerado subversivo, foi preso e indiciado em vários IPMs. Ainda assim, foi o primeiro reitor da UFPel, eleito pela comunidade universitária e embora sua posse incomodasse o MEC, foi nomeado em 13 de dezembro de 1988 pelo presidente da República.

4.3 O mosaico das memórias

Para esta pesquisa, foi de grande relevância constituir um conjunto importante de fontes orais, que se encontram reunidas na memória do grupo de pessoas que participaram da vida universitária dessa época.

As narrativas foram esclarecendo um pouco da trajetória da instituição, formando o que Portelli (1996), nos mostra que “a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém forma um todo coerente depois de reunidos”.

¹⁰¹ Entrevista dada a autora em 24/11/2016

Na visão de Marília Pohndorf (2013, p. 34) o indivíduo é central ao que se refere à memória assim como em relação à identidade, ambas são construídas na sociedade por meio de ações de indivíduos e das relações existentes entre estes:

A memória é complexa, pois mesmo se dando na maioria das vezes por meio de trocas sociais, ela é singular ao sujeito. Para a memória recaem as interpretações dos fatos, ou seja, duas ou mais pessoas podem ter vivenciado o mesmo momento juntas, e, tempos depois, ao recordarem-se do vivido poderão ter opiniões totalmente adversas uma à outra. Ou ainda, um evento para determinada pessoa pode ter sido absorvido de maneira intensa e modificadora, enquanto o mesmo evento em outra pessoa poderá não ter havido nenhuma influência.

Como já foi citado, assim como em outras universidades, a UFPel também foi atingida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), com a criação da Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), no ano de 1971, que tinha como propósito principal exercer uma vigilância sobre todos os fatos envolvendo toda a comunidade acadêmica. Atendendo determinação do MEC, criou a AESI, nomeando como chefe responsável o General Edison Vignoli, através da Ata nº. 17/1972 do Conselho Diretor da Fundação, não especificando suas atribuições.

O General Edson Vignoli, nascido em 17 de outubro de 1907, em Rio Grande, prestando serviço militar desde o ano de 1942, sendo que em 1962 foi comandante do 9º Regimento de Infantaria em Pelotas, ingressou na UFPel em 01 de junho de 1972, como Auxiliar de Ensino, lotado no Instituto de Ciências Humanas, no Departamento de Estudos Brasileiros. Foi dispensado, em 1973, do exercício dessa função em virtude de acumular as funções de Superintendente Administrativo e chefe da AESI da universidade.

O professor Renato Varoto nos conta que em 1971, foi convidado pelo professor Delfim a dar aulas na universidade, mas conta que teve que passar por uma entrevista na AESI, com General Vignoli, tendo que preencher uma ficha onde tinha que responder sobre posição política, se simpatizava com algum partido e o General citava nomes de líderes para ver se eram conhecidos. Embora tenha respondido tudo, Varoto não foi chamado para trabalhar na universidade. Foi chamado novamente em 1973, mas o General já estava bem mais enfraquecido e assim conseguiu ingressar.

Ainda nos conta sua experiência como estudante quando eclodiu o golpe:

A gente vivia em pânico dentro das salas de aula, porque se sabia que havia em cada sala de aula no mínimo um falso aluno, inclusive eu tinha um conhecido que anos depois, ele veio a confessar, me contou já doente, que era militar e que seu papel era manter os serviços de informações atualizados do que ocorre dentro das universidades. Todo mundo achava estranho que ele cursava vários cursos ao mesmo tempo. Eu sempre tive posição política e te confesso que logo que eclodiu o movimento militar eu fui simpático a ele, mas depois como outros tantos, vimos que o movimento não era anticomunista, mas sim um golpe que pretendia se perpetuar no poder. A partir daí, não fui preso, torturado, nada disso, mas eu fui várias vezes chamado no 9º BIM para dar explicações por causa de minhas convicções.

Quando veio a ordem, em 1976, que só podia ingressar mediante concurso, todos os convidados tiveram que se submeter, alguns passaram e outros foram reprovados, conforme continua em seu relato:

A AESI mantinha um rígido controle sobre os concursos. Eu me lembro que era chefe de departamento no ICH e havia um concurso e na véspera, o General Vignoli me telefonou e disse que havia recebido ordens, não me disse de quem, que tal pessoa não podia passar no concurso, tem que ser reprovada. Respondi que era apenas um chefe de departamento, que ele deveria dar essa ordem a direção, mas ele insistiu que a ordem era para mim. Então repassei ao diretor e falei que eu não tinha coragem de dizer a banca que o concurso era frio. Uma colega, chefe de outro departamento também recebeu a ordem, mas era ao contrário, o vencedor do concurso tinha nome marcado e foi quem passou.

Em relação à inexistência de documentos, Varoto afirma que quando Amílcar Gigante foi eleito, veio ordem para queimar todos os documentos do arquivo, que na época estavam num prédio onde era a CRUTAC.¹⁰²

O relato da técnica administrativa Tânia Bachilli, ainda na ativa, também se retrata ao General Vignoli:

Realizei concurso em 1976 e fui chamada em 1977. Na época o professor Edson Vignoli, era o Pró Reitor Administrativo. Na época, após as provas passávamos por uma entrevista com uma banca. A minha, foram, dois professores e dois técnicos, após, quando fui realmente aprovada, fui chamada pelo General Vignoli, e entre outras perguntas sobre o que eu estudava e o que pretendia vir ainda a cursar, quis com insistência saber se eu pretendia engravidar. Eu respondia que não, que no momento

¹⁰² Varoto confirma que não sabe de onde veio a ordem. Durante a pesquisa, os outros entrevistados não confirmaram esse fato, não souberam responder onde os documentos poderiam encontrados.

não tinha relacionamento e ele muito rudemente me diz “para engravidar não precisar estar namorando ou casar” eu respondi que sabia, mas que não pretendia engravidar. Ele, então me disse que mulheres grávidas não interessavam ao serviço público.

Fui admitida no Departamento de Pessoal, órgão que era ligado a Pró-Reitoria Administrativa, porém, não tínhamos contato nenhum com ele. Alguns dos funcionários da PRA é que faziam este trâmite. Ele só se reportava a Reitor, Vice Reitor e no caso ao Chefe do Departamento de Pessoal, Sr. João Oliveira Sebastião, mais conhecido por todos como seu Sebastião.

Naquela época, lembro que uma das funcionárias da PRA engravidou, o que desgostou imensamente o seu “superior” Pró-Reitor Administrativo. Em pouco tempo ela deixa de ser ali lotada e é relotada da PRA. Ele era uma pessoa temida por todos.

Paulo Brum Ferreira¹⁰³, então estudante da arquitetura da UFPel, relembra situações em que esteve com o General Vignoli:

Lembro que fui membro do Conselho Universitário, representando os estudantes, e que o General Edson Vignoles me chamava quase todos os dias para ameaçar com expulsão, prisão, etc.

Tinham chegado uns livros doados pela Academia de Ciências da URSS à Faculdade de Arquitetura da UFPEL. O reconhecimento da faculdade dependia da existência de uma biblioteca, mas o general se negava a liberar os livros, pois vinham de um país comunista, eram perigosos, podiam conter técnicas de comer criancinhas. Eram livros de cálculo diferencial, de geometria descritiva, de desenho técnico, etc.

Também tinha só um aparelho de topografia para atender aos estudantes da agronomia, da engenharia agrícola e da arquitetura. O general dizia que a universidade não tinha dinheiro, que tínhamos que nos contentar com isso.

Então, resolvemos fazer da necessidade de aquisição de mais equipamentos de topografia um motivo de união e de luta, juntando até quem não tinha consciência política, mas queria aprender. Isso juntou muita gente.

Um dia fui chamado à PF, em Rio Grande, e levei um tapa na cara de um policial. Mas não me amedrontei. Como dizemos aí, não está morto que peleia! O Coelho deve lembrar que a gente fazia reunião política no meio do campo de futebol da Medicina, à noite, ao lado do 9º Regimento de Infantaria, durante as festas de sábado da Medicina.

Carmen Duarte da Silva¹⁰⁴ também relata sobre como era a atuação da AESI na UFPel:

¹⁰³ Relato publicado pelo depoente no site www.mepelotas.blogspot.com.br (sem data).

¹⁰⁴ Entrevista concedida a Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel

Era um clima que a gente não sabia quem ia ser chamado; quando ia ser chamado; aonde, se no serviço, se em casa, quem escutava quem. A gente sabia que tinha gravadores nos lugares que a gente conversava. A Universidade teve aqueles famosos serviços de informações - as AESI.

[...] Andei muito tempo atrás dos documentos e não consegui localizar nada. Pedi para revirar vários setores porque a gente teve, aqui dentro, um serviço de informação que consta do Regimento da Universidade, era oficial. O General Vignoli era o coordenador geral, e tinha muitas pessoas que trabalhavam com ele [...]. Queria saber que fim levou esse material.

Já para Maria da Graça Rocha, técnica administrativa aposentada, a ditadura foi algo positivo:

Na minha maneira de pensar, se houve respingos da ditadura, foram respingos positivos, não houve respingos de perseguição, de retaliação, pra mim não houve nada disso. Dos militares só lembro que emprestavam o espaço da Palma para os seus exercícios. Os estudantes faziam seus protestos, mas pacíficos, logo se dispersavam. Pra falar a verdade acho que atualmente tá muito pior.

Também para Manoel Mendieta, professor aposentado, a ditadura teve seu significado positivo junto com a Reforma Universitária. Houve mudanças, mas para melhor, a gestão do professor Delfim Mendes foi sempre apoiando todos os projetos.

Wilson Miranda, professor aposentado, só lembra de uma passeata onde os estudantes faziam críticas à política vigente, a fatos ocorridos na cidade e à muitas outras questões. No ano de 1964, por imposição do governo militar, essas passeatas foram consideradas promotoras de “atos subversivos”. Era uma época de muita censura. Alega que fugia dos tumultos e evitava falar o sobre o regime.

Um outro fato marcante, que não podemos deixar de mencionar, acontecido em Pelotas, foi quando alguns estudantes resolveram organizar na cidade um ato de apoio ao Dia Nacional de Lutas (19 de maio de 1977), em repúdio ao “Pacote de Abril” lançado por Geisel. Os estudantes se reuniram em frente ao prédio da Faculdade de Direito. A polícia, sabendo da manifestação, cercou o local. Inicialmente os estudantes sentaram em círculo. Já que tinham sido avisados de que não poderia haver discursos, um deles pegou uma vareta no chão e desenhou um “L”. Em seguida outros estudantes também fizeram o mesmo, escrevendo “LIBER...”. Quando chegou nesse momento, um deles,

João Carlos Gastal Junior, levantou e falou que *liberdade não se pede, se conquista*¹⁰⁵. Foi o suficiente para sua prisão. Após este ato outros se sucederam na cidade. (SILVEIRA, VECHIA).

Podemos notar na sucessão de relatos, que as memórias em relação à repressão estavam ligadas a uma figura central que detinha o poder e propagava o medo na comunidade universitária, o General Edson Vignoli. Até mesmo pela falta de documentação não se comprovou o tamanho de seu poder, mas ficou comprovado o tamanho do medo provocado pela sua presença, pois até hoje muitas pessoas se recusaram a falar sobre ele.

¹⁰⁵ João Carlos Gastal Junior relembra a frase dita em entrevista publicada em 26/12/2012 e disponível em vídeo no site: <https://www.youtube.com/watch?v=cPzjWJNP0Ts>. Acesso em 31/07/2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou essa pesquisa, não havia noção do quanto seríamos atingidos por vários fatores, entre eles a falta de conhecimento sobre o período do golpe e mais profundamente sobre o período que o antecede. Para isso foi preciso aprofundar em muitas leituras e a cada parágrafo lido, uma reflexão e muitas perguntas. Onde estávamos quando tudo isso aconteceu? Estávamos com uma venda nos olhos, estávamos na geração do silêncio, dos desfiles de 7 de setembro, das disciplinas de Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros, de enfrentar provas na escola onde tínhamos que decorar o nome dos presidentes gerais e de seus ministros.

O intento era recuarmos até 1964, momento do golpe. Mas foi muita pretensão, pois as perguntas não se calavam. Porque Jango foi deposto? Será porque foi vice-presidente de JK? Ou será porque foi ministro de Getúlio Vargas? E Getúlio Vargas, tanto tempo no poder e acabou se suicidando? Foi preciso recuar mais, não só para nos satisfazermos, mas para que a geração da democracia, ao ler esse trabalho, entenda a história que muitos querem esquecer.

Contextualizamos isso nos capítulos I e II, onde foi preciso entender que a alternância dos governos café com leite acabou na Revolução de 1930, a qual trazia muitas aspirações democráticas. E embora, na prática, tenha se instalado um novo período de ditadura, houve um enorme avanço social que promoveu à inclusão de milhões de brasileiros. Que o governo Getulista com suas reformas e atos arbitrários desagradaram uma enorme parcela das elites, que conseguiram desde sua renúncia no primeiro governo até seu suicídio no segundo. Também que na década de 1960, em plena Guerra Fria, que no campo político, o ódio superava a qualquer embate no campo de ideias.

Mostramos que o Golpe Civil-Militar de 1964 colocou os brasileiros em lados opostos, ou de direita ou de esquerda. Que o radicalismo de ambos os lados protagonizava embates em nível nacional e local, onde a ditadura preconizava atos legais que justificavam as brutalidades praticadas. Que o nível

de suspeita era aterrador, pois os órgãos de vigilância não davam trégua, uma simples opinião bastaria para tornar-se um desafeto do regime.

A força do movimento estudantil e a Reforma Universitária se encontram no decorrer do capítulo III. A violência incontida e a repressão mais intensa se espelharam através dos atos legais, que atingiram em cheio a academia universitária.

E em todo esse contexto surge a Universidade Federal de Pelotas, que reflete a sociedade local e suas disputas. Uma nova instituição que já nasce com as regras ditatoriais consolidadas. Os expurgos na UFPel realizados na Operação Limpeza, determinaram que já na sua criação, os elementos subversivos não fizessem parte dos quadros funcionais da nova universidade.

Então no capítulo IV, foi preciso mais que historiografia, foi preciso buscar na memória das pessoas que vivenciaram a ditadura, o que representou isso em suas vidas.

O eixo do estudo se orientou em questionamentos tais como: será que houve casos de graves violações dos direitos humanos dentro da UFPel? Houve proibições nas contratações de professores? Houve impedimento de matrículas de alunos ou censura aos discursos de formatura? Houve, por conta de atuação política, prejuízo à carreira de professores, alunos e funcionários? Como foi a atuação da AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informações), no âmbito da universidade e que tinha como propósito principal estar presente junto aos campi universitários exercendo uma vigilância sobre todos os fatos envolvendo toda comunidade acadêmica?

Quando nos deparamos com os depoimentos coletados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, nos damos conta de que, realmente, ninguém ficou a salvo da repressão do regime. Foram relatos marcantes e sofridos, e pela recusa de alguns de falar sobre isso com a autora, percebe-se que ficaram cicatrizes e traumas para sempre.

Em relação a Pelotas, ainda tinha mais um ponto, as rivalidades locais pela disputa de poder político, ou seja, quem se aproximasse do regime ditatorial automaticamente estaria desfrutando das benesses do regime.

A história da UFPel no período da ditadura nos remete a muitos acontecimentos, alguns lembrados e contados pelos seus protagonistas.

Outros foram esquecidos, pois os fantasmas do medo das lembranças ainda pairam na memória como um sofrimento, algo impossível de ser trazido de volta.

A tortura psicológica e moral para alguns é insuperável, para sempre vão conviver achando que aqueles dias sombrios nunca vão ser superados.

Como ainda não se determinou o destino de registros documentais, discorrendo sobre os acontecimentos em sua totalidade, no período do Regime Militar dentro da UFPel, e por tratar-se de um assunto difícil e delicado, pois relata experiências marcantes e traumas ainda não esquecidos, utilizar-se-á, como aliada principal, a História oral, através da memória dos protagonistas que vivenciaram esse cenário para construir o histórico da Instituição.

As entrevistas coletadas pela autora mostram que para alguns o Regime Militar não cruzou os portões da universidade, as manifestações estudantis eram pacíficas e direcionadas somente a problemas acadêmicos, desconhecendo repressões e perseguições políticas à comunidade. Segundo esse depoimento, a UFPEL não atravessaria crises políticas ou administrativas. Mas para outros, a situação foi totalmente inversa, o quadro relatado é de que a universidade estaria tomada por repressões, perseguições a alunos, professores e funcionários não adeptos às ideias do regime, as contratações de servidores seriam feitas através de entrevistas, em que a avaliação seria determinada por sua ideologia.

Destacamos por último que, na etapa final da pesquisa, tivemos oportunidade de obter alguns arquivos produzidos pelo SNI. Documentos ricos em detalhes da vigilância na comunidade universitária, da política local e do estado. Só foi possível pelo exíguo tempo disponível, analisar pequena parte desse acervo. Resta ainda um vasto campo a ser investigado, o que seria motivador para aprofundarmos essa pesquisa em uma análise futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEIS, DECRETOS E ATOS INSTITUCIONAIS

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.** Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluía a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências. Disponível em < <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 31/01/2016.

_____. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.** Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspende garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. Disponível em < <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 31/01/2016.

_____. **Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966.** Dispõe sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permite que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de Prefeito de capital de Estado; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. Disponível em < <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 31/01/2016.

_____. **Ato Institucional nº 4, de 12 de dezembro de 1966.** Convoca o Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República e dá outras providências. Disponível em < <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 31/01/2016.

_____. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. Disponível em < <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 31/01/2016.

BRASIL. **Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969.** Confere aos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar as funções exercidas pelo Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, enquanto durar sua enfermidade; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. Disponível em < <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/porta-legal/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 31/01/2016.

_____. **Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969.** Dispõe sobre o banimento do território nacional de brasileiro inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. Disponível em < <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/porta-legal/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 31/01/2016.

_____. **Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969.** Dá nova redação ao artigo 15, §11 da Constituição Federal de 1967; garante a vigência de Atos Institucionais, Atos Complementares, leis, decretos-leis, decretos e regulamentos que dispõem sobre o confisco de bens em casos de enriquecimento ilícito; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. Disponível em < <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/porta-legal/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 31/01/2016.

_____. **Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969.** Declara vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; dispõe sobre eleições e período de mandato para esses cargos; confere a Chefia do Poder Executivo aos Ministros militares enquanto durar a vacância; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. Disponível em < <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/porta-legal/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 31/01/2016.

_____. **Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.** Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Dele477.htm>. Acesso em 08/04/2014.

_____. **Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/porta-legal/legislacao-1/decretos-leis/1988-a-1965>>. Acesso em 31/01/2016.

_____. **Decreto-Lei 750 de 08 de agosto de 1969** - Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e dá outras providências. Disponível

em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos-leis/1988-a-1965>>. Acesso em 08/04/2014.

_____. **Decreto 65881 de 16 de dezembro de 1969.** Aprova o estatuto da Universidade Federal de Pelotas. Publicado no Diário Oficial da União em 19/12/1969. Seção I. Parte I.

_____. **Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964.** Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-norma-pl.html>. Acesso em 08/04/2014

_____. **Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964.** Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/leis-ordinarias/1980-a-1960-leis-ordinarias>. Acesso em 08/04/2014.

_____. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento de ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/5540.htm>. Acesso em 08/04/2014.

_____. **LEI Nº 6.339, DE 1º DE JULHO DE 1976.** Dá nova redação ao artigo 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, alterado pelo artigo 50, da Lei número 4.961, de 4 de maio de 1966, e ao artigo 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6339.htm> Acesso em 31/01/2016

_____. **LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm>. Acesso em 31/01/2016.

_____. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 08/04/2014.

_____. **Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/leis-ordinarias/2011-leis-ordinarias-1>>. Acesso em 08/04/2014.

_____. **COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, Violações de direitos humanos na universidade.** Relatório da CNV, Volume II, Texto 6.

_____. **Emenda Constitucional nº 1.** Emenda à Constituição da República Federativa do Brasil de 24/01/1967. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/EMCs_CF1967.htm> Acesso em 31/01/2016

_____. **Emenda Constitucional nº 11.** Altera dispositivos da Constituição Federal.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/EMCs_CF1967.htm> Acesso em 31/01/2016

PORTAIS E SÍTIOS ELETRÔNICOS

<http://m.memorialdademocracia.com.br/card/regime-usa-discurso-para-baixar-o-ai-5>

<http://www.planalto.gov.br>

ARQUIVOS PÚBLICOS – Consulta Local

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho - AHPAMV
Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul – AHRs – Porto Alegre
Arquivo Nacional – Sede em Brasília

PERIÓDICOS

Coojornal – Edição Fevereiro/1979. Consulta no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho
Diário Popular, 01/05/1964. Consulta Biblioteca Pública de Pelotas
Diário Popular, 08/04/1964. Consulta Biblioteca Pública de Pelotas

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DA UFPEL

Atas do Conselho Universitário (CONSUN) – Consulta na Secretaria dos Conselhos da UFPel – Gabinete da Reitoria

FONTES ORAIS

Entrevistas concedidas a autora

Ester Gutierrez - Entrevista concedida em 24/11/2016

João Manoel Costa – Entrevista concedida em 04/07/2017

Manoel Mendieta – Entrevista concedida em 20/07/2016

Maria da Graça Rocha – Entrevista concedida em 17/02/2016

Neri Coelho – Entrevista concedida em 06/03/2017

Renato Varoto – Entrevista concedida em 14/04/2016

Tânia Bachilli – Entrevista concedida em 26/08/2017

Wilson Miranda – Entrevista concedida em 02/08/2017

Entrevistas concedidas a outros pesquisadores

Aldyr Schlee – Discurso disponível no site PELOTAS 13 HORAS. Publicado 21/12/2012 - <<http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/ufpel-outorga-titulo-de-professor-emerito-a-aldir-garcia-schlee-e-medalha-do-merito-universitario-a-clayr-rochefort-2dbba77e-ae63-4829-971d-f29b495e0806>>

Ari Costa (Entrevista concedida a Maria Amélia G. da Silva, em 1992, sem título. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel)

Carmen Duarte da Silva (Entrevista concedida a Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

Gastão Pureza Duarte (Entrevista concedida a Beatriz Ana Loner, em 19/08/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel

Paulo Brum Ferreira (Relato publicado pelo depoente no site www.mepelotas.blogspot.com.br)

Depoimentos para fins de indenização/reparação

Alceu Salamoni - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Processo de Indenização 3577-1200/98-9 – Consulta Local

Antônio Camelato Voltan - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Processo de Indenização 4305-1200/98-1 – Consulta Local

Darcy Carret – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Processo de Indenização 4561-1200/98-8 – Consulta Local

Ismael Augusto Carneiro Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Processo de Indenização 6705-1200/98-9 – Consulta Local

Manoel Luiz Vieira de Souza Coelho Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Processo de Indenização 5511-1200/98-6 – Consulta Local

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo. Edusc. 2005

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis/RJ. Editora Vozes. 2004.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente: os discursos presidências de posse, de Deodoro a Lula**. LGE Editora. 2008. Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/91988>> Acesso em 31/01/2016.

BORGES, Nilson de. **A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares**, in J. Ferreira e L. de A. N. Delgado (orgs.), *O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 4. 2003

CANDAU, Joel. **Antropologia de la Memória**. Trad. Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

_____. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELO BRANCO, Carlos. **A renúncia de Jânio: um depoimento**. Brasília. Editora Revan. 2000.

CHAGAS, Carlos. **A Guerra das Estrelas (1964/1984)**. Porto Alegre/RS. L&PM Editores Ltda. 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2ª edição. 2013.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979)**. REVISTA DA SBHC, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 129-145, jul | dez 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**. São Paulo. Editora Unesp. 2ª edição. 2007

D'ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso (orgs). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro. FGV Editora. 1997.

DELLA VECHIA, Renato e SILVEIRA Marília Brandão – **O Golpe Civil-Militar em Pelotas e suas consequências a partir de 1964**. Artigo apresentado no Almanaque do Bicentenário de Pelotas – Volume 3 – 2015.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A CONQUISTA DO ESTADO**. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 5ª edição. 1987.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES)**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 295 – 316.

FAUSTO, Bóris. **A História do Brasil**. São Paulo. Edusp.1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**. Rio de Janeiro. Editora Record. 2005.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada – O sacerdote e o feiticeiro**. Rio de Janeiro. Editora Intrínseca Ltda. 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 5ª edição. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos - O breve século XX**. São Paulo. Cia das Letras – 2ª edição. 2009.

JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick. **A ilustre pelotense tradição e modernidade em conflito**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pelotas. 1990.

KANTORSKI, Leonardo Prado. **Expurgos de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2011.

LONER, Beatriz Ana. **Reconstrução da Memória da UFPel**. Artigo publicado na Revista História. Volume 1. Setembro 1994. Editora Universitária.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel**. Pelotas/RS. Editoria e Gráfica Universitária. 1996.

_____. **UFPel: 30 anos**. Pelotas/RS. Editoria e Gráfica Universitária. 1999.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: Afastamentos sumários de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1969)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades.** Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

NAPOLITANO, Marcos. **1964. História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República.** São Paulo: Contexto, 2016.

NETO, Lira. **GETULIO 1930-1945.** São Paulo. Companhia das Letras. 1ª edição. 2013.

NETO, Lira. **GETULIO 1945-1954.** São Paulo. Companhia das Letras. 1ª edição. 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil Contemporâneo.** Porto Alegre. Editora UGRGS. 2ª edição. 1994.

POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter . **O Movimento Estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978- 1985):** Memórias de atuações contra a ditadura. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. 2013

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social. Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, pp. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral.** In: Projeto História nº 15. São Paulo, PUC, 1997, p. 13-50.

RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro. Editora FGV. 2ª edição. 2003.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2014.

SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe?** Porto Alegre/RS. L&PM Editores. 4ª edição. 2014.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro. **A Resistência Ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas: reflexões sobre uma cidade do interior e próxima à fronteira.** X Encontro Estadual de História. De 26 a 30 de julho de 2010. Santa Maria/RS.

TAVARES, Flávio. **1964 o golpe.** Porto Alegre/RS. L&PM Editores. 2014.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64.** Brasília. Editora Brasiliense. 2004.

VALENTE, Nélon. **Jânio da Silva Quadros: crônica de uma renúncia anunciada.** São Paulo. Intermedial Editora. 2007.

VIANA FILHO, Luiz. **O Governo de Castelo Branco.** Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora. 1975.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à Brasileira.** São Paulo. Leya. 2014

YOUNG, Jordan M. **Brasil 1954/1964 Fim de um Ciclo Civil.** Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1973.